

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) DINÂMICAS REGIONAIS:
NATUREZA, SOCIEDADE E ENSINO

FLÁVIA SCHEANA ROTTA

QUESTÃO DE GÊNERO E AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE LUTA DAS
MULHERES FEIRANTES DA ASSOCIAÇÃO SEMEADORAS DO CONTESTADO -
PORTO UNIÃO/SANTA CATARINA

UNIÃO DA VITÓRIA

2023

FLÁVIA SCHENA ROTTA

**QUESTÃO DE GÊNERO E AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE LUTA DAS
MULHERES FEIRANTES DA ASSOCIAÇÃO SEMEADORAS DO CONTESTADO -
PORTO UNIÃO/SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação (Lato Sensu) em “Dinâmicas regionais: natureza, sociedade e ensino” vinculado ao Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná UNESPAR – Campus União da Vitória para obtenção do título de especialista.

Prof. Orientador: Dr. Silas Rafael da Fonseca

UNIÃO DA VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rotta, Flávia Schena

Questão de gênero e as trajetórias de vida e de luta das mulheres feirantes da Associação Semeadoras do Contestado - Porto União/Santa Catarina / Flávia Schena Rotta. -- União da Vitória-PR, 2023.

128 f.: il.

Orientador: Silas Rafael da Fonseca.
Especialização em Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino - Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. Feira Livre. 2. Inserção das mulheres no mercado de trabalho. 3. Mulheres camponesas. 4. Associação de Mulheres Rurais Semeadoras do Contestado. I - Fonseca, Silas Rafael da (orient). II - Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Campus de União da Vitória
Colegiado de Geografia
Pós-graduação *lato sensu* em Dinâmicas Regionais:
natureza, sociedade e ensino



FOLHA DE APROVAÇÃO

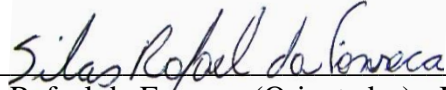
Flávia Schena Rotta

Questão de gênero e as trajetórias de vida e de luta das mulheres feirantes da Associação Semeadoras do Contestado - Porto União/Santa Catarina

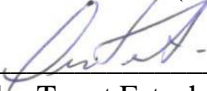
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino apresentado à Universidade Estadual do Paraná - Campus de União da Vitória.

Data da aprovação: 05/12/2023

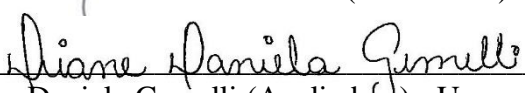
Banca examinadora:



Silas Rafael da Fonseca (Orientador) - Unespar



Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski (Avaliadora) - UFMS



Diane Daniela Gemelli (Avaliadora) - Unespar

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, incentivando e apoiando no decorrer desta Pós-graduação.

Também ao meu querido namorado André, amigos e amigas da pós-graduação pelo companheirismo e pelas palavras de amizade nos momentos de angústia e realizações.

Às mulheres feirantes que fazem parte da Associação de Mulheres Rurais *Semeadoras do Contestado*, por disponibilizarem o seu tempo para participar da pesquisa.

Ao meu orientador Silas, que me auxiliou na confecção do presente trabalho, sempre demonstrando muita dedicação.

Agradeço também os demais professores que compõem o corpo docente deste curso, os quais levarei os seus ensinamentos comigo para sempre.

RESUMO

Essa pesquisa discute a Feira livre dos municípios de Porto União-SC e União da Vitória-PR, como um local repleto de singularidades. Nesse sentido, a produção de alimentos e a comercialização na Feira, possibilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho, na busca ao enfrentamento de obstáculos ligados a desigualdade de gênero. Sabe-se que historicamente o trabalho feminino é permeado por estereótipos sociais, os quais limitam várias oportunidades em setores econômicos que poderiam ser ocupadas por mulheres. No contexto do campo, há uma persistência em relação a divisão sexual de trabalho, na qual, se refere à separação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, e por vezes, mesmo as mulheres atuando no trabalho produtivo, as mulheres são excluídas de papéis decisórios sobre a propriedade na qual residem. Deste modo, esse estudo tem como objetivo a compreensão da importância da Feira Livre Municipal na qual atuam os/as feirantes de Porto União-SC e União da Vitória-PR para as mulheres feirantes que fazem parte da Associação de Mulheres Rurais *Semeadoras do Contestado*, com o propósito de enfatizar suas histórias e lutas a partir das suas trajetórias de vida. Diante disso, a metodologia adotada foi conduzida por meio do levantamento bibliográfico em relação ao tema apresentado e documentações referentes ao histórico das Feiras livres nas cidades. Além disso, foi elaborado e aplicado um questionário para orientar a entrevista realizada para compor a pesquisa, bem como, a visitação na propriedade de algumas destas mulheres. Sendo assim, após as entrevistas, se tornou possível a compreensão de que as histórias individuais de cada Semeadora entrevistada perpassam pela desigualdade de gênero e além disso, apresentam a importância desse coletivo de mulheres, o qual visa a superação de diversas barreiras, como a desigualdade de gênero, independência econômica e dificuldades sociais, por meio da realização do seu trabalho, permitindo espaço para a venda de suas produções e incentivo ao empoderamento feminino.

Palavras-chave: Feira Livre; Inserção das mulheres no mercado de trabalho; Mulheres camponesas; Associação de Mulheres Rurais *Semeadoras do Contestado*.

ABSTRACT

This research discusses the Free Market in the municipalities of Porto União-SC and União da Vitória-PR, as a place full of singularities. In this sense, food production and sales at the Fair enable women to enter the job market, in an effort to overcome obstacles linked to gender inequality. It is known that historically female work is permeated by social stereotypes, which limit several opportunities in economic sectors that could be occupied by women. In the rural context, there is a persistence in relation to the sexual division of labor, which refers to the separation between productive work and reproductive work, and sometimes, even when women perform productive work, women are excluded from roles decisions about the property in which they reside. Therefore, this study aims to understand the importance of the Municipal Free Market in which market traders from Porto União-SC and União da Vitória-PR operate for women traders who are part of the Association of Rural Women Sowers of Contestado, with the purpose of emphasizing their stories and struggles based on their life trajectories. Therefore, the methodology adopted was conducted through a bibliographical survey in relation to the topic presented and documentation relating to the history of street markets in cities. In addition, a questionnaire was developed and applied to guide the interview carried out to compose the research, as well as the visit to the property of some of these women. Therefore, after the interviews, it became possible to understand that the individual stories of each Seedadora interviewed permeate gender inequality and, in addition, present the importance of this collective of women, which aims to overcome various barriers, such as inequality of gender, economic independence and social difficulties, through carrying out their work, allowing space for the sale of their productions and encouraging female empowerment.

Keywords: Free Market; Insertion of women into the job market; Peasant woman; Association of Rural Women Sowers of Contestado.

LISTA DE SIGLAS

A. C. – Antes de Cristo

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância em Saúde

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CLT – Consolidação das Leis de Trabalho

D.C – Depois de Cristo

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EXPOINTER – Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários.

FAFIUV – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - PR

FM – Frequência Modulada

H – Hora

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

KM – Quilômetro

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPMP – Movimento Popular de Mulheres do Paraná

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ORG – Organização

PEA – População Economicamente Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PR – Paraná

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

R\$ - Real

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SENAR SC – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Feira livre com festividades na Idade Média | 20 |
| Figura 2: “Feira de gado” – Ilustração de Percy Lau | 22 |
| Figura 3: Feira livre em Porto União – SC na década de 1990 | 41 |
| Figura 4: Feira livre na Estação Ferroviária União | 42 |
| Figura 5: Feira livre Municipal de Porto União – SC..... | 43 |
| Figura 6: Feira Municipal - Rua 1º de Maio (Primeiro Semestre de 2023)..... | 45 |
| Figura 7: Projeto para Feira Livre – União da Vitória-PR | 46 |
| Figura 8: Etiqueta e Sacola – <i>Semeadoras do Contestado</i> | 79 |
| Figura 9: Reunião – <i>Semeadoras do Contestado</i> | 80 |
| Figura 10: Loja das Semeadoras no Portal Turístico José Tarlombani | 82 |
| Figura 11: Viagem das <i>Semeadoras do Contestado</i> para Gramado – RS | 83 |
| Figura 12: Participação no curso ofertado pelo SENAR - SC..... | 84 |
| Figura 13: Moção de Aplausos | 85 |
| Figura 14: Feira Municipal – Rua 1º de Maio (Segundo Semestre de 2023) | 97 |
| Figura 15: Estrutura da Feira Municipal – Rua 1º de Maio..... | 98 |
| Figura 16: Bancas das Feirantes <i>Semeadoras do Contestado</i> | 104 |
| Figura 17: Produção da Semeadora 1 | 105 |
| Figura 18: Alimentos guardados em vidros..... | 107 |
| Figura 19: Estufa e reservatório de água | 108 |
| Figura 20: Artesanatos..... | 109 |
| Figura 21: Cozinha Semeadora 3..... | 111 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: O patriarcado presente no cotidiano das mulheres camponesas..... | 67 |
| Quadro 2: Condições socioeconômicas | 89 |
| Quadro 3: Quanto à escolaridade e aperfeiçoamento de atividades | 91 |
| Quadro 4: Situação no Mercado de Trabalho | 93 |
| Quadro 5: Trabalho das Mulheres Feirantes..... | 99 |
| Quadro 6: Produção | 102 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Percentual de faixa salarial entre homens e mulheres no setor Agropecuário no ano de 2022 | 60 |
| Gráfico 2: Percentual de faixa salarial entre homens e mulheres no setor da Administração Pública no ano de 2022..... | 61 |
| Gráfico 3: Percentual de faixa salarial entre homens e mulheres no setor do Comércio e Reparação no ano de 2022..... | 61 |
| Gráfico 4: Percentual de faixa salarial entre homens e mulheres no setor da Educação, saúde e serviços sociais no ano de 2022..... | 62 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Número e percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por homens e mulheres em 2017..... | 70 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| APRESENTAÇÃO | 12 |
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO I: DIMENSÃO HISTÓRICA: OLHARES SOBRE A FEIRA LIVRE..... | 20 |
| 1.2 A RESISTÊNCIA DA FEIRA LIVRE FRENTE À REDE CAPITALISTA DE MERCADOS/SUPERMERCADOS | 25 |
| 1.3 A ORIGEM DA FEIRA LIVRE EM PORTO UNIÃO-SC E UNIÃO DA VITÓRIA-PR E SUAS MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO | 36 |
| CAPÍTULO II: PRECONCEITO, MACHISMO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL | 47 |
| 2.2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE..... | 54 |
| 2.3 O SISTEMA PATRIARCAL VIVENCIADO PELAS MULHERES DO CAMPO | 64 |
| CAPÍTULO III: TRAJETÓRIAS DE MULHERES FEIRANTES: ASSOCIAÇÃO DE MULHERES RURAIS <i>SEMEADORAS DO CONTESTADO</i> | 75 |
| 3.2 MULHERES FEIRANTES <i>SEMEADORAS DO CONTESTADO</i> : IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E RELAÇÕES DE GÊNERO | 88 |
| 3.3 A PRODUÇÃO SAUDÁVEL E DIVERSIFICADA DAS MULHERES <i>SEMEADORAS DO CONTESTADO</i> | 102 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 114 |
| REFERÊNCIAS..... | 118 |
| ANEXO 1 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA AS ENTREVISTAS COM AS FEIRANTES <i>SEMEADORAS</i> | 124 |

APRESENTAÇÃO

Primeiramente, se faz necessária uma breve apresentação de como o trabalho de conclusão de curso da pós-graduação chegou nessa temática. Desde a graduação em Licenciatura de História, concluída no ano de 2020, na Universidade Estadual do Paraná – Campus União da Vitória, apresentava interesse em pesquisar sobre a História Local, com o intuito de ressaltar a importância que muitas comunidades têm para a região, as quais, por muitas vezes, são deixadas à margem da sociedade.

No entanto, não tive tempo hábil para realizar uma pesquisa desse cunho durante a graduação. Nesse sentido, quando surge a oportunidade de dar continuidade em meus estudos na Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino, ofertada pelo Colegiado de Geografia, na Universidade na qual obtive o grau de licenciada, reconheci nessa oportunidade, uma chance para pesquisa sobre o tema em comento.

Dado o exposto, a linha de pesquisa pela qual inicialmente tive interesse em pesquisar, envolvia a cultura, a comunidade e a memória dos/as feirantes dos municípios de Porto União-SC e União da Vitória-PR, com o intuito de ressaltar a importância da Feira livre para a comercialização de alimentos e na produção de artesanatos.

Entretanto, resolvi por aprofundar ainda mais a pesquisa e direcioná-la para as mulheres feirantes, pois, desenvolvi algumas outras pesquisas sobre histórias de mulheres durante a graduação. Dentre essas pesquisas, destaco que ao estudar a história das mulheres, me permitiu compreender a importância de dar visibilidade e reconhecimento a mulheres que foram historicamente marginalizadas pela sociedade patriarcal.

Desta maneira, a motivação para realizar essa pesquisa partiu de um desconhecimento do que a minha avó materna enfrentou até a sua desistência como feirante. Portanto, explicando brevemente sobre a sua trajetória de vida, cabe ressaltar que ela foi criada em uma comunidade rural do interior de Porto União-SC, denominada Maratá e atuou como feirante no município por 10 anos com vendas de carne, pães e cuques. Infelizmente acabou desistindo da profissão pela demanda cansativa do campo, trabalho doméstico e da rotina diária da Feira, optando, assim, pela continuidade em seus estudos e atuar no magistério.

Nesse sentido, ao olhar para minha história familiar, percebi que durante a trajetória de minha avó, ela enfrentou desafios e dificuldades como mulher feirante. Portanto, o intuito da pesquisa visou compreender como é a realidade das mulheres feirantes em contextos rurais e de feiras da cidade de Porto União-SC e União da Vitória-PR. Corroborando com isso, em conversa com o meu orientador, professor Silas, conheci a Associação de Mulheres Rurais

Semeadoras do Contestado, sendo que algumas mulheres dessa Associação são feirantes, optamos por direcionar a pesquisa para este grupo social.

Nessa toada, a pesquisa não significou somente uma atividade acadêmica de conclusão de curso, mas também um aprendizado enriquecedor por conhecer as trajetórias de vida dessas mulheres. Elas gentilmente me acolheram durante as visitas na Feira, bem como duas delas me receberam em suas propriedades. Deste modo, isso acabou impulsionando minha presença na Feira, com o propósito de dialogar e consumir suas produções.

Em virtude do que foi apresentado, a pesquisa ampliou meus olhares para a conscientização sobre as questões que envolvem mulheres rurais e a importância da existência da Associação *Semeadoras do Contestado* para a minha região, através das iniciativas coletivas de apoio e capacitação que serão debatidas ao longo deste trabalho. E ainda, refletir que talvez se existisse essa Associação de Mulheres anteriormente, minha avó poderia ter dado continuidade em suas atividades como feirante.

No mais, não fora um caminho fácil para concluir a pesquisa devido ao curto espaço de tempo para me dedicar a ela, entretanto, em virtude do que foi apresentado, sigo feliz pela forma como a pesquisa foi conduzida, mas reconheço que a luta dessas mulheres perdura e merece ser lembrada sempre, através de debates acadêmicos ou não. Dito isso, essa luta persiste com extenso caminho à nossa frente, o que demanda de contínua pesquisa e diálogo constante com essas mulheres.

INTRODUÇÃO

A feira livre é uma das formas mais antigas de comercialização de produtos que, até os dias atuais, desempenha relevante papel cultural, econômico e social. Ainda que seu espaço esteja sendo reduzido com o passar do tempo em decorrência da expansão de outros canais de comercialização, como os supermercados e hipermercados, ainda assim, é possível identificar sua permanência em muitos municípios e sua importância para a geração de renda às famílias envolvidas.

Deste modo, a feira livre possui diversas peculiaridades que a distingue dos outros canais de comercialização, cita-se, como exemplo, a alimentação saudável, diversidade de alimentos e contato produtor-consumidor. Além disso, em feiras que possuem uma capacidade maior de feirantes, produtos oferecidos e afins, podem se tornar um ponto turístico para a região. Essas singularidades ultrapassam o comércio em si, visto que contemplam relações de amizade e confiança estabelecidas entre os/as feirantes e os/as consumidores/as.

Outro fator importante é que a feira livre pode possibilitar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, partindo do pressuposto de que o trabalho feminino sempre esteve atrelado ao preconceito, machismo e a desigualdade de gênero. Dessa maneira, para Maria Barreto (2004), o sistema patriarcal tem por característica uma autoridade que é imposta institucionalmente, sendo dos homens sobre as mulheres e filhos/as, primeiramente no âmbito familiar, e depois se alastrando por toda organização social, trabalho, política, cultura, religião e legislação.

Além disso, segundo Roselí dos Santos et al. (2021), no campo do sistema patriarcal predomina, sob o viés da política e da formação cultural familiar, que o poder masculino visa a desvalorização das mulheres e também das novas gerações, com o objetivo de desconsiderar o seu protagonismo frente a construção e conquistas na vida do campo. Dado o exposto, percebe-se que o patriarcalismo está presente tanto na vida urbana quanto na rural.

Dada a importância, cultural, econômica, social das feiras livres e considerando a desigualdade de gênero presente no campo, o presente estudo tem como foco principal abordar sobre as mulheres feirantes camponesas, atuantes na feira livre, as quais fazem parte da Associação de Mulheres Rurais *Semeadoras do Contestado*.

Diante do exposto, apresenta-se como questão central da pesquisa o seguinte problema: a partir das relações gênero, quais as estratégias e os desafios que as mulheres feirantes pertencentes à Associação de Mulheres Rurais *Semeadoras do Contestado*, enfrentam no seu

cotidiano, considerando suas trajetórias de vida e como elas estão conseguindo visibilidade e protagonizando ações na região por meio da Associação?

Deste modo, a justificativa sobre o tema apresentado, parte de uma análise e observação da sociedade na qual as mulheres travam batalhas cotidianas com o objetivo de ter o reconhecimento, efetivação de direitos e respeito por seu lugar no mundo. Desta maneira, ao refletir sobre a luta pela equidade entre os sexos pelo viés do mercado de trabalho, pode-se afirmar que esse assunto têm sido grande palco de discussão e debates acerca das conquistas de espaços de trabalho por mulheres, buscando autonomia em suas vivências. Portanto, este estudo busca como destaque, discutir sobre o mundo do trabalho das mulheres feirantes que fazem parte da Associação de Mulheres Rurais, *Semeadoras do Contestado*.

Nesse sentido, Mariana Amaral (2019) evidencia sobre o trabalho das mulheres camponesas, no qual, o trabalho rural com filhos/as na casa é perpassado por hierarquizações contempladas por um conservadorismo camponês, o qual é enraizado pela cultura do sistema patriarcal, envolvendo o campo e a cidade conforme as suas especificidades. Desta maneira, para romper com o sistema patriarcal e avançar nesse sentido, é necessário investir na educação para que haja conscientização em todas as esferas da sociedade, no que se refere aos estereótipos de gênero arraigados pela sociedade machista.

Sendo assim, o trabalho no campo é dividido conforme a divisão sexual do trabalho, possuindo uma distribuição desigual de atividades entre homens e mulheres no meio rural. Esse modo de divisão não é compreendido somente no campo, fazendo parte da sociedade patriarcal como um todo, sendo fortemente influenciada por fatores culturais, históricos e econômicos e, como resultado disso, implica na desigualdade de gênero.

Portanto, deve-se entender que historicamente as sociedades foram atribuindo trabalhos específicos para cada sexo, sendo que as atividades agrícolas eram ligadas ao gênero masculino, enquanto as tarefas domésticas eram incumbidas ao sexo feminino. Infelizmente, mentalidade arraigada do patriarcado perpetuou estereótipos de gênero que persistem em nossa sociedade até os dias atuais.

Em conformidade com Giovanna Coelho e Gustavo Scramim (2017), a divisão sexual de trabalho no campo reflete a seguinte dinâmica, os homens devem atuar em atividades fisicamente intensas, como arar, colher e cuidar do gado, ao passo que às mulheres são atribuídas responsabilidades relacionadas ao cuidado com os/as filhos/as, idosos/as, doentes, o marido, manutenção da casa e no máximo o cuidado com a horta que, em geral, ocupa o espaço do quintal, bem como com os pequenos animais, isto é, atividades vinculadas ao espaço reprodutivo. Em decorrência desse fato, isso implica nas questões econômicas e políticas, as

quais entende-se que as mulheres possuem acesso limitado a treinamentos agrícolas e créditos, o que prejudica significativamente a produtividade e sua independência financeira.

Outrossim, cabe ressaltar que ao refletir historicamente sobre a presença das mulheres no mercado de trabalho, constata-se mudanças variadas nas relações de trabalho, quando anteriormente era uma característica da honra masculina vigiada pelo sistema patriarcal. Diante disso, pode-se afirmar que a conquista pelo reconhecimento do trabalho feminino foi uma maneira de quebrar as barreiras impostas por relações de poder constituídas ao longo do tempo.

Nessa toada, cabe ressaltar que, mesmo com tantas singularidades, o desenvolvimento e o crescimento das feiras livres ainda faz parte do desconhecimento de muitas pessoas, uma vez que o alimento vendido no mercado, às vezes, se torna mais atrativo à compra do que aquele vendido em feiras. Em União da Vitória-PR, esse contexto é diferente pela dinâmica que a feira apresenta, pois, ocorre todos os sábados e, recentemente, também nas quartas-feiras à noite. Além disso, a feira se estende por diferentes pontos da cidade. Dessa forma, ela é reconhecida pela população. Portanto, trazer esse debate se faz necessário, pois, além das singularidades mencionadas, esse cenário repleto de diversidade e complexidade, envolve o debate do trabalho feminino das mulheres camponesas.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é compreender a importância da Feira Municipal para as mulheres feirantes que integram a Associação de Mulheres Rurais *Semeadoras do Contestado* enfatizando suas histórias, memórias e lutas a partir da análise das suas trajetórias de vida.

De forma mais específica, buscou-se primeiramente identificar o processo de organização, as dificuldades e conquistas das mulheres da Associação *Semeadoras do Contestado*. Posteriormente, sob a perspectiva de gênero, analisou-se as trajetórias de vida das mulheres feirantes a partir das suas narrativas com destaque às histórias, memórias e lutas. Na sequência, verificou-se o perfil socioeconômico das mulheres feirantes, como ocorreu sua inserção como feirante e qual a importância da Feira em suas vidas, analisando as percepções das mulheres acerca do seu próprio trabalho. Por fim, compreender, a partir das relações de gênero, a dinâmica de organização que antecede o processo de venda na Feira.

A metodologia utilizada, foi conduzida por meio de uma combinação de levantamento bibliográfico e documental, questionário, entrevistas e estudo de campo. Portanto, a primeira etapa desse estudo foi construída através do levantamento bibliográfico em relação ao tema, contemplando referenciais que abordassem à feira livre, as mulheres rurais, a alimentação saudável, a agricultura familiar camponesa e as discussões de gênero, buscando estabelecer um

marco teórico com o intuito de ressaltar estudos relevantes para a discussão e análise dos temas referidos.

Em relação ao levantamento documental, foi realizada uma análise partindo das Leis Municipais de Porto União-SC e União da Vitória-PR, as quais dispõem sobre a regulamentação que cria a Feira Livre nos municípios referidos.

Ademais, em decorrência da pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho se concretizou com o estudo de campo, pelo viés qualitativo. De acordo com Jean Poupart (2012), a técnica de coleta de dados do tipo qualitativo, possui grande foco nas histórias de vida das pessoas pesquisadas.

Desta maneira, foi elaborado um questionário (Anexo 1) para as entrevistas da pesquisa, que possibilitou entrevistar cinco mulheres no espaço da Feira livre, abordando questões em relação as suas trajetórias de vida, conquistas e desafios. Destas entrevistas, algumas foram gravadas com o consentimento e autorização das feirantes para registro e outras foram registradas de maneira escrita, devido à demanda das vendas de cada feirante. Além disso, as fotografias registradas das bancas de venda, alimentos e artesanatos também foram consentidas pelas feirantes.

Na sequência, foi visitado o espaço de comercialização idealizado pelas *Semeadoras do Contestado*, após anos de luta, localizado no Portal Turístico José Tarlombani do município de Porto União-SC, com o intuito de identificar a importância da conquista do mesmo para a venda dos seus produtos para os munícipes, bem como para os/as visitantes da cidade, como um ponto turístico.

Além disso, foi realizada uma visitação na propriedade de duas mulheres que fazem parte da Feira e da Associação, para conhecer o local da produção do seu trabalho, buscando compreender toda a dinâmica envolvida antes da venda do seu produto.

Sendo assim, o presente estudo teve a intenção de ser construído através dos depoimentos das mulheres feirantes integrantes das *Semeadoras do Contestado*, buscando enfatizar como as questões de gênero se manifestaram e/ou se manifestam na existência social destas mulheres.

Com base nessas considerações apresentadas, entende-se que esses elementos, como as entrevistas, fotografias e levantamento bibliográfico, desempenharam um papel fundamental no processo de estruturação do texto, o que possibilitou a definição de três capítulos para sistematizar a pesquisa.

A esse respeito, no primeiro capítulo da pesquisa intitulado: *Dimensão Histórica: olhares sobre a feira livre*, foi realizado um breve histórico sobre a originalidade da feira livre,

apontando as suas características proeminentes e sua dinâmica singular. Nesse sentido, primeiramente este capítulo aborda a origem e evolução das feiras livres ao longo da história, as quais surgiram na Antiguidade, cerca de 2000 a.C. No Brasil, as feiras livres tiveram origem no período colonial, como herança das feiras medievais portuguesas.

Por conseguinte, destacou-se o enfrentamento e resistência diante da rede capitalista de mercados e supermercados. Nesse sentido, foi abordado como as feiras mantêm seu lugar no comércio local, mesmo concorrendo com estes estabelecimentos “modernos”. Ademais, discute-se como a experiência única das feiras livres possibilita acesso a diversidade de produtos frescos e artesanais, bem como contribui para as relações interpessoais. Deste modo, compreende-se a importância cultural e social das feiras livres, sendo espaços de encontro, troca de conhecimento e perpetuação de costumes locais.

Além disso, para concluir o primeiro capítulo, a análise centrou-se na origem específica da Feira livre existente nas cidades de Porto União-SC e União da Vitória-PR, através dos primeiros registros e contextos que deram origem as Feiras na região, por meio das documentações/leis e imagens encontradas das referidas cidades. Desta maneira, ao entender a base sobre a qual essas Feiras foram estabelecidas, permitiu examinar como esse cenário evoluiu ao longo do tempo e quais os fatores moldaram sua continuidade e adaptação em relação a oferta de produtos, transformações nas estruturas físicas das Feiras e possíveis influências da globalização e urbanização nessa conjunção.

No segundo capítulo intitulado: *Preconceito, machismo e a desigualdade de gênero: a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil*, primeiramente é abordado sobre os desafios relacionados ao machismo e a desigualdade de gênero que perpassam a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Desta maneira, apresenta-se uma evolução do papel das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos séculos, sendo enfrentadas no século XIX, difíceis barreiras e estereótipos arraigados, onde suas práticas de trabalho eram definidas e associadas ao gênero. No século XX, nota-se a presença feminina em alguns setores, como nas indústrias, mas ainda assim, perdura-se as dinâmicas de gênero. Dado o exposto, a luta das trabalhadoras por equidade de gênero permanece nas décadas de 1970 e 1980, questionando a marginalização das mulheres no mercado de trabalho.

Em sequência, no segundo momento deste capítulo, discute-se a precarização do trabalho feminino na atualidade. Sendo assim, sabe-se que as mulheres continuam enfrentando grandes desafios no mercado de trabalho que contemplam desde a disparidade salarial, até a exclusão de oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional. Nessa toada, há uma

grande proliferação de empregos informais desempenhados por mulheres, o que contribui para afirmar essa precarização vivenciada por tantas mulheres no Brasil.

Posteriormente, ao final deste capítulo da pesquisa, a discussão do sistema patriarcal vivenciado pelas mulheres do campo é trazida à tona. Dito isso, no campo é reforçada a divisão tradicional de papéis de cada gênero, ou seja, a divisão sexual de trabalho entre o trabalho produtivo e reprodutivo nesse contexto, é muito bem definida, na qual, por vezes, omite oportunidades e as vozes das mulheres em suas propriedades e nas suas vidas, histórias e trajetórias.

Outrossim, o terceiro capítulo intitulado: *Trajetórias de mulheres feirantes: Associação de Mulheres Rurais Semeadoras do Contestado*, é construído através das falas das mulheres feirantes que fazem parte da Associação *Semeadoras do Contestado*. Para tal, lança-se olhares para as trajetórias individuais e coletivas destas mulheres. Primeiramente, é compreendido como e porque se originou a Associação no município de Porto União-SC, além disso, também é ressaltado sobre as atividades que são desenvolvidas por elas, visando oferecer apoio as mulheres rurais no que diz a respeito aos cursos de aprimoramento profissional, incentivo na participação da renda da família, como também debates acerca das questões de gênero vivenciadas.

Dando sequência, no segundo momento, a fim de perceber as suas experiências e os desafios enfrentados nessa jornada de vida, foi levantado o debate acerca da intersecção entre suas vidas pessoais, profissionais e sociais. Além disso, serão abordadas as relações de gênero, ressaltado a importância que essas mulheres carregam ao estarem em busca pelo reconhecimento de sua contribuição, seja na propriedade em que vivem ou na economia local.

Por fim, será discutido sobre a rica variedade de produtos que as feirantes cultivam para o consumo próprio e para a comercialização na Feira. No mais, entende-se que elas também são, nesse meio, as responsáveis por preservar tradições/técnicas agrícolas e conhecimentos ancestrais, contribuindo para a segurança alimentar dos munícipes.

Em síntese, este estudo buscou abordar sobre as trajetórias das mulheres feirantes da Associação de Mulheres Rurais *Semeadoras do Contestado*, com destaque para suas lutas, conquistas e desafios dentro do contexto da Feira livre e da discriminação de gênero arraigada pelo sistema patriarcal.

CAPÍTULO I: DIMENSÃO HISTÓRICA: OLHARES SOBRE A FEIRA LIVRE

Segundo o Dicionário Online de Português Dicio (2023), a palavra “feira” é derivada do latim “*feria*” que significa dia de festa. Nesse ínterim, as definições desta palavra consistem em: “local onde se faz mercado” e “mercado público em dias ou épocas fixas em lugar determinado”.

Deste modo, conforme a definição acima, de acordo com Francisco Azevedo e Thiago Queiroz (2012), esse modo de comércio existe desde a Antiguidade, mais precisamente cerca de 2000 a.C., nas localidades de Egito, Grécia, Roma e Mesopotâmia. No entanto, com a queda do Império Romano em 476 d. C, as feiras acabaram se extinguindo do mundo ocidental, mas continuaram existindo na sociedade oriental.

Com o passar do tempo, logo em seguida do marco histórico das Cruzadas, iniciadas no século XII, Azevedo e Queiroz (2012) afirmam que sucedeu a retomada das rotas comerciais europeias, sendo assim, as feiras passaram a ressurgir em pontos estratégicos, a fim de comercializar e trocar os saldos agrícolas. Em conformidade com o exposto, Leny Sato (2012) contextualiza que: “Na Idade Média, o que se denominava como feiras, eram as grandes reuniões de comerciantes de várias regiões europeias que comercializavam os mais diversos produtos” (p. 35).

Observa-se na figura a seguir, a ilustração de uma feira medieval com uma grande concentração de pessoas, com várias barracas de venda de frutas e legumes em geral

Figura 1: Feira livre com festividades na Idade Média



Fonte: Gillian Morris (2014)

Por conseguinte, ao avançarmos historicamente, com a expansão marítima e comercial eurocêntrica, Azevedo e Queiroz (2012), ressaltam que a prática da feira foi direcionada às colônias. Embora, na América Latina, algumas regiões do México e da Guatemala, já possuíam o conhecimento da existência das feiras antes da chegada dos europeus. Entretanto, no território brasileiro, as feiras eram desconhecidas aos povos nativos.

Desta maneira, no Brasil, considera-se que as feiras surgiram no período colonial, por herança das feiras medievais portuguesas. De acordo com Azevedo e Queiroz (2012), não há documentos que comprovem o surgimento da primeira feira no país, apenas registros escritos por Dom João III no ano de 1548 e por Dom Afonso IV no ano de 1677, autorizando seu funcionamento semanal para o intercâmbio de mercadorias.

Deste modo, cabe ressaltar que as feiras livres tomaram grandes proporções no Nordeste, na era colonial brasileira, justamente porque estavam atreladas à economia que regia os séculos XVII e XIX. Para Azevedo e Queiroz (2012), havia duas grandes economias nesse período, a economia da cana-de-açúcar na localidade da Zona da Mata e, no Sertão, a pecuária.

Ademais, o gado também era uma das mercadorias de maior destaque nesse período, nas chamadas “feiras do gado”, se vendia e trocava-se semanalmente em pontos de encontro das rotas entre o Sertão e a Zona da Mata, conforme apontado por Azevedo e Queiroz (2012). Para além do gado, outros animais como cavalos e burros eram vendidos, principalmente para que fossem utilizados como meio de tração nos engenhos de cana-de-açúcar e nas plantações.

Salienta-se que essas feiras foram responsáveis por ocasionar grande circulação de pessoas neste ponto de encontro entre a rota comercial e as duas lógicas econômicas supracitadas, possibilitando que fossem se formando povoados ao longo do tempo, conforme apontam Azevedo e Queiroz (2012, p. 4): “O surgimento de povoações, vilas e cidades nordestinas são causa e consequência das feiras de gado”.

Nesse sentido, pode-se observar na figura abaixo, a representação de como era a movimentação durante as feiras do gado.

Figura 2: “Feira de gado” - Ilustração de Percy Lau



Fonte: Leopoldo Costa, 2018.

Em outras regiões do Brasil aconteciam algumas feiras de animais, como por exemplo a feira de burros que ocorria no interior de São Paulo, em Sorocaba. Inclusive, de acordo com Azevedo e Queiroz (2012), os burros eram utilizados para o transporte e tração nas atividades do café e da mineração, além de serem criados no Sul e depois vendidos no Sudeste.

Em meados do século XVI, Olmária Guimarães (1969) *apud* Sato (2012) reflete que as vilas eram autossuficientes no que diz respeito aos gêneros alimentícios necessários para o autoconsumo da população. Assim, mesmo com o aumento da população, não havia escassez de alimento na mesa das famílias, uma vez que a comunidade modificava seus hábitos alimentares de acordo com a ampliação da diversidade de alimentos como, por exemplo: “de início, os alimentos que a população indígena consumia – mandioca, angu, canjica e carnes de caça e pesca -, para com o bandeirantismo, demandar-se de milho, feijão e certas frutas” (SATO, 2012, p. 36).

Pouco depois, no final do século XVII já havia em São Paulo diversos/as comerciantes buscando formalizar seu comércio varejista, no qual vendiam uma variedade de produtos, como tecidos, alimentos e outros. Nesse momento, passa a haver poucos pequenos comércios de vendas de hortifrúti, denominados de quitandas. Deste modo, Sato (2012) faz uma breve explicação indicando que alguns/as autores/as entendem que as quitandas eram parecidas com

a feira livre, mas, neste caso, as mulheres negras com seus tabuleiros¹ ofereciam os seus produtos, sendo, geralmente, comida, fumo, cachaça, dentre outros.

Em 1800, fora instalado, a mando do cognominado General Pilatos, um estilo de comércio diferente, em que se instalou uma feira que atraía comerciantes de toda a região de São Paulo. Sato (2012) descreve que a feira de Pilatos consistia em ser além de um evento comercial, um evento festivo católico de *Corpus Christi* em que também se comemorava o ciclo do cultivo agrícola. Tal colocação da autora conduz a reflexão que esse evento deu significado à *feira*.

Outrossim, Sato (2012) *apud* Ana Braciak (2018), salienta que havia nomenclaturas diversas para o comércio de alimentos nos ambientes urbanos, como por exemplo o “mercado grande” que existia no século XIX, o qual se localiza hoje na Rua 25 de março no centro de São Paulo, sendo a rua mais famosa de compra e venda. Entretanto, deve-se frisar que no século XIX eram vendidos alimentos da agricultura familiar camponesa que se localizava nos arredores de São Paulo, diferente do que se entende hoje pela Rua 25 de março, na qual vende-se uma infinidade de coisas possíveis.

No início do século XX, na região Sudeste, muitas pessoas viviam no meio rural para produzir alimentos, desta maneira, muitos/as chacareiros/as se instalavam na capital de São Paulo com o intuito de vender os seus produtos em pequenos mercados, esses mercados eram chamados de “mercado dos caipiras” e nas palavras de Sato (2012, p. 41): “os caipiras’, moravam nos arredores e vinham buscar na cidade os fregueses para que comprassem o excedente de sua produção agrícola”. Conforme essas vendas atingiam mais fregueses/as, buscou-se a oficialização da feira livre, que acaba ocorrendo em São Paulo no ano de 1914 pelo prefeito Washington Luiz Pereira de Souza, mas era ainda denominada, na época, por “mercado franco” e não “feira livre”.

Com essa regulamentação, as feiras poderiam se instalar em qualquer lugar da cidade e ela buscava proteger os/as comerciantes e ambulantes desse comércio. A primeira feira livre oficializada, segundo Sato (2012), teve seu lugar idealizado no largo General Osório e reuniu cerca de 26 famílias de feirantes.

¹ Segundo Liana Reis (1989), as negras de tabuleiro, eram mulheres que tinham um papel de grande destaque na sociedade escravocrata, principalmente na sociedade mineira. Elas acabavam se diferenciando das outras escravas, pois podiam circular pelas ruas, então ficavam menos supervisionadas pelos/as senhores/as, possuindo uma maior autonomia.

Fernand Braudel (1998) *apud* Shirley Almeida (2009), reflete a mesma situação no que diz a respeito ao surgimento das feiras, em decorrência dos excedentes produzidos pelas famílias agrícolas

[...] acredita-se que a principal causa da origem das feiras foi a formação de excedentes de produção, havendo a necessidade de troca de mercadorias, primeiramente, entre grupos de vizinhos e, posteriormente, disponibilizando os produtos para grupos do entorno das comunidades. O movimento de surgimento das feiras foi acompanhado de uma demanda natural das pessoas por oferecer um ambiente onde se pudesse agregar a maioria dos produtos, disponibilizando-os a um maior número de pessoas, vendendo ou trocando excessos por outros produtos dos quais se tinha falta (BRAUDEL, 2018 *apud* ALMEIDA, 2019, p. 23).

Dado o exposto, ainda cabe ressaltar que o poder local sempre tinha interesse em manter ou adaptar feiras livres em determinados pontos, com a estratégia de fomentar o fluxo de pessoas nestes locais, bem como, aumentar os próprios recursos provenientes das negociações de produtos vendidos nas feiras. Guimarães (1969) *apud* Sato (2012), revela que no ano de 1969 na localidade de São Paulo, já havia pelo menos 452 feiras semanais, o que totalizava 12.675 pessoas que comercializavam seus produtos e viviam com a renda gerada na feira.

Nesse sentido, cabe ressaltar que normalmente as pessoas que moravam no campo se deslocavam até a cidade para encontrar parentes e amigos/as, com isso sempre traziam algum alimento para presentear essa pessoa. Deste modo, como exposto anteriormente, as feiras foram se tornando uma ponte entre o campo e a cidade e com isso:

os costumes do local onde as mesmas ocorriam passaram a se expressar fortemente nos produtos comercializados, na gastronomia apresentada e principalmente pelas pessoas que compunham as feiras livres, desta forma elas viraram tanto um objeto de desenvolvimento da economia, como de desenvolvimento e expressão cultural (MEDEIROS, 2014, p. 17).

Portanto, entende-se que com a origem da feira livre e com as suas mudanças ao longo do tempo, gerou no espaço urbano algumas modificações, como a mudança dos hábitos alimentares, na vida econômica das pessoas que comercializavam seus produtos na feira e também proporcionou um crescimento populacional urbano, de acordo com os lugares estratégicos em que as feiras eram instaladas.

1.2 A RESISTÊNCIA DA FEIRA LIVRE FRENTE À REDE CAPITALISTA DE MERCADOS/SUPERMERCADOS

A ascensão da indústria agroalimentar, através do ramo mercadológico e da internacionalização do capital, iniciou-se no final dos anos de 1960 (PINTAUDI, 1989). Neste momento, o governo brasileiro passou a apoiar o surgimento de lojas para exercer um controle dos preços do comércio voltado aos gêneros alimentícios, o que anteriormente era baseado nas mercearias, feiras e armazéns.

Para Esther Esteve (2017), com o surgimento dessa rede capitalista, as necessidades básicas dos seres humanos entrelaçaram-se à uma lógica comercial de interesses econômicos de cunho hegemônico e, portanto, “produz-se, distribui-se e come-se aquilo que é considerado mais rentável” (p. 169).

Sendo assim, a abertura das grandes redes de supermercados e lojas, possibilitam um declínio no comércio local, o que provoca, além de tudo, desemprego. Dessa forma, quando isso ocorre, a renda de uma comunidade tem a tendência a cair cada vez mais, uma vez que as lojas de bairro possuem grande repercussão na economia local.

Em suma, se torna inegável que com a demanda do trabalho na atual sociedade capitalista, muitas pessoas não possuem ou não conseguem encaixar em sua rotina, um espaço para cozinhar/fazer o seu próprio alimento e, portanto, optam pelas comidas rápidas, pelos congelados, pelos restaurantes e assim por diante. Isso interfere na venda de alimentos frescos e saudáveis comercializados nas feiras. Sato (2012) ainda reflete que com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, também foi um fator que colaborou para o declínio do número de pessoas circulando nas feiras, uma vez que, muitas mulheres não possuem mais tanto tempo para estarem atreladas as atividades domésticas como antes², o que se pode incluir nesse caso, o “fazer a feira”.

Dado o exposto, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, pode-se observar mudanças na dinâmica das atividades diárias e como isso se relaciona com a divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres estão ainda atreladas ao trabalho reprodutivo, sendo responsáveis por uma carga desproporcional de trabalho doméstico, mesmo quando ocupam funções no trabalho produtivo.

²Sabe-se que ao longo do tempo, foram estabelecidas atribuições às mulheres em relação as tarefas domésticas e cuidados com a família. Diante disso, apresenta-se a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, onde é muito difícil o equilíbrio entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico o qual é subvalorizado e invisibilizado de acordo com a sociedade machista.

Outrossim, a maioria das comidas encontradas nos supermercados são desnaturalizadas e processadas. Além disso, essa alimentação que é oferecida é capaz de gerar aos seres humanos grandes problemas de saúde, como diabetes, doenças cardíacas e câncer, afinal,

Somos aquilo que comemos. E se consumimos produtos elaborados com altas doses de pesticidas, fitossanitários, transgênicos, adoçantes, corantes e substâncias que nos convertem em viciados em junk food e fast food, isso acaba, mais cedo ou mais tarde, por ter consequências sobre a nossa saúde. Chegou o tempo de dizermos a Ronald McDonald's e seus amigos: "Eu NÃO amo tudo isso!" (ESTEVE, 2017, p. 119).

Salienta-se que muitas pessoas acreditam que comer saudavelmente corresponde à comer alimentos caros, mas isso não condiz com a realidade, pois, existem alternativas para isso, as quais por muitas vezes nem são lembradas pela sociedade, como consumir produtos de mercados locais, cooperativas e feiras livres.

Sem dúvida, a compra realizada em supermercados está associada a liberdade de escolha, de poder escolher entre um alimento mais barato que o outro, ou até mesmo aproveitar alguma promoção. Entretanto, existe uma lógica comercial por trás disso, que busca fazer com que o/a consumidor/a compre cada vez mais e compre por muitas vezes algo que não necessita no momento: "O carrinho, mesmo que o levemos em linha reta, sempre gira de volta às prateleiras e acabamos tendo que ver, como quem não quer nada, um novo artigo que não esperávamos, e que acabamos levando (ESTEVE, 2017, p. 177).

Nesse ínterim, Bruna Silva (2021) associa que isso acontece devido às estratégias de desenvolvimento dos mercados, em que os/as clientes são induzidos/as a comprar alimentos que não necessitam de fato para o consumo e que por vezes também não possuem um valor barato e acessível. Esteve (2017) corrobora com isso quando apresenta que os/as produtores/as rurais são os/as que perdem nessa distribuição e consumo de alimentos, os/as quais sofrem grande influência para que desenvolvam e aceitem termos comerciais insustentáveis.

Além do mencionado, essa uniformização daquilo que a sociedade consome enquanto alimento, resulta em alguns problemas ambientais, como a colheita fora de época³ e pragas oriundas do modelo agrícola o qual possui crescente utilização de agrotóxicos, nas palavras de Esteve: "Somos dependentes de algumas poucas culturas, que estão nas mãos de um punhado de empresas que produzem em larga escala, sob condições de trabalho precárias, desmatando florestas, poluindo solos e águas e utilizando de pesticidas sistematicamente" (ESTEVE, 2017, p. 44).

³ A ação de colher culturas agrícolas em momentos que não correspondem ao período ideal de maturação dos alimentos é denominado colheita fora de época.

Diante disso, de acordo com Esteve (2017), deve-se viver de acordo com a soberania alimentar. Quando comemos algum alimento, se torna dever do ser humano entender qual é a origem dos alimentos que se consome, como ele foi desenvolvido, se foi processado, e porque se pede determinado valor por ele em sua venda. Ser soberano/a, de acordo com essa premissa, significa que a humanidade tem o poder de decidir sobre a sua própria alimentação. Muitas vezes esse poder de decidir sobre o que consumir está nas mãos da minoria, ou seja, é algo imposto por uma ou mais indústrias alimentícias que se utilizam de propagandas e marketing para atrair consumidores/as em grandes proporções para seus produtos.

A soberania alimentar implica reivindicar o direito de cada povo de definir suas políticas agrícolas e alimentares. De controlar seu mercado interno e impedir a entrada de produtos subvencionados ou excedentes da agroindústria vindo de outros países e que competem de forma desleal com alimentos locais. Trata-se de optar por uma agricultura local, diversa, camponesa, sustentável, culturalmente adequada ao seu ambiente e que respeite o território, entendendo o comércio internacional como apenas um complemento à produção local. A soberania alimentar significa devolver aos povos o controle dos recursos naturais, daquilo que nos dá de comer, e lutar contra a privatização da vida (ESTEVE, 2017, p. 192).

Outrossim, a soberania alimentar visa deixar nas mãos dos/as agricultores o poder da decisão do que plantar e cultivar, o acesso à terra, à água, às sementes e demais recursos que possibilitem um plantio saudável, usando técnicas de agricultura sustentável que protegem o meio ambiente e a saúde das pessoas. Nesse cenário, a Feira municipal de União da Vitória-PR permite a concretização dos preceitos da soberania alimentar, na medida que, a partir da pesquisa realizada, compreende-se que os/as agricultores/as não utilizam agrotóxico em sua produção, optando pela oferta de alimentos saudáveis para os/as munícipes.

Dito isso, Esteve (2017) entende que somente a agricultura ecológica e camponesa é capaz de alimentar o mundo todo, não necessariamente com o intuito de voltar ao passado, quando essa era a realidade, mas fazer com que os conhecimentos antigos com os saberes existentes de hoje, se unam frente a uma luta pela democratização do sistema agroalimentar.

Outra questão importante, é o fenômeno da padronização alimentar em que há pouca variação nos alimentos consumidos devido a diversos fatores. No passado, a disponibilidade de alimento era intrínseca à localização geográfica e às estações do ano. Já nos dias atuais, há uma soma de razões, para além das já destacadas, como a globalização e o avanço das indústrias.

Com a globalização, os alimentos que eram tradicionais de certa região ou sazonais, são encontrados em praticamente todos os lugares, o que resulta em uma homogeneização alimentar, em que as pessoas localizadas em diferentes regiões, consomem o mesmo alimento.

Ademais, as indústrias são responsáveis por atender um paladar universal, o que promove a produção em grande escala de somente alguns alimentos dos tantos existentes no mundo.

Portanto, pode-se compreender que para muitas pessoas, os ritmos e os ciclos de produção da terra não fazem sentido, o que pela ignorância, os desconhecem. Esteve aponta que: “Temos que voltar a aprender a nos alimentar com os frutos que a terra nos dá, em cada época do ano. Que se explique nas escolas quando é o tempo das cerejas, quando as árvores dão figos, quando encontramos vagens na horta” (2017, p. 203).

Desse modo, ao compreender que esse pensamento da autora possibilita proporcionar às pessoas o conhecimento de que existem formas de ter uma alimentação saudável ao mesmo tempo em que gastem pouco para isso. Além do mais, a educação é uma das soluções mais viáveis e importantes, pois, permite que esse conhecimento chegue à população, uma vez que comer de maneira saudável e saber o que de fato está comendo é um direito de todos e todas. Em decorrência disso, um comércio justo se torna fundamental, e nas palavras de Esteve (2017), a feira livre é uma alternativa de comércio justo, pois evidencia o processo que vai desde o/a produtor/a ao/a consumidor/a.

Dado o exposto, apesar de toda a pressão que as redes de supermercados fazem à feira livre, encontra-se hoje nos supermercados alguns produtos denominados *in natura*, os quais são produtos derivados de plantas ou de animais que não tiveram interferência em sua produção, bem como os minimamente processados, que são submetidos a algum processo, mas não lhes são agregadas substâncias que interfiram no alimento original. Em vista disso, Sato (2012) argumenta que as exposições desses produtos vão ao encontro de uma estética parecida com a das bancas das feiras.

Entretanto, a comercialização dos produtos *in natura* não visam atender às preocupações relacionadas à soberania alimentar ou à saúde, fazendo parte de nichos de mercado o que priorizam maximizar os lucros. Além do mais, a comercialização desses produtos é direcionada a um público alvo excluindo a classe trabalhadora devido aos valores inacessíveis. Portanto, isso não diz respeito somente a questão alimentar, mas também possibilita compreender que há práticas mercadológicas que perpetuam a desigualdade no acesso de alimentos mais saudáveis.

Outrossim, a teoria do geógrafo brasileiro Milton Santos (2004) aponta sobre o surgimento de mercados/supermercados, quando explica sobre a urbanização, o que ajuda a compreender a posição das feiras livres nesse processo. De acordo com Santos (2004), para a formação dos espaços, como as cidades, a atividade econômica e a organização do trabalho são de suma importância, uma vez que, são constituídos e reconstituídos por meio de interesses, gerando, nesse caso, desigualdade de renda e relações de capacidades de consumo.

Nesse sentido, para Santos (2004), existe uma seletividade no espaço de acordo com o que ele chama de “circuitos econômicos”, sendo divididos em circuito superior e circuito inferior. Referindo-se a esse marco conceitual apresentado, Santos (2004) descreve que o circuito superior tem a sua origem no período moderno e tecnológico, tendo como representação os monopólios e ocorrendo em escalas nacionais e mundiais. Já o circuito inferior é formado a partir de pequenos interesses e de relações estabelecidas e enraizadas regionalmente por pessoas da classe trabalhadora.

Ademais, ainda ressaltando a diferenças destes circuitos, Santos (2004) entende que elas são baseadas na tecnologia e na organização, sendo assim:

O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia de “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (SANTOS, 2004, p. 43).

Desta maneira, essa diferença tecnológica reflete as desigualdades socioeconômicas existentes entre os dois circuitos, pois, o circuito superior, com sua tecnologia ligado às redes globais de produção e consumo, entretanto, o potencial de criação pertencente ao circuito inferior, é capaz de gerar alternativas econômicas e soluções adaptadas às necessidades e realidades locais.

Outra questão abordada por Santos (2004) diz a respeito à publicidade, na qual as atividades do circuito superior utilizam-se dela como um mecanismo para moldar as preferências dos/as consumidores/as e os comportamentos de consumo, portanto, entende-se que a publicidade nesse caso, busca criar uma cultura consumista e impulsionar o consumo de bens considerados de *status*. Já para o circuito inferior: “[...] a publicidade não é necessária, graças aos contatos com a clientela, e tampouco seria possível, já que a margem de lucro vai diretamente para a existência do agente e de sua família.” (SANTOS, 2004, p.47)

Sendo assim, compreende-se que o circuito inferior não possui valorização do ponto de vista comercial, ao mesmo tempo em que é responsável por alimentar as famílias, desta maneira ele garante a sobrevivência e não visa a acumulação do capital, o que não ocorre no circuito superior, pois ele procura ter maior controle da economia em decorrência da influência do Estado.

Ademais, cabe frisar que um dos principais fatores desse circuito não ter a devida valorização, é justamente por ele não atender aos padrões do sistema de produção capitalista que existem hoje. Braciak (2018) reflete que o modelo do campesinato e a dinâmica da feira

livre, por vezes, são consideradas como um atraso por uma parcela da sociedade, já que não faz parte da modernidade.

Deste modo, o circuito inferior é entendido como, “um circuito não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie” (SANTOS, 2004, p. 197). Consequentemente, a feira livre faz parte da composição do circuito inferior, de acordo com a atividade econômica desenvolvida por ela, uma vez que ocorre regionalmente e é caracterizada por vendas de alimentos e artesanatos produzidos manualmente por famílias do campo.

Desta maneira, como a feira é considerada contra-hegemônica, entende-se que ela vai contra o modelo dominante de produção e distribuição de alimentos. Isso porque ela apresenta uma diversidade de produtores/as, sendo uma alternativa à concentração do poder econômico, apoiando às práticas agrícolas mais sustentáveis e de menor escala.

Nesse sentido, Sato (2012) considera que os/as feirantes possuem uma aflição em relação às redes de supermercados, pois há um baixo fluxo nas feiras livres e um aumento significativo de novos comércios varejistas, e ainda, aponta que o medo dos/as feirantes pela extinção da feira livre é recorrente. A esse respeito, os/as feirantes buscam defender o seu comércio na feira livre argumentando positivamente sobre a: “[...] qualidade e variedade de produtos, atendimento pessoal, o que cria um compromisso com os fregueses” (SATO, 2012, p. 52).

Ademais, paralelamente a essa defesa pela feira livre, percebe-se traços de modernidade, em que alguns/mas feirantes começaram a adquirir máquinas de cartão de crédito e débito e utilizar o Pix⁴, para facilitar o pagamento dos/as seus/uas fregueses/as, assim como ocorre no comércio varejista, como uma forma de garantir a venda de seus produtos. Entretanto, muitos/as feirantes ainda utilizam caixas de madeira com divisórias como caixa para colocar o dinheiro.

Outra questão importante, é que com o passar do tempo, muitas famílias rurais estão deixando de viver no campo, o processo de migração campo-cidade, que na maioria das vezes se dá de maneira forçada (expulsão), passou a ser uma realidade constante já em meados do século XX, o que acabou gerando mudanças no campo e na cidade. Neste último, esta mudança observada reflete, como exemplo, as hortas urbanas reflexo deste processo, uma vez que não é elemento característico das cidades, mas sim uma territorialidade que vem para a cidade juntamente com a expulsão dos/as camponeses/as.

⁴ O Pix é um sistema de pagamento desenvolvido pelo Banco Central do Brasil, no qual oferece uma forma rápida para realizar transferências e pagamentos entre pessoas, empresas ou instituições financeiras. Essa forma de pagamento permite a transferência de dinheiro em tempo real e funciona 24 horas por dia.

Segundo Esteve (2017), no ano de 2008 a maior parte da população estava vivendo em cidades e a tendência é que este processo se intensifique, pois, visualizam nas cidades melhores perspectivas e oportunidade de empregos, acesso a serviços de saúde, educação e tecnologias. Portanto, de acordo com Esteve (2017), se estima que no ano de 2030, pelo menos 5 bilhões de pessoas estarão vivendo em áreas urbanas no mundo inteiro.

Essa situação reflete que muitos/as agricultores/as passam a enfrentar muitas dificuldades para permanecerem no campo, pois quando os/as mesmos/as entregam a sua mercadoria em outros canais de comercialização para serem vendidos além da feira, existe uma diferença grande do valor pago ao/à produtor/a rural e o valor que é pago quando os/as consumidores/as compram nos supermercados. Além disso, por vezes, os supermercados acabam barateando a venda desses produtos e os utilizando como uma propaganda para atrair clientes que consomem outras mercadorias mais caras. Esteve (2017) deixa claro que essas práticas fazem parte do sistema do agronegócio e do grande varejo, o que não corresponde a lógica dos/as pequenos/as produtores/as rurais, os/as quais buscam mecanismos para alimentar as necessidades da população urbana. Deste modo:

A globalização alimentar, concebida para beneficiar o agronegócio e os supermercados, privatizou os bens comuns, acabou com aqueles que se preocupam em trabalhar a terra e transformou os alimentos em um negócio. A liberalização da agricultura não é senão uma guerra contra o campesinato, formada por políticas que, amparadas por instituições e tratados internacionais, acabam com os pequenos e médios agricultores e com as comunidades rurais (ESTEVE, 2017, p. 71).

Diante disso, apenas uma pequena variedade de alimentos chega até a mesa das famílias brasileiras e isso vem gerando, com o passar do tempo, uma grande perda da soberania alimentar, intensificando o controle sobre a alimentação dos seres e a fome. Além disso, há também a perda de espécies de plantas, temperos e sabores, além de conhecimentos culinários dos/as antepassados/as e formas de produzir os alimentos também estão sendo desestruturados. O saber camponês, também passou a ser ameaçado, mas procura resistir com o intuito de se adaptar as condições agroecológicas que vão se modificando ao longo do tempo “como a seleção de sementes e cruzamento para desenvolver culturas” (ESTEVE, 2017, p. 46).

A partir do apresentado, evidencia-se uma concentração da cadeia alimentar nas mãos de poucas pessoas, ou seja, das empresas de distribuição que são responsáveis pela comercialização de alimentos, e todos os agricultores e os consumidores são em sua maioria deixados de lado nesse processo. Tudo isso ocorre devido ao modelo produtivo dos alimentos que busca obter cada vez mais lucro.

Sendo assim, no contexto globalizado vivenciado pela sociedade atualmente, a permanência das feiras livres têm demonstrado grande resistência frente à rede capitalista de mercados/supermercados/hipermercados. Conforme Ariovaldo Oliveira (1986) aponta, em relação a produção agrícola sob o capitalismo, uma parte do que é produzido pelo trabalho camponês serve como autoconsumo de si e de sua família e a parte excedente vira uma mercadoria, ou seja, pode ser comercializada. Deste modo, essa comercialização, além do que foi apontado, se torna uma via de mão dupla, pois isso também gera benefícios para os/as consumidores/as locais, uma vez que, possuem a garantia de um abastecimento frequente e de qualidade.

Santos (1978) *apud* Oliveira (1986) apresenta nove especificidades que fazem parte do trabalho da produção camponesa, sendo a força de trabalho familiar; ajuda mútua entre os/as camponeses/as; parceria; trabalho acessório; jornada de trabalho assalariada; socialização do/a camponês/a; propriedade da terra; propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

A força de trabalho familiar é um elemento fundamental na produção camponesa, pois é refletida na cooperação do trabalho coletivo. Ademais, a ajuda mútua consiste em ser uma colaboração entre os/as camponeses/as que não fazem parte do mesmo núcleo familiar, mas que normalmente são vizinhos/as ou participam da mesma comunidade, pois a força do trabalho da sua família não é suficiente para a realização de algumas tarefas agrícolas. Seguindo essa linha, a parceria é utilizada como uma estratégia quando os/as camponeses/as não possuem recursos financeiros para contratar trabalhadores/as e então eles/as estabelecem uma parceria com outros/as camponeses/as, a fim de compartilhar custos e ganhos com este parceiro/a, o que lhes é vantajoso ao ter o objetivo de expandir suas atividades produtivas (Santos, 1978 *apud* Oliveira, 1986).

Em relação ao trabalho do/a camponês/a, existe o trabalho acessório, o qual permite que os/as camponeses/as obtenham recursos financeiros extras para suas necessidades, fora da sua unidade produtiva. Outrossim, a jornada de trabalho assalariada, é utilizada quando há a necessidade de realizar tarefas que exigem mais rapidez e mão de obra adicional em alguns dos ciclos de produção agrícola. Por vezes, alguns/mas camponeses/as combinam o trabalho familiar com o assalariado para atender às demandas de produção, além de ajudar na renda da família (SANTOS, 1978 *apud* Oliveira, 1986).

Outra questão importante diz respeito a socialização do camponês, a qual refere-se a introdução das crianças nas atividades produtivas, em que possibilita que elas entrem em contato gradualmente com os instrumentos de trabalho. Além disso, nessa socialização é apresentada a divisão social do trabalho dentro da unidade camponesa, certamente nessa divisão

social, já se inclui a divisão sexual do trabalho, a qual direciona meninos e meninas a funções “de acordo” com o seu gênero (SANTOS, 1978 *apud* Oliveira, 1986).

Convém ressaltar sobre a propriedade da terra do camponês, que se difere da propriedade privada capitalista a qual é voltada para a exploração do trabalho alheio, sendo assim, para o camponês a terra é pertencimento e trabalho. Além disso, a posse da terra pode ocorrer por três situações distintas, como a posse da terra, (camponês-proprietário), pagamento da renda pela terra (camponês-rendeiro) e o camponês-posseiro (apropriasse da terra sem pagar por ela). Além disso, existe a propriedade dos meios de produção, isto é, além da terra, o camponês necessita de equipamentos para cultivar e colher seus produtos, algumas ferramentas são confeccionadas pelos próprios camponeses, mas algumas necessitam ser adquiridas no mercado. Normalmente como esses instrumentos são caros, o camponês se torna subordinado ao capital, uma vez que ele controla os preços e lucra com essa relação desigual na produção camponesa (SANTOS, 1978 *apud* Oliveira, 1986).

Sobre a questão da jornada de trabalho, na produção camponesa isso se dá de forma diferente em relação à produção capitalista, pois o trabalho do camponês varia de acordo com a época do ano e os produtos cultivados. Sendo assim, em determinados momentos, pode haver períodos de pouco trabalho e outros de muito trabalho. Em período de pouco trabalho, o camponês pode realizar algum trabalho assalariado. Sendo assim, com essa flexibilidade na jornada de trabalho permite que os camponeses se aproveitam os períodos de menor atividade para outras tarefas ou para o descanso, e períodos de trabalho intensivo para maximizar a produção. Essa realidade é encontrada no campo, pois, as vezes não ser suficiente a renda obtida com a produção, de acordo com a incerteza e volatilidade da agricultura, outras despesas familiares em relação à saúde e educação e investimentos na propriedade agrícola (SANTOS, 1978 *apud* Oliveira, 1986).

Tendo em vista essas especificidades, o/a camponês/a é quem limita ou não o seu trabalho, podendo circular entre esses nove elementos, de acordo com as suas necessidades. Silas Fonseca (2014), entende que no mesmo dia o modo de trabalho do/a camponês/a, pode ser proletário e camponês e, além disso, pode circular entre o agronegócio e a reprodução camponesa. Nesse sentido, o autor enfatiza que em situações de maiores dificuldades, alguns/mas camponeses/as se assalariam para a manutenção da sobrevivência de suas famílias e o seu modo de vida no campo.

Outro debate importante abordado por Fonseca (2014), é em relação ao aumento da quantidade dos movimentos de luta pela terra, onde muitos/as integrantes desses movimentos,

vivem ou já viveram em cidades, também há aqueles/as que possuem vontade de viver no campo, por motivos diversos como a falta de emprego, ou a ligação de sua família com a terra.

Assim, temos uma geração de trabalhadores rurais que nasceram nas cidades e sonham com seu pedaço de chão, pessoas que sempre foram assalariadas, nunca moraram no campo, mas que já trabalharam na terra, configurando o que se denomina como “recriação camponesa”. Isso prova que o ser humano se transforma durante o processo em que busca a manutenção de sua família e de seu modo de vida, o que impede de pensarmos camponeses e proletários como sujeitos fixos e inalteráveis, mas sim sujeitos em constante mutação (FONSECA, 2014, p. 122).

Sendo assim, segundo Fonseca (2014), os/as camponeses/as preservam a sua identidade que consiste em ter uma ligação direta com a terra e que, por vezes, estão em constantes mudanças, mas sem perder o seu ideal. Essa situação reflete que, a identidade camponesa pode ser manifestada pela sua forma de cultivar a terra, organização de trabalho e também por meio de vivências individuais e coletivas vividas no campo.

Deste modo, de acordo com esses aspectos, compreende-se que o fato da família camponesa migrar para a cidade não foi uma simples escolha, mas, sim, uma tentativa de sobreviver dentro do mundo capitalista, sendo, portanto, um movimento forçado que gerou a expulsão dessas pessoas de suas terras.

Outro aspecto importante é que o espaço rural e o espaço urbano correspondem a formações espaciais diferentes, mas que são dialéticas e complementares, pois, é no campo em que os alimentos primários são produzidos e é nas cidades que os mesmos são vendidos. Entretanto, com o sistema capitalista, essa igualdade de importância foi deixando de ser levada em consideração, uma vez que a sociedade passa a aceitar o “moderno” como algo interessante e melhor. Desse modo, para Maria Medeiros (2014) essa ligação entre o campo e a cidade deixa de ser tão sólida, mas apesar disso, a feira livre ainda resiste e faz parte desse encontro entre a cidade e o campo até os dias de hoje. Entretanto, além do mencionado, as feiras também se tornaram parte da paisagem da área urbana das cidades, o que também contribui para o turismo local. Segundo Medeiros (2014), as feiras livres podem ser consideradas como um ponto turístico, pois: “tendo em vista o potencial das mesmas em meio à atual valorização dos aspectos rústicos e peculiares da localidade pelo próprio turista” (p. 17).

Outro fator importante, é que a diversidade dos produtos, sendo alimentos, artesanatos, as diversas pessoas que frequentam e os elementos culturais e gastronômicos que marcam presença nesse local, através da sua particularidade, possuem importância para atrair os/as turistas a visitarem as feiras. Para Medeiros (2014), possibilita que o/a turista conheça o passado

através das feiras que acontecem nos dias de hoje, onde sempre circulam as histórias do campo na cidade e a identidade do povo.

Esse turismo cultural é construído a partir da história de um determinado local, sendo assim, reflete-se as ações dos homens e das mulheres no meio em que vivem. No entanto, essas ações são de suma importância, pois são capazes de originar crenças e costumes de uma determinada sociedade. Nesse ínterim, locais onde essa cultura é valorizada pode enriquecer o conhecimento de quem está visitando e ainda possibilitar experiências diferentes, das quais não fazem parte dos seus próprios costumes. Portanto, por mais que existam diversos tipos de feiras espalhadas pelo mundo com o intuito da comercialização, cada feira livre é única, uma vez que possui os elementos da localidade em que está inserida.

Outro fator relevante é que os/as comerciantes locais também se beneficiam desse processo, de acordo com Eduardo Ribeiro *et al.* (2005, p. 9): “os feirantes gastam parte ou tudo o que recebem no comércio da cidade, principalmente em dia de feira [...]”. Nesse sentido, eles/as compram peças para seu vestuário e outras coisas necessárias para o seu consumo, além disso, como vendem à vista nas feiras, normalmente também fazem o seu pagamento deste modo. Dessa maneira, as obtensões realizadas pelos/as feirantes possibilitam a permanência do dinheiro no município, contribuindo com a movimentação do comércio local.

Por mais que as feiras livres sejam tão importantes para o município, sendo em relação cultura local ou para o comércio, por vezes elas não recebem a devida atenção de programas governamentais e ações afirmativas dos municípios. Esse apoio deveria angariar melhorias nas condições de venda nas feiras, como também o incentivo da produção camponesa. Tudo isso demonstra que há uma grande invisibilidade da feira livre, em que por vezes ocorre a marginalização da agricultura camponesa.

Corroborando com essa ideia, Ribeiro *et al.* (2005) afirma, de acordo com as suas pesquisas sobre as feiras livres, que o que mais se encontra é a ação pública das prefeituras em relação ao transporte. Deste modo, algumas prefeituras disponibilizam caminhões para ajudar no transporte dos produtos dos/as feirantes, o que nesse caso reduz um pouco do custo da comercialização, possibilita a oferta dos produtos e aumenta a renda dos/as agricultores/as, entretanto, isso ocorre em poucos locais.

Outra questão importante, é que mesmo com o desenvolvimento da ordem capitalista, as feiras livres para além da questão econômica, também são lugares de muitas trocas de conhecimento, pois, estabelece a relação *produtor/a – consumidor/a*, e deste modo, ao adquirir um produto específico diretamente de quem produziu, proporciona o diálogo e a história de como o alimento ou artesanato foi produzido. Sendo assim, a feira livre é um local em que se

encontra uma diversidade de pessoas com pensamentos distintos, ao passo que se reproduz a identidade e a cultura das tantas famílias rurais que comercializam nesse espaço.

1.3 A ORIGEM DA FEIRA LIVRE EM PORTO UNIÃO-SC E EM UNIÃO DA VITÓRIA-PR E AS MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO

De acordo com as duas leis encontradas que autorizam o funcionamento nos dois municípios, acredita-se que as Feiras livres se originaram oficialmente nos municípios de Porto União-SC e em União da Vitória-PR, as cidades gêmeas, como são conhecidas, na década de 1940/50. Em União da Vitória-PR, a Lei Ordinária nº. 06/1948 de 23/01/1948, autorizava a instalação de uma Feira livre no município, assim sendo os artigos:

Art. 1º - Fica a prefeitura municipal autorizada a instalar, nesta cidade, uma Feira-Livre de acordo com os modernos princípios de higiene e estética.

Art. 2º - A referida Feira deverá ser instalada em lugar de fácil acesso devendo a Prefeitura Municipal tomar as necessárias providências no sentido de que tal empreendimento se efetive o mais breve possível.

Art. 3º - A prefeitura, após entrar em entendimento com os interessados expedirá, depois aprovadas pela Câmara Municipal, nas instruções necessárias ao regular funcionamento da mencionada Feira Livre exercendo a fiscalização que se fizer precisa.

Entretanto, somente em 22 de janeiro de 1962 foi editada a Lei Ordinária nº. 390/1962, que autoriza o Poder Executivo a criar a Feira livre no município de União da Vitória-PR. Deste modo, autorizava a construção da Feira na Praça Matos Costa, no centro da cidade. A Praça Matos Costa é a atual Praça Hercílio Luz, localizada no centro de Porto União-SC na Rua Visconde de Guarapuava.

A construção da feira neste local, deveria contar com a construção de no mínimo 20 barracas, todas padronizadas. Além disso, essa obra poderia ser financiada pelos próprios agricultores e outras pessoas interessadas, mas os agricultores tinham prioridade para explorar as barracas e as que restassem eram destinadas aos demais. Além do financiamento da obra, os agricultores e demais interessados deveriam pagar aluguel e taxas de impostos, conforme o artigo desta Lei:

Art. 4º - os agricultores e demais interessados que construírem suas barracas ficam isentos de aluguéis e taxas de impostos municipais durante o prazo de 2 (dois) anos. Findo este prazo as barracas tornar-se-ão de propriedade exclusiva do município passando seus usuários a contribuir com o seguinte:

A - duzentos cruzeiros mensais para os agricultores e quinhentos cruzeiros mensais para os demais,

B - indistintamente, serão pagos a prefeitura mensalmente Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), como taxa de limpeza.

A partir do artigo apresentado, evidencia-se que os/as agricultores/as que quisessem participar das Feiras teriam que contribuir com esse investimento, deste modo, entende-se que a Prefeitura Municipal oferecia condições desfavoráveis para a entrada dos/as agricultores/as neste comércio local.

Em 17 de novembro de 1983, o município de União da Vitória-PR editou a Lei Ordinária nº. 1280/1983, a qual dispõe sobre a regulamentação da Feira livre, acrescentando-se que somente os/as produtores/as que residem em União da Vitória-PR poderiam participar da Feira. Nesse período a Feira livre era organizada na Rua Almirante Barroso⁵ e poderia funcionar no horário compreendido entre 06h00 até as 09h00 da manhã nos dias úteis.

Em suma, essa Lei evidencia que primeiramente a Feira livre deve se equiparar ao comércio em nível de varejo de produtos hortifrúti, cereais, farinhas, laticínios industrializados e granjeiro, devendo serem inspecionados pelo Serviço de Inspeção Federal e também comercializar animais vivos de pequeno porte e artesanatos.

Assim, a Prefeitura se tornou responsável por designar uma pessoa para que fiscalizasse os produtos vendidos na Feira, podendo retirar aqueles produtos que não estariam em condições de serem vendidos para o consumo da população. Da mesma forma, a Secretaria da Saúde Municipal também deveria examinar os produtos, desta maneira a Lei dispõe sobre o dever dos/as fiscais:

Artigo 4º - Os fiscais Municipais, permanecerão regularmente na Feira livre durante o período de funcionamento, fazendo observar as disposições regulamentares.

Artigo 5º - Todos os produtos deverão estar nos locais determinados entre 5,00 e 5,30 horas da manhã a fim de serem examinados pelos fiscais designados, que deverão mandar retirar os que julgarem impróprios, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, aos infratores.

Artigo 6º - Competirá ao fisco, verificar a exatidão dos pesos e medidas utilizados para a pesagem dos produtos na Feira Livre.

Diante disso, compreende-se, a partir dos artigos, expostos acima que os/as feirantes estariam sob constante observação, sem ter muita liberdade em relação a venda dos seus produtos. Outro fator importante é que por mais que a Feira iniciasse às 06h00 da manhã, os/as feirantes deveriam madrugar para primeiramente organizar os seus produtos e posteriormente para a fiscalização dos mesmos. Nesse ínterim, os/as feirantes também deveriam se organizar

⁵ Nos dias de hoje, a Feira se encontra na esquina desta Rua Almirante Barroso com a Rua 1º de Maio no centro de União da Vitória-PR.

em barracas com o objetivo de fazer um agrupamento de feirantes com mercadorias similares, pois tal organização permitia e dava o poder da escolha para o/a consumidor/a (UNIÃO DA VITÓRIA, 1983).

Ademais, a presente Lei também apresenta algumas obrigações que os/as feirantes deveriam cumprir para exercer seu trabalho na Feira livre, sendo necessário sempre respeitar o público e cliente em geral, bem como acatar as ordens emanadas das autoridades encarregadas de fiscalização da Feira e orientação nas Feiras livres. Os/as feirantes também deveriam começar e finalizar a montagem de suas barracas dentro dos horários estabelecidos e também deviam possuir balanças aferidas em perfeito estado para não prejudicar a clientela, além de fazer a pesagem às vistas do/a comprador/a e caso o/a comprador/a necessitasse fazer uma reclamação de um produto, o/a mesmo deveria fazer a troca ou restituir o/a comprador/a (UNIÃO DA VITÓRIA, 1983).

Em relação à higiene, os/as feirantes não poderiam jogar lixo próximo as suas barracas, evitando assim a proliferação de insetos. Os carros também deveriam estar higienizados para o traslado dos alimentos do campo para a cidade. Os alimentos deveriam estar protegidos adequadamente de qualquer tipo de contaminação e os/as feirantes que faziam a manipulação dos alimentos deveriam usar avental e boné branco. Além disso, para facilitar a limpeza das barracas, elas deveriam ser pintadas e também deveriam ter uma cobertura para que se pudesse proteger os gêneros alimentícios dos raios solares (UNIÃO DA VITÓRIA, 1983).

Em face dessa contingência, caso o/a feirante não cumprisse essas obrigações e faltasse na Feira consecutivamente, corria o risco de ser punido/a por um tempo determinado ou até mesmo deixar de fazer parte da Feira, conforme art. 9º, § 1º e 2º:

§ 1º - Considera-se transgressão que importa na suspensão definitiva do feirante com base no inciso XXI do presente artigo, salvo caso fortuito ou força maior, o feirante deixar de comparecer pelo período de 30 dias consecutivos ou quando deixar de comparecer por 07 vezes consecutivas durante o mês, não se eximindo também, por faltas reiteradas das sanções previstas no parágrafo 2º do presente artigo.

§ 2º - A transgressão destas obrigações será punida com a suspensão temporária ou definitiva do feirante.

Salienta-se ainda que além de o feirante correr o risco de não poder mais comercializar seus produtos na Feira, ele deveria vendê-los de acordo com uma tabela organizada pelo serviço municipal, que era elaborada de acordo com os preços dos mercados varejistas do Município. Desse modo, os produtos da feira deveriam ser vendidos 10% mais barato do que aqueles dos grandes mercados, caso determinado produto só fosse encontrado na feira, seguiria a lei da oferta e da procura (UNIÃO DA VITÓRIA, 1983).

Outrossim, sobre a licença para os/as feirantes comercializarem seus produtos, esta era concedida gratuitamente, sendo necessário, para efetivação da matrícula, que o/a interessado/a procurasse a Administração Municipal e declarasse os produtos que desejava vender na Feira. Entretanto, apesar de ser gratuita, havia um número máximo de feirantes, não podendo exceder o número de 50 feirantes. Acrescentando-se a questão da efetivação da matrícula, havia alguns documentos que os/as feirantes deveriam apresentar além da declaração de seus produtos, conforme prevê o art. 13, sendo a identidade, título de propriedade da terra, recibo do cadastro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e carteira de saúde dos/as feirantes (UNIÃO DA VITÓRIA, 1983).

Em síntese, havia uma comissão responsável por organizar e distribuir igualmente os/as feirantes em cada espaço físico. Conforme o art. 18, seriam pintadas faixas na rua e numeradas de 0 a determinado número. Posto isto, cada feirante deveria permanecer no seu espaço, ou em caso de troca da banca, deveria comunicar à comissão responsável (UNIÃO DA VITÓRIA, 1983).

Em, 28 de fevereiro de 1992, o Município de União da Vitória-PR editou a Lei Ordinária nº 1828/1992, sendo a última lei encontrada sobre a Feira livre municipal. Nesta Lei, são apresentadas algumas modificações, como o horário do funcionamento, a partir de então a Feira funcionaria das 07h00 da manhã até as 12h00 nos dias úteis e em locais a serem determinados pela Administração do Município e também pela Comissão dos/as Feirantes.

Paralelamente, o horário para o/a feirante chegar a sua banca e organizá-la ainda segue sendo o mesmo determinado da 05h00 às 05h30 da manhã, mas no inverno esse horário poderia ser modificado em comum acordo com a Comissão dos/as Feirantes. Apesar disso, os produtos só seriam inspecionados às 06h45 da manhã, podendo eles/as, mandar retirar os produtos os quais fossem impróprios para a venda (UNIÃO DA VITÓRIA, 1992).

Em relação aos cuidados com o alimento, recomendava-se que as carnes que os/as feirantes desejassem vender, deveriam estar acondicionadas em pacotes de plásticos e principalmente mantidos em baixa temperatura dentro de caixas de isopor para evitar qualquer estrago (UNIÃO DA VITÓRIA, 1992).

Além disso, a Lei alterou a porcentagem da redução do valor dos produtos vendidos na Feira, de acordo com a tabela máxima de preços, seguindo a base dos mercados varejistas, os produtos da Feira deveriam ser vendidos 20% mais barato do que nos grandes mercados, caso determinado produto só fosse encontrado na Feira, seguiria a lei da oferta e da procura (UNIÃO DA VITÓRIA, 1992).

Por conseguinte, no que concerne a licença para o comércio na Feira, ela continua sendo gratuita, entretanto, agora o número não pode exceder a 20 feirantes em conformidade com o art. 13. Ademais, ainda permanece na Lei que a Prefeitura será responsável por construir as barracas e cobrará o custeio dos feirantes inscritos na Feira e, além disso, mesmo que o feirante cumpra com todos os requisitos de documentação, de qualidade de alimentos e assim por diante, no art. 15, em parágrafo único, é mencionado que: “Mesmo que o requerente preencha os requisitos acima, mas esteja estabelecido com comércio paralelo na sede de União da Vitória-PR e municípios da região, ser-lhe-á vedada a inscrição como feirante” (UNIÃO DA VITÓRIA, 1992).

Outro fator importante é que no art. 34 desta Lei, é mencionado sobre os/as vendedores/as ambulantes: “Fica vedada a localização nas imediações da Feira nos dias e horários de sua realização, de vendedores ambulantes com produtos similares aos comercializados na Feira”, destaca-se que essa previsão foi uma inovação legislativa, uma vez que as Leis anteriores não faziam menção (UNIÃO DA VITÓRIA, 1992).

Por fim, a Lei apresenta no art. 35, que a Comissão dos Feirantes deve conter cinco feirantes escolhidos pela maioria para fazer as devidas sugestões, averiguações e resoluções de assuntos e conflitos (UNIÃO DA VITÓRIA, 1992), o que é muito importante, pois finalmente é levado em consideração o que os feirantes pensam mesmo em relação ao seu trabalho na Feira e as suas condições para tal.

Tal constatação aproxima-se, da Lei nº. 86/1951, do Município de Porto União-SC, a qual foi sancionada no dia 12 de setembro de 1984. Essa Lei dispunha acerca da criação da Feira Livre no Município. Na presente Lei, da mesma maneira que em União da Vitória-PR, somente os/as produtores/as residentes no município poderiam fazer parte da Feira. Outrossim, conforme o artigo 2º, a Feira Livre seria organizada por um período na rua 7 de Setembro, em frente à Casa da Cultura e seu horário de funcionamento seria das 06h00 às 10h00, sendo estabelecido os dias de funcionamento juntamente com a Comissão dos Feirantes. Nesse sentido, aqui evidencia-se que no município de Porto União-SC, esta Comissão de Feirantes havia sido organizada já na primeira Lei que trata da regulamentação da Feira.

As bancas também só poderiam funcionar depois do período de vistoria do fiscal municipal responsável pela Feira e deveriam ser pintadas para facilitar a limpeza e deveriam ter cobertura para proteger os alimentos dos raios solares. Ademais, a Prefeitura era responsável pela construção das barracas móveis, mas cobrava o custo dos feirantes inscritos/as (PORTO UNIÃO, 1984).

Sobre a porcentagem da redução de preço dos produtos da Feira em relação ao preço estabelecido pelos mercados varejistas, seria inicialmente de 20%, o que se difere de União da Vitória-PR, que teve mudança do valor com o passar do tempo. Da mesma forma, o número de feirantes não poderia passar de 50 e a licença também era concedida gratuitamente, mas caso o/a feirante tivesse outro comércio paralelo, a licença seria automaticamente vedada (PORTO UNIÃO, 1984).

Nesta imagem encontrada no grupo denominado “União da Vitória e Porto União Memória e Fotos Atuais” na rede social *facebook*, apresenta como era a Feira livre no Município de Porto União-SC nos anos 1990.

Figura 3: Feira livre em Porto União – SC na década de 1990



Fonte: Facebook (2020)⁶

Nesse contexto, a Feira acontecia em frente ao Armazém Sul da Rede Ferroviária Federal, que ficava bem próximo ao Terminal Urbano, que nessa época se localizava entre a Rua 7 de Setembro e a Rua Siqueira Campos. Através dessa representação de como era a Feira Livre é possível visualizar como eram construídas as barracas, padronizadas, pintadas para

⁶ FILHO, Mariano. **Facebook**. União da Vitória, 09 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2859068450829355&set=gm.2454815528102815>>. Acesso em: 12 de abril de 2023

facilitar a limpeza e como havia cobertura para proteger os alimentos dos raios solares, também se observa alguns feirantes usavam roupa branca para manusear os alimentos.

Ainda na década de 1990, a Feira livre dos dois municípios, Porto União-SC e União da Vitória-PR, passou a acontecer na Estação Ferroviária União⁷, onde localiza-se a divisa das cidades gêmeas, União da Vitória-PR e Porto União-SC.

Nos dias de hoje, a Estação Ferroviária União é utilizada para eventos, festas e manifestações culturais diversas. Até o mês de outubro de 2022, a Feira livre era realizada na Estação União, semanalmente, em todos os sábados pela manhã, há quase 30 anos. Ali concentrava dos dois lados da estação feirantes produtores/as de alimentos e também de artesanatos dos dois municípios aqui referidos.

Figura 4: Feira livre na Estação Ferroviária União



Fonte: Trabalho de campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta.

Na figura pode-se perceber a movimentação dos consumidores na Feira em um sábado. Essa imagem foi registrada no início da manhã e cabe ressaltar que a Feira ocorria nesse espaço

⁷ A Estação União foi inaugurada em 1942, para atender as necessidades da população que utilizava o trem como meio de transporte. Ao refletir historicamente, de acordo com o site do Ipatrimônio [s.d.], para que não houvesse intriga por parte dos dois municípios, a estação seria chamada de “União” para manter os laços e o bom convívio entre as cidades gêmeas.

a partir das 06h30 e tinha seu término às 13h00. Nesse espaço, a Feira Livre contava com mais ou menos 80 produtores rurais e 40 artesãos, entretanto, ainda consistia em ser um ambiente improvisado, pois em dias de festas e eventos, os mesmos não podiam montar as suas mesas e vender os seus produtos no local, ou então, tinham que se reorganizar em função do espaço disponibilizado.

Nesse sentido, é importante frisar que este não era o único espaço que os/as feirantes vendiam os seus produtos, muitos/as feirantes e outros/as que não fazem parte desta que ocorre aos sábados pela manhã, têm pontos espalhados na área urbana dos municípios, normalmente em bairros até mais distantes do centro e funcionam em dias da semana variados, com exceção do domingo. Além disso, ainda existe a Feira no município de Porto União-SC que ocorre nas, quartas e sextas-feiras ao lado do terminal urbano municipal.

Na imagem abaixo pode-se observar essa Feira no terminal urbano, a qual conta com nove bancas de feirantes de alimentos.

Figura 5: Feira livre Municipal de Porto União - SC



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Ainda sobre a Feira que ocorria na Estação Ferroviária, a montagem acontecia conforme as leis expostas nesse capítulo, ou seja, anteriormente ao início da comercialização, sendo

organizada pelos próprios feirantes. Normalmente cada feirante já possuía um local para montar a sua mesa em todos os sábados, ao terem um local fixo ficava mais fácil para os consumidores os localizarem.

Entretanto, na metade do ano de 2022 começou uma movimentação na Estação Ferroviária União, com o intuito de restaurar a locomotiva 310⁸, e retornar com o passeio da Maria Fumaça nas cidades gêmeas. De acordo com o Portal Cultura Sul FM (2022), na matéria intitulada: *Maria Fumaça retorna para estação em União da Vitória para evento de turismo e se estipula retorno de passeios*, diz-se que o passeio agora será chamado de Trem das Etnias e possui uma parceria com o Instituto Alemão Grunewald⁹ juntamente com investimentos de empresários/as dos dois municípios, os/as quais não tiveram seus nomes divulgados. A expectativa seria de começar os passeios já no início de 2023, mas ainda não foi divulgada uma data de início propriamente.

Sendo assim, essas premissas apontam que com a revitalização do passeio de trem, a Feira livre que acontecia há anos na Estação Ferroviária União, necessitou ser transferida para outro lugar, o que gerou grande problematização, pois, a Feira deveria permanecer no centro e além disso deveria possuir um espaço próprio e adequado, este debate será aprofundado no terceiro capítulo. Portanto, ela foi transferida para a Rua 1º de Maio, em esquina com a Rua Almirante Barroso, no Centro de União da Vitória-PR, como pode-se visualizar na imagem abaixo.

⁸ A locomotiva, popularmente conhecida como “Maria Fumaça”, foi construída nos Estados Unidos no ano de 1913, ela é uma das únicas máquinas a vapor existentes no Brasil. Seu estoque de água e madeira fica no compartimento traseiro, denominado “tender”. A locomotiva percorria, principalmente, a rota entre os municípios Porto União-SC/União da Vitória-PR e o porto de São Francisco-SC. No ano de 1997, a Maria Fumaça deixou a ferrovia para fazer parte da paisagem da Praça Visconde de Nacar, onde ficou exposta por 28 (vinte e oito) anos em homenagem aos ferroviários e à ferrovia que fizeram do Município de União da Vitória-PR a 4ª maior economia do Paraná no século XX. (VISITE UNIÃO, [s.d]).

⁹ De acordo com o texto extraído do site do instituto Grunewald, este é um projeto turístico que almeja o desenvolvimento da região dos Municípios de Porto União-SC e União da Vitória-PR, tendo como fim o resgate histórico-cultural das quatro principais etnias que formam a base da região (germânica, italiana, ucraniana e polonesa). O projeto que iniciou com cerca de 10 (dez) participantes, hoje conta com mais de 40 (quarenta) integrantes assíduos/as aos trabalhos do instituto. A sede se encontra na Rua Pedro Mazurechen, nº 1031, Bairro São Pedro – Porto União-SC (GRUNENWALD, SEM DATA). Dito isso, entende-se que esse projeto não aborda outros povos em questão que também contribuíram de maneira significativa para a formação da região, como os caboclos e os indígenas.

Figura 6: Feira Municipal - Rua 1º de Maio (Primeiro Semestre de 2023)



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Em vista disso, a prefeitura de União da Vitória-PR garantiu recursos para uma construção de estrutura permanente para a Feira livre. Essa construção visa possibilitar que os/as feirantes, tanto do artesanato quanto dos/as produtores/as rurais, tenham um espaço e uma estrutura para vender e expor os seus produtos, deixando de ser um lugar provisório como agora e como era na Estação. Nesse sentido, cabe frisar que esse debate será aprofundado no terceiro capítulo deste trabalho.

Ademais, essa estrutura foi prometida para ser entregue ainda no ano de 2023, entretanto conforme observações em visitas à Feira, até o momento não há movimentações de obras no local. Na imagem abaixo pode-se observar como foi desenhado o projeto para a Feira:

Figura 7: Projeto para Feira Livre – União da Vitória-PR



Fonte: Portal da Cidade – União da Vitória, 2023.

Em suma, essa estrutura deve ser coberta, possuir mais bancas para que os/as feirantes em lista de espera, possam fazer parte da mesma. Esta lista de espera é de encargo de duas mulheres que são responsáveis pela organização das bancas da Feira, sendo uma responsável pelos/as feirantes produtores/as de alimentos e outra responsável pelos/as feirantes de artesanato. Isso condiz com as leis outrora estabelecidas nos dois municípios, entretanto, o recurso financeiro nesse caso será concedido e não dependerá que os/as feirantes arque com o custeio da construção de sua barraca para expor os seus produtos à venda.

Portanto, em virtude do que foi mencionado, pode-se perceber que a Feira livre em ambos os municípios, Porto União-SC e União da Vitória-PR, passou por diversas modificações ao longo do tempo, seja por mudanças de horário, de preços e taxas de inspeção dos alimentos e inclusive localização. Além disso, a unificação da Feira municipal dos dois municípios, resultou em benefícios consideráveis para a comunidade, pois possibilitou-se uma maior concentração de visitação nesse espaço, fazendo com que se tornasse uma prática de muitas famílias ao se tornarem consumidoras da Feira aos sábados pela manhã.

CAPÍTULO II: PRECONCEITO, MACHISMO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Segundo Michelle Perrot (1988), no século XX, havia um discurso naturalista que julgava os sexos masculino e feminino de acordo com suas qualidades e aptidões, as quais foram criadas socialmente. A respeito disso, a autora define que essas qualidades apontavam que: “aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1988, p. 177). Corroborando com essa ideia, Perrot (1988), discorre ainda que, para alguns filósofos notáveis, os homens deveriam possuir a sua vida alinhada ao Estado e estarem ligados ao exterior, já as mulheres estariam ligadas à piedade e ao interior, pois, as mulheres ao estarem alinhadas com o Estado, poderiam gerar grande perigo para a sociedade e, portanto, apenas confiava-se às mulheres a família e a casa, ou seja, a esfera privada.

Ao refletir sobre as documentações levantadas por Miriam Leite (1984) a respeito das mulheres do Rio de Janeiro dos anos de 1801 a 1900 e a respeito da condição feminina brasileira no século XIX, entende-se que as mulheres ainda viviam reclusas, principalmente as mulheres da classe média e alta. Desta maneira, E. Belmann (1825) *apud* Leite (1984) relatava em seus escritos que as mulheres de classe média e alta, até se casarem, quase nunca saíam de suas casas, a não ser para irem à missa ou sob a vigilância da família, sendo a companhia de homens alheios à família, totalmente proibida.

Tal constatação, acaba refletindo na questão da educação e as instruções em relação ao mundo oferecidas a essas mulheres, pelas quais, não eram bem-vistas nesse período. Segundo John Luccock (1813 *apud* Leite 1984) o saber ler das mulheres não deveria passar dos livros de reza, muito menos poderiam saber escrever, pois, isso implicaria em fazer maus usos destas artes.

Sendo assim, as mulheres brancas de melhores condições financeiras, ocupavam os seus dias com o trabalho manual de artesanatos, como crochê, bordados e assim por diante e os trabalhos mais pesados em relação aos afazeres da casa, eram destinados às mulheres escravizadas. Ademais, ainda no século XIX no Brasil, havia as vendedoras livres. Deste modo, algumas mulheres vendiam alguns artigos em cestas e tabuleiros e pertenciam a uma classe de pequenos/as comerciantes. Robert Walsh (1828 *apud* Leite 1984) apresenta que os artigos para venda estavam sempre bem arrumados para venda e os vendiam com simplicidade.

Paralelamente, isso se assemelha nos dias de hoje com as mulheres feirantes, as quais continuam desempenhando um papel importante no comércio local, obtendo a sua renda e

contribuindo para a comunidade por meio da venda de alimentos saudáveis, artesanatos e outros artigos, sendo fundamentais para a economia diversificada e sustentável.

Outrossim, no século XIX, havia outras profissões as quais mulheres pobres e escravizadas desempenhavam, como jornalistas, lavadeiras, operárias, parteiras, professoras, rendeiras, domésticas assalariadas. Além disso, uma minoria de mulheres ricas conseguiu neste mesmo período possuir, “profissões liberais”, como médicas e carreira jurídica, as quais possuíam acesso a formação e possibilidade de atuação nestas áreas.

Conforme Guacira Louro (2002), em relação a profissão de professor/a, a lei determinava que os salários fossem iguais entre homens e mulheres, entretanto, isso não acontecia, pois, a grade curricular em que ambos/as atuavam era diferente, uma vez que mulheres só poderiam ministrar aulas para meninas, e os homens só poderiam ministrar aulas para meninos.

Com o abandono da educação no início do Império brasileiro e com reclamações da má formação de professores e professoras, fora criado, segundo Louro (2002), escolas de formações de docentes. Essas instituições atingiam o alunado masculino e feminino, mas homens e mulheres deveriam estudar em classes separadas, em turnos diferentes e até mesmo em escolas diferentes. Inicialmente, no período compreendido entre o Brasil Colonial até o início do Império, as aulas eram ministradas por homens religiosos, como os jesuítas e isso só é modificando quando essas escolas de formação docente passaram a receber e formar mais mulheres do que homens.

Ademais, Louro (2022) afirma que esse processo das mulheres enquanto profissionais docentes, era alvo de muitas críticas nesse período: “para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças (LOURO, 2002, p. 450). Nesse sentido, alguns/mas defensores/as dos docentes homens colocavam o ensino realizado pelas mulheres como algo perigoso para a manutenção da sociedade, podendo gerar atrasos às futuras gerações dos/as estudantes.

Por outro lado, havia pensamentos, de acordo com Louro (2002), que compreendiam que as mulheres tinham uma grande identificação com as crianças de maneira natural e podia-se afirmar que as mães eram as primeiras e naturais educadoras, e, assim sendo, seria muito mais simples confiar às mulheres a educação das crianças, pois: “se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual” (LOURO, 2002, p. 450). Deste modo, esse seria o trabalho perfeito para as mulheres, pois não

subverteria a função principal feminina que era a maternidade, mas sim caminharia ao lado e juntamente com ela.

Tal constatação evidencia que por mais que o magistério estivesse ligado com o ideal da mulher dócil, piedosa e materna, foi legitimada a entrada das mulheres nesse mercado de trabalho, uma vez que muitos homens acabaram saindo da sala de aula para desempenhar outras funções que fossem mais “produtivas” do que ser professor. Sendo assim, nas palavras de Louro (2002), a partir desse momento, começaram a ser atribuídas ao magistério características que eram consideradas “tipicamente femininas”, como paciência, minúcia, afetuosidade e dedicação. Essas características, por sua vez, estavam ligadas à tradição religiosa da profissão de ensino, reforçando a ideia de que a docência deveria ser vista mais como um “sacerdócio” do que como uma profissão.

Ademais, Louro (2002) compreende que devido a percepção e construção das mulheres como frágeis, elas eram vistas como alguém que precisava ser protegida e controlada. Qualquer atividade fora do âmbito doméstico era considerada arriscada, inclusive o trabalho de jovens mulheres das classes populares. Embora o trabalho fosse fundamental para a sobrevivência, ele poderia ameaçar a posição das mulheres como tais, portanto, o trabalho deveria ser realizado de maneira a não afastá-las das obrigações familiares, dos afazeres domésticos e da maternidade.

Dentro desse contexto histórico, desenvolveu-se uma ideia de que o trabalho fora de casa para as mulheres era uma ocupação temporária, que deveria ser abandonada quando a verdadeira missão feminina de ser esposa e mãe se impusesse (LOURO, 2002). Deste modo, o trabalho fora do espaço do lar era considerado aceitável para as mulheres solteiras ou para aquelas que não tinham um marido provedor, as mulheres viúvas. Cabe ressaltar que, essa concepção de trabalho transitório para as mulheres contribuiu para manter os salários baixos, já que se acreditava que o sustento da família era responsabilidade exclusiva do homem. O trabalho externo, por sua vez, era visto como um sinal de masculinidade, logo, deveria fazer parte do mundo dos homens.

A partir desta perspectiva, a sala de aula, ou seja, o magistério era uma das poucas opções que as mulheres possuíam para poder trabalhar fora do âmbito familiar e nas palavras de Louro (2002)

Dizia-se, ainda, que o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de “um só turno”, o que permitia que elas atendessem suas “obrigações domésticas” no outro período. Tal característica se constituiria em mais um argumento para justificar o salário reduzido – supostamente, um “salário complementar”. Com certeza

não se considerava as situações em que o salário das mulheres era fonte de renda indispensável para a manutenção das despesas domésticas (p. 456).

Essa colocação da autora conduz a uma percepção de que havia uma crença difundida de que o magistério era uma profissão adequada para mulheres porque elas poderiam trabalhar somente em um período e no outro poderiam cuidar da casa e dos filhos normalmente. Ou seja, a esfera reprodutiva continuava a cargo das mulheres. Desta maneira, essa visão machista reforçava a ideia de que as mulheres deveriam receber remuneração inferior em relação aos homens, já que seria como um pagamento para auxiliar na manutenção da casa, no entanto, essa visão não considerava a realidade de que muitas mulheres eram as principais provedoras da renda em suas famílias.

Ressalta-se que para muitas mulheres, de acordo com Louro (2002), o trabalho remunerado era realmente uma necessidade para garantir sua própria sobrevivência. O magistério, em particular, era visto como uma opção de trabalho digna e mais respeitada.

Partindo dessas premissas, na sociedade do século XIX, a considerada verdadeira vocação das mulheres era a construção de uma família, deixando a segundo plano a vontade e a realização de uma carreira profissional, pois, isso certamente colocaria em jogo a sua honra feminina. Para além disso, essa construção patriarcal em nossa sociedade permanece até os dias atuais, o que contribui certamente para o preconceito entre a vida profissional feminina e as obrigações familiares, enfrentado pelas mulheres também no século XXI.

Em face dessa contingência, para Louro (2002), mulheres que agissem de maneira contrária às normas, que tivessem alto nível de educação ou que fossem financeiramente independentes, certamente eram vistas como desviantes e ameaçadoras à ordem social e à hierarquia de gênero da época. É importante ressaltar que, durante muito tempo, a ignorância foi vista como um sinal de pureza, o que levava as mulheres instruídas a serem rotuladas como impuras.

De acordo com Claudia Fonseca (2002), as mulheres no século XX, ao invés de serem elogiadas/reconhecidas por seu desempenho no trabalho, assim como um homem em uma posição semelhante, precisavam lutar para manter sua reputação diante da ameaça de assédio sexual, que era (é) extremamente comum. Ademais, mesmo as mulheres que realizavam trabalhos domésticos considerados tradicionalmente femininos, como lavar e passar roupa, pareciam estar em menor risco moral do que aquelas que trabalhavam em indústrias, mas, mesmo assim, ainda eram suscetíveis a serem acusadas de negligentes como mães pela sociedade.

Em 1900, com o advento da industrialização, crianças e mulheres passaram a compor mais da metade da mão de obra em determinados setores industriais, especialmente na indústria têxtil. Fonseca (2002) averiguou alguns dados em relação ao trabalho feminino neste período em que

As estatísticas sobre o Rio Grande do Sul em 1900 mostram que cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina: as mulheres trabalhavam principalmente em “serviços domésticos”, mas sua atuação era também importante nas “artes e ofícios” (41,6%), na indústria manufatureira (46,8%), e no setor agrícola. No censo de 1920, tanto “artes e ofícios” como “serviços domésticos” tinham sido absorvidos dentro da rubrica “diversas” – pessoas que vivem de suas rendas, serviços domésticos, profissões mal definidas –, mas ainda 49,4% da população economicamente ativa (PEA) do estado e 50,8% da PEA em Porto Alegre constavam como feminina. Na indústria, as mulheres ocupavam 28,4% das vagas no estado, e 29,95% na capital (p. 456).

Com base nos dados apresentados pela autora, se torna possível compreender que a participação das mulheres na população economicamente ativa era significativa em diversos setores, incluindo serviços domésticos, artes e ofícios, indústria manufatureira e setor agrícola. Apesar de algumas mudanças na classificação das profissões ao longo do tempo, as mulheres ainda mantiveram uma representação considerável na força de trabalho, compreendendo quase metade da população economicamente ativa em ambos os períodos. A presença das mulheres na indústria também foi notável, ocupando quase um terço das vagas no estado e na capital. Esses dados evidenciam a importante contribuição das mulheres para a economia do estado do Rio Grande do Sul no século XX e demonstram a necessidade de que o trabalho feminino deveria (/deve) ter sido (/ser) reconhecido nesse período (e atualmente).

Corroborando com essa ideia, Margareth Rago (2002), afirma que a maioria das mulheres trabalhadoras das primeiras fábricas instaladas no Brasil eram imigrantes europeias. Isso foi evidenciado pela presença significativa de jovens mulheres brancas trabalhando nas fábricas, em especial na região de São Paulo. Ainda segundo Rago (2002), embora tenha havido uma presença significativa de mulheres trabalhadoras nos primeiros estabelecimentos fabris do Brasil, não se pode inferir que elas tenham gradualmente substituído os homens nesse ramo, na verdade, à medida que a industrialização avançava, era solicitada a força de trabalho masculina, o que gerou a expulsão das mulheres das fábricas.

Em relação a rotina das mulheres que trabalhavam nas fábricas, Rago (2002) aponta que

A rotina de trabalho nas fábricas era muito pesada, variando de 10 a 14 horas diárias, e estava sob a supervisão dos contramestres e outros patrões. Em geral, na divisão do trabalho, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas; os cargos de direção e de concepção, como os de mestre, contramestre

e assistente, cabiam aos homens. Sem uma legislação trabalhista que pudesse proteger o trabalho feminino, as reclamações das operárias contra as péssimas condições de trabalho, contra a falta de higiene nas fábricas, contra o controle disciplinar e contra o assédio sexual encontram espaço na imprensa operária (p. 583).

Portando, a realidade das mulheres trabalhadoras nas primeiras fábricas do Brasil enfrentava condições de trabalho extremamente precarizadas, com jornadas de trabalho longas e sob supervisão constante. Além disso, a divisão sexual do trabalho era claramente desigual, com as mulheres sendo relegadas a funções menos especializadas e mal remuneradas. A ausência de uma legislação trabalhista que pudesse proteger os direitos das mulheres no ambiente de trabalho, bem como a falta de higiene nas fábricas e o assédio sexual sofrido pelas operárias, eram motivos de constante insatisfação. É importante destacar que as lutas e reivindicações dessas mulheres tiveram um papel fundamental na construção de um movimento operário mais amplo no Brasil, que culminaria em grandes mobilizações, como a Greve Geral de 1917.

Outro detalhe importante relativo à presença feminina no ambiente de trabalho, é a questão da moralidade social. Em diversos discursos analisados por Rago (2002) ficou evidente a preocupação com a ameaça à honra feminina representada pelo mundo fabril. Nesse sentido, segundo Rago (2002), a elite brasileira entendia que as fábricas haviam se tornado local de perdição, as comparando com prostíbulos e as trabalhadoras eram retratadas como mulheres indefesas perdidas nesse meio. Essa visão estereotipada das mulheres trabalhadoras contribuiu para a manutenção de um ambiente laboral desfavorável e discriminatório, que somente seria transformado por meio de lutas e reivindicações políticas e sociais das próprias trabalhadoras.

Apesar do exposto, Fonseca (2002) apresenta que nesse século mesmo que fosse evidente que em diversas situações as mulheres fossem responsáveis pelo sustento principal da família, o trabalho feminino era frequentemente considerado um complemento à renda masculina, tanto por advogados quanto pelas próprias mulheres. Embora fosse uma atividade essencial, muitas vezes não era reconhecida como uma profissão e não recebia nem mesmo uma denominação adequada, sendo auferidos termos genéricos como “serviços domésticos” ou “trabalho honesto” como no século XIX.

Salienta-se ainda que, de acordo com os dossiês estudados por Fonseca (2002), a prostituição era a profissão mais comum entre as mulheres no século XX, o que não é surpreendente dadas as circunstâncias sociais da época em decorrência da luta pela sobrevivência.

De acordo com Carla Bassanezi (2002), em 1950 houve um aumento significativo da presença das mulheres no mercado de trabalho, principalmente em setores de serviços coletivos, escritórios, comércio e serviços públicos. Isso criou novas oportunidades de emprego em áreas como enfermagem, medicina, assistência social, vendas, entre outras, que exigiam qualificações específicas e proporcionavam remuneração. Esse movimento demandou maior escolaridade das mulheres e grande mudança na vida das mulheres de classe média.

Em relação às mulheres feirantes, nota-se um contexto diferente em relação ao aumento da presença feminina no mercado de trabalho. Enquanto, no exemplo citado, as mulheres alcançaram oportunidades em setores de serviços públicos, as mulheres feirantes mesmo aliadas ao comércio, se encontravam no espaço de trabalho de segmento informal da economia.

Nessa toada, entende-se que as mulheres camponesas e as mulheres do meio urbano historicamente representam realidades distintas, uma vez que as suas jornadas e experiências de trabalho são moldadas de acordo com o contexto no qual vivem. Para as mulheres do campo a agricultura é fundamental para a manutenção das suas famílias, as quais se dedicam ao cultivo de alimentos e criação de animais. Já as mulheres que residem no meio urbano, possuem um leque maior de trabalho, sendo ele formal ou informal, em escritórios, indústrias e assim por diante. No entanto, apesar dessas diferenças em relação ao mercado de trabalho, ambas desempenham o trabalho doméstico em suas casas, as quais são designadas pelo sistema patriarcal.

Já no final dos anos 1970, Paola Giuliani (2002), afirma que os movimentos das trabalhadoras tiveram grande destaque na sociedade, com o objetivo de apresentar argumentos, promover o diálogo em relação aos valores e aos mecanismos para um amadurecimento da igualdade de gênero. Outrossim, Giuliani (2002) compreende que as trabalhadoras são capazes de desenvolver conceitos sociais e jurídicos que enfatizam a importância da igualdade de gênero a partir de um coletivo formado por meios de comunicação, feministas, universidades, sindicatos e outras instituições, com o intuito de reivindicar seus direitos enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras. Deste modo, para Giuliani

Para alcançar os direitos sociais, as trabalhadoras impulsionam modificações complexas que atingem arraigadas dimensões culturais na divisão sexual do trabalho. Elas questionam sua marginalização na definição dos direitos, tentam abolir a discriminação de gênero nas relações econômicas, culturais e sociais, exigindo também a igualdade com os maridos no exercício das responsabilidades familiares. Essas iniciativas buscam superar as ambiguidades e as tensões no interior dos estatutos sociais: o de trabalhadora e de trabalhador, o de esposa e de marido, o de mãe e de pai (p. 666).

Sendo assim, entende-se que as trabalhadoras têm impulsionado lutas pelos direitos sociais e desafiado as estruturas culturais na tentativa de exterminar a discriminação de gênero nas relações econômicas, culturais e sociais, exigindo-se, também, a igualdade nas responsabilidades familiares. Portanto, a busca pela igualdade de gênero no trabalho e na família é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos e todas.

2.2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE

Atualmente, o Brasil vem enfrentando aumento em relação ao número de trabalhadores/as que exercem atividades remuneradas não regulamentadas, sem proteção, direitos e garantias proporcionadas pela legislação trabalhista, as quais deveriam assegurar condições adequadas de trabalho, segurança e dignidade. Sendo assim, há muitos/as trabalhadores/as brasileiros/as, dentre estes/as, vendedores/as, autônomos/as, empregados/as domésticos/as, sem registro em carteira de trabalho.

Nesse sentido, Francine Basile (2006), aponta que em relação ao trabalho informal, não existe uma definição coesa sobre esse termo utilizado, pois, em suma, existe um leque diverso de ocupações distintas que fazem parte desse ramo de trabalho, entretanto, elas partilham de características comuns, como as condições de trabalho precárias e salários baixos. Portanto, Basile (2006) compreende que no trabalho dito informal

São exercidas em longas e instáveis jornadas de trabalho, cujos ganhos são baixos e incertos para os padrões médios de rendimento e estabilidade dos trabalhadores formais. Não têm acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos nem a qualquer tipo de registro, controle ou proteção por parte das instituições públicas, o que as tornam continuamente sujeitas à repressão policial e à espoliação de intermediários, usuários, fiscais e policiais corruptos (p. 287).

Tal constatação, afirma que o trabalho informal, por muitas vezes, possui jornadas de trabalho prolongadas, inconstantes e financeiramente precárias além de terem seus direitos trabalhistas suprimidos. Deste modo, em síntese, essas condições instáveis revelam a necessidade de medidas políticas para que esses/as trabalhadores/as tenham seus direitos garantidos, a fim de que sejam reconhecidos no mercado de trabalho.

Basile (2006) categoriza algumas ocupações de trabalho de acordo com o trabalho informal.

Consideraremos como trabalhador informal as seguintes categorias ocupacionais: empregado e trabalhador doméstico sem carteira assinada, trabalhador por conta própria, trabalhador não-remunerado e trabalhador na produção ou construção para o próprio consumo e uso (p. 287).

Diante o exposto, para Basile (2006) o trabalho informal pode ser compreendido por ser uma forma de serviço em que a mão-de-obra é vendida sem possuir registro institucional e sem seguridade social pública. Tendo em vista estas especificidades, esse mercado é composto por empregados/as remunerados/as e não-remunerados/as, em que seus contratos firmados não seguem as leis trabalhistas estabelecidas.

Salienta-se que no século XX, conforme Basile (2006), o Brasil passou a fazer parte de uma economia industrial e urbana, o que possibilitou que houvesse uma ampliação da participação de trabalhadores/as assalariados/as e mecanismos que protegessem o/a trabalhador/a. Contudo, em 1980, o mercado de trabalho formal entra em crise, o que acaba gerando desemprego urbano e condições de trabalho precárias, como jornadas extenuantes, desvalorização profissional e falta de proteção trabalhista.

Por conseguinte, em 1990, a economia do Brasil passou por mudanças significativas, na qual adotou-se políticas de liberalização comercial e financeira (Basile, 2006), e diante disso, houve impactos no mercado de trabalho brasileiro, destacando a maior informalidade no emprego e as mudanças oriundas da implantação da tecnologia e automação dos serviços.

Victor Tokman (2001) *apud* Basile (2006), enfatiza que as taxas de desemprego feminino e a ocupação das mulheres em trabalhos informais são mais elevadas do que comparadas as dos homens. Desta maneira, a presença feminina no mercado de trabalho tem sido repleta de desigualdades na inserção, na remuneração e nas oportunidades, o que provoca incertezas e instabilidade em sua vida e de seus/uas familiares. Assim sendo, embora o índice de mulheres empregadas no país tenha aumentado, sendo capaz de gerar uma autonomia e proporcionar a participação feminina em decisões importantes, isso ocorre juntamente com a informalização das condições de trabalho das mulheres.

As feirantes também fazem parte do mercado de trabalho informal, sendo a feira uma alternativa para essas mulheres gerarem renda e contribuírem ou sustentarem as suas famílias. Apesar dos desafios enfrentados por essas mulheres neste meio informal de trabalho, é certo que elas desempenham atividades de suma relevância para a economia local, com as ofertas de produtos que fortalecem as redes comunitárias.

Consequentemente, as mulheres são mais afetadas nesse cenário de trabalho hostil do trabalho informal, de acordo com Coelho e Scramim (2017), os fatores estruturais relacionados

à divisão sexual do trabalho, frequentemente levam as mulheres a condições mais precarizadas de trabalho. Nesse sentido, dada a frágil inserção social das mulheres, elas ficam condicionadas ao trabalho precário, pois, apesar dos avanços ao longo do tempo, ainda é necessário dar devida importância e estabelecer políticas públicas e ações específicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero e da justiça social.

A sociedade em que estamos inseridos/as é fortemente influenciada pelas desigualdades de gênero que foram construídas de forma social e cultural ao longo do tempo. Isso se manifesta através da criação de estereótipos que definem a forma de viver e dos lugares que as pessoas devem ocupar de acordo com o gênero. Nesse caso, o sexo masculino fica livre para frequentar o espaço público e as mulheres enclausuradas na esfera domiciliar e, além disso, existem trabalhos direcionados a uma “carreira feminina” ou a “carreira masculina” no mercado de trabalho.

De acordo com Magda Neves e Célia Pedrosa (2007) *apud* Terezinha Carvalho (2021), o trabalho domiciliar é realizado na moradia da pessoa, seja ela empregada assalariada, seja ela autônoma. Entretanto, nesse caso, o trabalho assalariado é imerso em um disfarce, pois, por vezes são inexistentes os direitos mínimos de trabalho. No entanto, cabe ressaltar que o trabalho domiciliar consiste em ser um trabalho autônomo ou subcontrato para indústrias, produção de alimentos, marketing e outras atividades informais, diferenciando-se do trabalho doméstico.

Dessa forma, para Carvalho (2021), o trabalho domiciliar se torna excelente para obtenção de lucro, entende-se que essa realidade de trabalho se adequa à realidade das mulheres, as quais, são na maioria das vezes casadas e/ou com filhos/as, e, portanto, enfrentam dupla jornada de trabalho. No entanto, cabe ressaltar que o trabalho domiciliar consiste em ser um trabalho autônomo ou subcontrato para indústrias, produção de alimentos, marketing e outras atividades informais, diferenciando-se do trabalho doméstico.

Dado o exposto, essas mulheres devem conciliar seus afazeres domésticos com o trabalho domiciliar realizado em sua própria moradia. Além do mais, normalmente não há espaço adequado para o trabalho, sendo ele realizado nos próprios cômodos existentes na casa.

Segundo Carvalho (2021), esse tipo de trabalho visa reduzir os custos e maximizar os ganhos através da exploração de atividades que são associadas tradicionalmente ao feminino, como algo natural do sexo. Outro fator importante apresentado por Carvalho (2021) é que no trabalho domiciliar ocorre uma mudança na gestão do tempo, inexistindo o tempo perdido para se deslocar até o ambiente de trabalho e iniciar a produção. Como resultado, não se perde tempo com trajetos e, portanto, a trabalhadora pode iniciar a produção imediatamente, otimizando, na lógica do capital, o uso do tempo disponível.

Em vista disso, a trabalhadora passa a enfrentar longas jornadas de trabalho, não conseguindo estabelecer limites entre o trabalho e a vida pessoal, visando apenas atender as demandas da produção. Nesse sentido, é certo que as trabalhadoras além de enfrentarem uma sobrecarga de atividades, enfrentam a desvalorização das suas contribuições para a economia. Deste modo, sobre a dupla jornada de trabalho:

E é por conta dessa dupla jornada de trabalho que apontamos que a mulher é explorada duplamente, como trabalhadora assalariada e como provedora da força-de-trabalho, sem custos ao capital, já que, com a realização do trabalho domiciliar, a mulher torna-se ainda mais propensa a realizar, ela mesma, as funções domésticas, cuidando dos filhos, até cuidando de algum parente; isso tudo, sem qualquer forma de apoio, seja por parte do Estado, sindicatos ou empresas (CARVALHAL, 2021, p. 137).

Sendo assim, evidencia-se que as mulheres são duplamente exploradas, como trabalhadoras assalariadas e também provedoras da força de trabalho não remunerada em sua moradia. Além dessa necessidade e obrigatoriedade de realizar a dupla jornada, as mulheres não recebem o apoio de sindicatos ou empresas, ou seja, a falta de reconhecimento e valorização do trabalho doméstico são fatores aliados propriamente à ausência de políticas e estruturas que assegurem a equidade de oportunidades para as mulheres.

Diante desta realidade, em conformidade com Carvalhal (2021), as mulheres realizam essa dupla jornada em um mesmo espaço e tempo, misturando-se essas funções ao longo do dia e da noite. Ademais, em sua maioria, a busca pelo trabalho remunerado domiciliar possibilita viabilizar a condição da mãe-trabalhadora, como aponta Carvalhal (2021), pois, por vezes, as oportunidades de emprego disponibilizadas não oferecem flexibilidade para mulheres que são mães.

Dessa forma, a mulher faz parte do jugo do capital, porque, ao impor essa forma de trabalho descentralizado, territorialmente formado por mulheres, essa condição vai implicar, além da fragmentação das trabalhadoras, que não se veem como gênero e classe, cada qual estanquizadas em suas casas, mas uma imposição à condição de mulher, responsável pela casa e suas múltiplas tarefas. Tem-se, assim, a lógica territorial do capitalista, com sua auto-gestão, impondo uma territorialidade às mulheres trabalhadoras (CARVALHAL, 2021, p. 138).

Referindo-se a esse marco conceitual apresentado pela autora, o sistema capitalista impõe às mulheres o trabalho descentralizado, o que fragmenta a força de trabalho feminino e reforça estereótipos de gênero, uma vez que elas se encontram reclusas, ao ambiente domiciliar. Em virtude disso, entende-se que há um fundamento territorial, o qual visa promover essa divisão, impondo essa territorialidade às mulheres trabalhadoras na qual compreende-se a dupla exploração.

Além do mencionado, nas palavras de Carvalho (2021) o capital ao ter o controle sobre o espaço domiciliar, a casa não é mais entendida como um ambiente de descanso, liberdade e lazer, passando a ser o local da produção. Desta maneira, a trabalhadora se sente conectada ao trabalho o tempo todo, o que a impede de ter um momento de repouso, vez que a esfera da produção invade aquela da reprodução social da vida.

Em síntese, a partir do estudo realizado por Carvalho (2021) entende-se que para o enfrentamento dessa exploração, a sindicalização dos/as trabalhadores/as deveria atuar para as trabalhadoras domiciliares, uma vez que, estando em casa, as trabalhadoras acabam ficando alienadas, diferente do que ocorre quando estão em um trabalho coletivo. A autora assim indaga: “como haver emancipação de gênero e classe, se a mulher, ao ficar em casa para realizar a produção, também ficará sem a sociabilidade com outros trabalhadores?” (CARVALHAL, 2021, p. 16).

Deste modo, o sindicato poderia e deveria realizar movimentações no sentido de reestruturar seu modo de atuação, uma vez que operam somente em prol de pessoas com carteira assinada, enquanto as trabalhadoras domiciliares que, em sua grande maioria, laboram na informalidade, carecem de representatividade. Ou seja, é necessário um sindicato que dê conta de representar as múltiplas manifestações e realizações do trabalho.

Cabe ressaltar, como aponta Juliana Silva (2016), que a luta pelo reconhecimento do trabalho feminino foi, e ainda é uma batalha de suma importância, que é compreendida desde a luta pelo acesso à educação básica e acadêmica, até a luta contra a violência de gênero, sexualidade e machismo.

De acordo com a pesquisa de Silva (2016) com dados angariados do IBGE de 2012, embora as mulheres fossem a maioria da população brasileira em 2011, elas representavam o menor índice em relação a condição de atividade e ocupação e o maior índice no quesito da população não ativa economicamente. Outro fator importante é que houve muita diferença em relação ao número de homens com emprego formal e carteira assinada, sendo 20% a mais que as mulheres, todavia, na informalidade as mulheres se destacaram.

Em síntese, esses dados apontam para a situação de exclusão enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho, portanto, entende-se que mesmo a mulher estando no mercado de trabalho, não se pode considerar que ela está em posição de equidade de gênero, pois, as condições não são as mesmas. Ademais, mesmo as mulheres possuindo qualificação profissional, muitos setores de trabalho só aceitam a figura masculina, o que impede a entrada das mulheres em alguns ramos de trabalho.

Paralelamente, de acordo com a pesquisa apresentada nesse trabalho, se tornou evidente que no caso das mulheres feirantes, o machismo também atravessa o espaço da Feira, partindo dos feirantes e até mesmo dos clientes homens, os quais subestimam ou menosprezam o trabalho das mulheres. Isso se manifesta através do julgamento de que elas não são qualificadas ou experientes para assumirem papel de liderança ou organização da Feira e além disso, cabe ressaltar as barreiras enfrentadas na questão da negociação dos preços dos produtos, entendendo-as como menos assertivas em relação aos homens. Deste modo, essas atitudes machistas refletem estrutura social que busca valorizar mais os homens em vários aspectos da vida, inclusive o trabalho.

Outro fator importante em relação ao trabalho feminino informal, é que ele possui conformidade com a precarização já mencionada sobre os direitos trabalhistas, entretanto, no caso das mulheres, muitas não possuem direito a licença-maternidade e por vezes, a mulher é demitida de seu trabalho por estar grávida, ou também não é contratada se mencionar em sua entrevista de emprego que deseja ter filhos/as em um período próximo.

Outrossim, as mulheres em sua maioria possuem dupla ou tripla jornada de trabalho, uma vez que, devem conciliar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado. Salienta-se, de acordo com Silva (2016), que muitas empresas ainda persistem em duvidar da capacidade das mulheres e possuem grande preocupação em relação a disponibilidade delas para o trabalho, devido as atribuições familiares que possuem, e acaba ainda gerando menor probabilidade de promoções de cargo.

Também cabe frisar a existência da diferença salarial entre homens e mulheres, mesmo que ocupem o mesmo cargo e a mesma função, situação que contempla diversas profissões. E, infelizmente, muitas mulheres aceitam salários menores por necessidade ou falta de opção, pois necessitam desse trabalho remunerado ou ainda mal remunerado, para a sua sobrevivência e dos/as seus/uas filhos/as.

Para tal, o conceito de divisão sexual do trabalho é essencial para entender as condições atuais do trabalho feminino. De acordo com Danièle Kergoat (2003 *apud* Coelho e Scramim, 2017), a divisão sexual é baseada em dois princípios fundamentais, sendo eles: o primeiro princípio está ligado a segregação, que pressupõe a existência de trabalhos considerados masculinos e outros considerados femininos, sendo o trabalho produtivo associado aos homens e o trabalho reprodutivo às mulheres. O segundo princípio é o da hierarquização, que entende que o trabalho realizado por homens deve ser mais valorizado do que aquele realizado por mulheres.

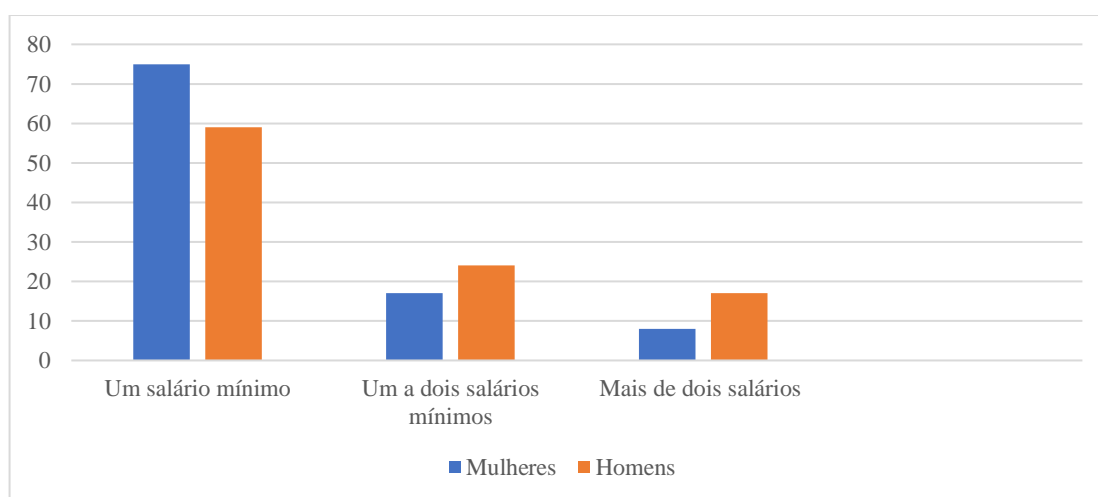
Essas premissas apontam que ao estabelecer essa separação entre as esferas produtiva e reprodutiva no que diz respeito a divisão sexual do trabalho, acaba originando uma hierarquia social, em que o trabalho masculino acaba sendo mais valorizado do que o trabalho feminino.

Conforme ressaltam Coelho e Scramim (2017), no mundo capitalista, o valor econômico do trabalho possui ligação direta com a valoração social, e como o trabalho masculino é tido como produtivo, logo ele é o mais respeitado e admirado socialmente. Além do mais, essa situação também reflete em impactos desagradáveis que abalam a autoestima e autoimagem feminina, além de interferir em um padrão perante a sociedade e ao mercado de trabalho.

Segundo pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2023), dados do 3º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, revelam que o Brasil contava com 89,6 milhões de mulheres com 14 anos de idade ou mais, sendo que 47,9 milhões fazem parte da força de trabalho.

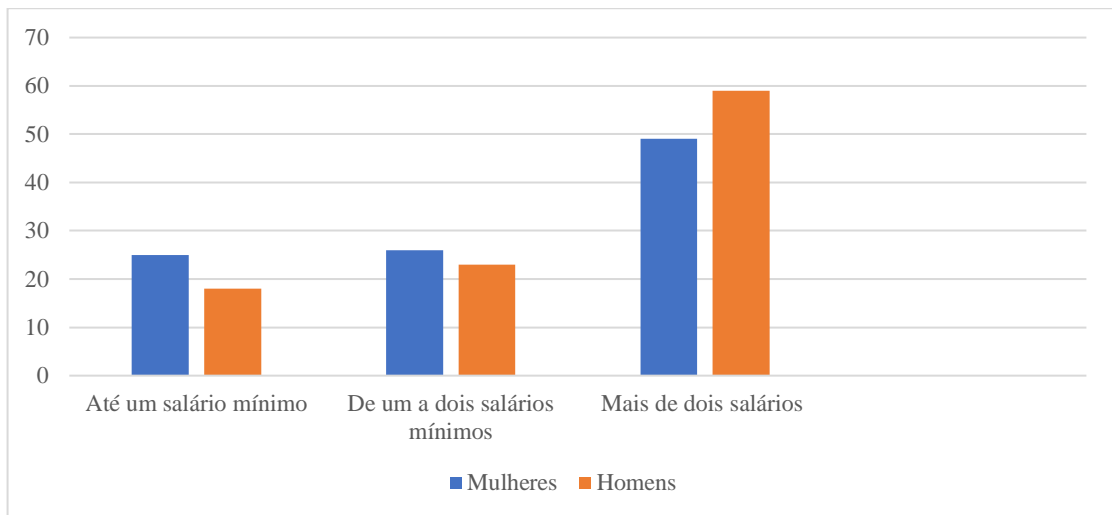
A pesquisa ainda aponta que as mulheres possuem rendimento médio mensal menor em detrimento dos homens. Enquanto eles ganham em média R\$ 2.909,00 (dois mil, novecentos e nove reais) mensais, elas recebem R\$ 2.305,00 (dois mil, trezentos e cinco reais) mensais. A discrepância salarial é observada na pesquisa que aborda diversos setores laborais, como se pode observar nos gráficos elaborados com os dados da pesquisa supracitada:

Gráfico 1 – Percentual de faixa salarial entre homens e mulheres no setor Agropecuário no ano de 2022



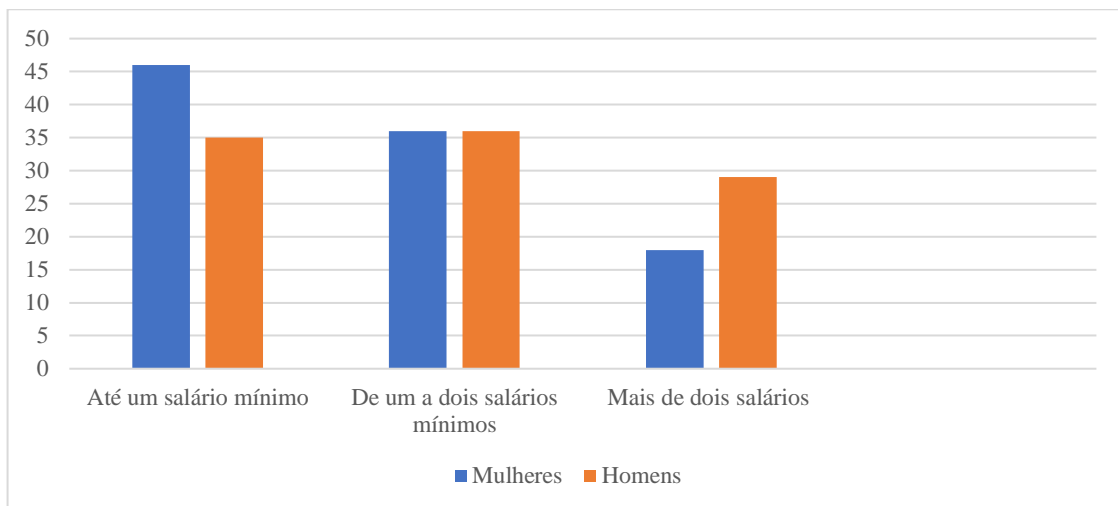
Fonte: DIEESE, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta, 2023.

Gráfico 2 – Percentual de faixa salarial entre homens e mulheres no setor da Administração Pública no ano de 2022



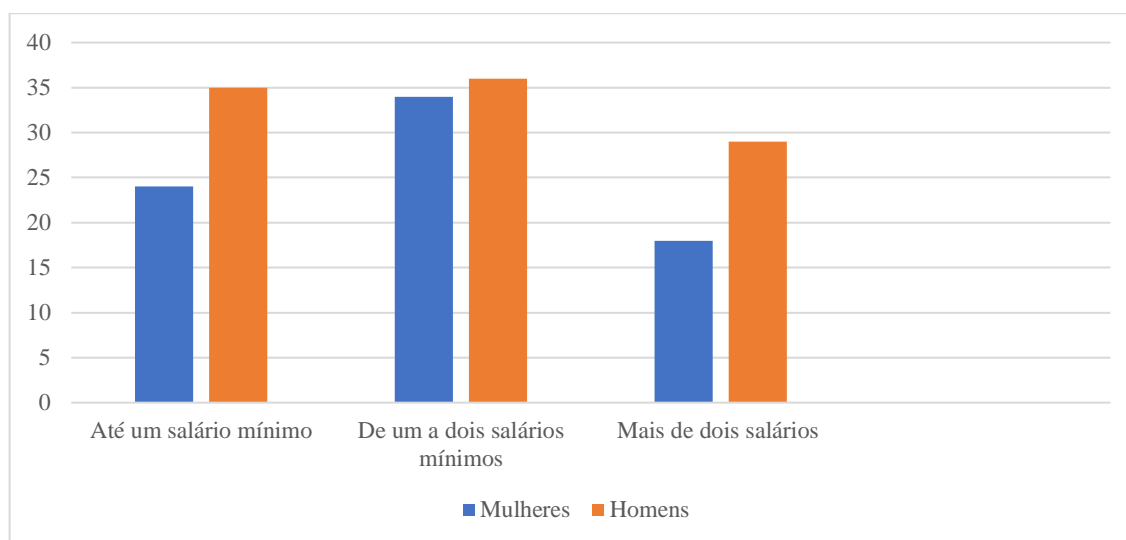
Fonte: DIEESE, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta, 2023.

Gráfico 3 – Percentual de faixa salarial entre homens e mulheres no setor do Comércio e Reparação no ano de 2022



Fonte: DIEESE, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta, 2023.

Gráfico 4 – Percentual de faixa salarial entre homens e mulheres no setor da Educação, saúde e serviços sociais no ano de 2022



Fonte: DIEESE, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta, 2023.

Com base nos dados apresentados acima, pode-se compreender que as mulheres têm uma distribuição salarial mais direcionada no rendimento de até 1 salário-mínimo nas áreas mencionadas (agropecuária, administração pública, comércio e reparação), menos na área da educação, saúde e serviços sociais. Entretanto, os homens, possuem uma distribuição mais estável entre as faixas salariais.

Isso acontece devido a questões sociais, culturais e econômicas que afetam nas oportunidades de emprego para as mulheres. Essas questões dizem respeito sobre a discriminação de gênero no mercado de trabalho, em que há disparidade salarial entre homens e mulheres, e menor acesso a representatividade em cargos de liderança feminina.

Paralelamente, as mulheres apresentam uma menor proporção em relação ao recebimento de mais de 2 salários-mínimos em todas as áreas mencionadas. Nesse sentido, embora a discrepância salarial varie de acordo com os setores laborais, esses dados evidenciam que a precarização do trabalho feminino está presente na nossa sociedade e precisa ser enfrentada por meio de políticas públicas afirmativas que atendam e lutem por essas demandas das trabalhadoras.

Em face dessa contingência, cabe frisar que o artigo 461, da Consolidação das Leis do trabalho (CLT), prevê que “sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade”. De acordo com a Agência Câmara de Notícias (2023), site da Câmara

dos Deputados¹⁰, a CLT atual estabelece que, caso seja verificada discriminação com base no gênero ou cor, será determinado pelo juízo o pagamento das diferenças devidas do salário e multa equivalente a 50% do teto limite dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, em favor do empregado.

Nesse ínterim, um projeto de lei foi proposto pelo Poder Executivo, a Lei 1085/23 visa garantir o mesmo piso salarial para homens e mulheres que ocupam a mesma função. Tendo em vista as especificidades, a Agência Câmara de Notícias (2023) apresentou que esse projeto foi assinado pela Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves e pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Salienta-se que se essa Lei for aprovada, em caso de descumprimento da mesma, a empresa deverá ser multada em um valor 10 vezes maior que o salário pago, e ainda pode haver um aumento de 100% se a empresa for reincidente. Ademais, a empresa poderá ser sentenciada a pagar indenização por danos morais à trabalhadora. Em vista disso, outra medida prevista no projeto de lei, é a possibilidade de o Poder Judiciário emitir liminar obrigando a empresa a equiparar as remunerações até o encerramento do processo (Agência Câmara de Notícias, 2023).

Diante do mencionado, é evidente a desigualdade salarial e de condições de trabalho entre homens e mulheres. O Brasil, como signatário de convenções internacionais que combatem a discriminação de gênero, cita-se, como exemplo, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e com mecanismos constitucionais no mesmo sentido, evolui em passos lentos nas questões de gênero, constituindo indiscutível descumprimento na garantia de direitos e políticas públicas afirmativas nesse sentido.

No entanto, essa desigualdade de gênero não se restringe somente ao meio urbano. Nas áreas rurais, as mulheres enfrentam grandes desafios na constante tentativa de romper com o sistema patriarcal presente em seu cotidiano. Desse modo, o sistema patriarcal no campo limita as oportunidades das mulheres rurais, além de impor barreiras para a participação social, econômica e política, o que será mais detalhado no próximo subcapítulo.

¹⁰ **Chega à Câmara projeto do governo que prevê salários iguais para homens e mulheres.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/944566- chega-a-camara-projeto-do-governo-que-preve-salarios-iguais-para-homens-e-mulheres/>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

2.3 O SISTEMA PATRIARCAL VIVENCIADO PELAS MULHERES DO CAMPO

De acordo com Perrot (2012), por um longo tempo, as mulheres desempenharam papéis predominantemente ligados aos trabalhos do/no campo, como no caso as chamadas “mulheres camponesas”. Ao refletir historicamente, anteriormente a Segunda Guerra Mundial, praticamente a metade das mulheres francesas trabalhavam no campo. Ainda hoje, em alguns locais do mundo, as mulheres ainda são a maioria entre as trabalhadoras rurais como na África, Ásia e também na América Latina.

Em relação às características das mulheres camponesas, Perrot (2012) busca retratar o modo de vida dessas mulheres ligadas ao campo.

A vida das camponesas era regrada pela da família e dos ritmos dos campos. Numa rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. Para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta, cujos produtos, como Perrette, ela vendia na feira. De acordo com a idade e com a posição na família, elas trabalhavam no campo por ocasião das colheitas de todos os tipos, de batatas a vindimas, curvadas sobre a terra ou sob o peso de cargas. A velha camponesa é uma mulher recurvada. Elas cuidavam do rebanho, das vacas, que vigiavam e ordenhavam, das cabras, cujo leite servia para fabricação artesanal de queijo, que também era serviço delas” (p. 111).

Desta forma, a vida das camponesas, era submetida a uma divisão de trabalho e espaços pelos quais podiam circular. Além do mais, como as camponesas trabalhavam no campo durante as colheitas, cuidavam do rebanho e produziam queijos, isso reflete e demonstra o quão o trabalho das mulheres era importante para a produção de alimentos. Em síntese, são as mulheres que são as principais detentoras de muitos saberes tradicionais que são repassados pelas gerações, como o manejo da horta, ervas medicinais e outros.

Perrot (2012) define que a partir dos séculos XVIII e XIX o trabalho feminino esteve em “evidência” devido à industrialização, influenciando nesse período, a saída do espaço privado por uma parcela de mulheres. No entanto, a vida cotidiana das camponesas, ainda visava contemplar a dedicação ao lar.

Paralelamente a esse trabalho das mulheres camponesas para a manutenção do campo, Perrot (2012) afirma que as mulheres camponesas exerciam um trabalho pesado, pois, além da produção do alimento para seu autoconsumo e da sua família, elas se preocupavam com o vestuário, fiando o tecido, em que se aprendia desde cedo a fazer rendas e fiar. Ademais, quando o mercado se abriu para os produtos do campo, como alimentos e têxteis, as camponesas passaram a buscar formas de contribuir para a renda familiar.

Outro detalhe importante relativo à vida das mulheres no campo, é a questão da hierarquia patriarcal, onde a figura masculina se sobressai sobre a esposa e os filhos. Corroborando com essa ideia, Perrot (2012), afirma que as mulheres donas de casa eram o elemento central para cuidar das filhas e organizar seus enxovais.

Outrossim, recaía às mulheres o cuidado com os/as idosos/as, e caso houvesse empregados e criadas na propriedade também ficava sob seus cuidados, mas a palavra final de comando sempre era do homem mais velho da casa, ou seja, seu marido. Salienta-se que nas palavras de Perrot (2012), as “criadas”, eram em sua maioria, mulheres que vinham de famílias com muitos/as filhos/as, pelas quais faltavam-lhes o sustento e buscavam trabalho em outras casas. Sendo assim, essas mulheres pertenciam a uma camada mais vulnerável da sociedade rural.

Entretanto, apesar de toda essa vida árdua no campo, algumas mulheres possuíam prazeres ocultos, os quais eram exercidos através da observação e da comunicação verbal. A esse respeito, Perrot (2012) aborda que algumas mulheres comercializavam seus excedentes nas feiras e quando lavavam as roupas, as mulheres conversam entre si para compartilhar segredos e acontecimentos das redondezas. Sobre isso, Perrot (2012) ainda apresenta que os homens temiam a estas conversas que surgiam, pois colocavam em jogo a sua reputação masculina.

Havia também momentos em que as mulheres desempenhavam outras atividades. De acordo com Perrot (2012), por vezes durante a noite, as mulheres mais velhas contavam histórias, lendas e causos locais para as gerações mais novas em momentos de vigília. Além disso, como em sua maioria eram praticantes da fé católica, se faziam sempre presentes na igreja e outras atividades da comunidade em que residiam.

Após essa reflexão histórica, trazendo para um debate mais atual o trabalho rural vivenciado pelas mulheres camponesas, conforme Mariana do Amaral (2019), continua sendo perpassado por hierarquizações contempladas por um conservadorismo camponês, o qual é enraizado pela cultura do sistema patriarcal, envolvendo o campo e a cidade conforme as suas especificidades.

Nesse sentido, compreende-se que o processo produtivo da agricultura envolve vários momentos de acordo com Amaral (2019), tais como: arar, semear, plantar, colher, beneficiar e comercializar. Entretanto, as mulheres são direcionadas a ocupar poucas dessas funções durante a produção, pois há funções direcionadas aos homens e as mulheres. Deste modo, chama-se esse processo de divisão sexual do trabalho, que têm como base de divisão as características biológicas de sexo.

Segundo Santos et al. (2021), o conceito de gênero de acordo com Taciana Gouveia e Sílvia Camurça (2000) é

[...]resultado de uma construção social que estabelece uma “lógica” a muitos dos comportamentos de homens e mulheres na sociedade, justificando e relacionando o ser “homem” ou o ser “mulher” em correspondência com os aspectos físicos e biológicos de macho e fêmea, de forte e fraco, dominada e dominador. Portanto, o conceito de gênero é utilizado para demonstrar os papéis sociais definidos para homens e mulheres. Assim, o termo gênero agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual (p. 150).

Sendo assim, através da categoria gênero, pode-se justificar e relacionar certos comportamentos, papéis e atributos a cada sexo. Portanto, a divisão sexual do trabalho no campo implica na separação entre o trabalho produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres). Desta maneira, o trabalho produtivo engloba atividades pertinentes à produção agrícola, pecuária e outras funções que correspondem a economia familiar. No entanto, o trabalho reprodutivo consiste nos afazeres referentes ao cuidado do lar, dos/as filhos/as, da alimentação, do trabalho doméstico, cuidado com os/as idosos/as e também o marido. Para tal, o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, não é um trabalho remunerado, apesar de ser exaustivo e fundamental para gerar força de trabalho e garantir a reprodução da família camponesa.

Paralelamente, segundo Santos et al. (2021), no campo o sistema patriarcal predomina sob o viés da política e da formação cultural familiar, em que o poder masculino visa a desvalorização das mulheres e das novas gerações, com o objetivo de desconsiderar o seu protagonismo frente a construção e conquistas na vida do campo.

Em face dessa contingência, o patriarcado consiste em ser, como apontado por Santos et al. (2021), uma organização social em que os homens ocupam e permanecem em funções de liderança e poder. Isso pode ser visto tanto em estruturas familiares, como também na esfera pública e política, com o intuito de que os homens estabeleçam as regras e desfrutem de privilégios da sociedade.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se o peso do patriarcado na vida das mulheres camponesas, conforme apresentado por Santos et al. (2021) em um quadro sobre o referido tema:

Quadro 1 – O patriarcado presente no cotidiano das mulheres camponesas

Quadro 2 - O Patriarcado Atinge a Vida da Mulher Agricultora⁴

- Quando as mulheres desempenham sozinhas o trabalho reprodutivo, que muitas vezes não é reconhecido como trabalho: alimentação, higiene, cuidado com crianças e idosos;
- Quando não há divisão do trabalho doméstico entre a família (as mulheres como únicas responsáveis);
- Quando há proibição para estudar: "A entrevistada 14 afirmou que o pai não a deixava estudar, dizia: 'Estudar pra quê? Pra ajudar o marido carpir!' e ainda 'Filha minha não vai de ônibus pra cidade estudar, porque vai virar puta'";
- Quando são responsáveis pelo trabalho remunerado e mesmo assim são excluídas das tomadas de decisões e da administração da renda;
- Quando vivem isoladas na unidade produtiva (os homens representam as famílias nos espaços de decisões – sindicatos, cooperativas – e nos finais de semana, "bodega" é lugar de homem");

- Quando, na divisão sexual do trabalho, são excluídas do acesso às novas tecnologias agropecuárias e ficam responsáveis pelos trabalhos manuais, os quais são desvalorizados;
- Quando a mulher adoce e mesmo assim precisa desempenhar o trabalho normalmente.

Fonte: SANTOS et al., 2021.

A partir das informações fornecidas, compreende-se a existência de vários fatores que são relacionados à desigualdade de gênero e que demonstram a sobrecarga vivenciada pelas mulheres do campo, como por exemplo o trabalho reprodutivo, o qual afeta a autonomia das mulheres e limita suas oportunidades de participação em outras esferas da vida, pois o cuidado com o marido e filhos/as é perpetuado pela sua vida inteira. A inexistência da divisão do trabalho doméstico vivenciado no cotidiano das mulheres, em que os homens contribuem pouco ou até mesmo em sua maioria não se envolvem, impede que as mulheres desenvolvam um trabalho remunerado, pois não há tempo hábil e nem energia para tal.

Outro fator importante é que a proibição ou restrição do acesso das mulheres à educação, exclui as mulheres de oportunidades de crescimento e realizações, além de ser uma violação dos direitos humanos fundamentais. Ademais, ainda existe a restrição das mulheres ao acesso de novas tecnologias agropecuárias, o que impossibilita mudanças no desempenho da produtividade e da sustentabilidade agrícola.

Ainda cabe ressaltar a exclusão das mulheres na administração da renda que pode ocorrer desde a falta de controle sobre seus próprios ganhos até mesmo a sua exclusão em decisões financeiras familiares. Ao excluir as mulheres dessas decisões, reforça a dependência das mulheres em relação aos homens da família. Ou seja, fica evidente a presença da estrutura

patriarcal, na qual essa dependência historicamente é encontrada desde a relação com o pai, depois com o marido e, por fim, com os filhos homens. Cabe ressaltar que, essa exclusão remonta aos estereótipos de gênero, em que aponta que as mulheres não são qualificadas o suficiente para participar de processos decisórios importantes.

Dado o exposto, entende-se que os papéis de gênero são estabelecidos na organização da agricultura de acordo com a presença do patriarcado. Desta maneira, as meninas já no período da infância possuem atividades claramente definidas, se diferenciado das atividades estabelecidas para os meninos, o que segundo Santos et al. (2021) resulta na divisão sexual do trabalho.

Sendo assim, as meninas quando crianças são direcionadas as atividades domésticas, como ajuda na cozinha, organização da casa, cuidado com os/as irmãos/ãs mais novos/as, ou seja, atividades que são associadas ao sexo feminino e ao trabalho reprodutivo. Já os meninos, são estimulados a jogarem jogos competitivos, auxiliar seus pais na produção agrícola e pecuária, e, além disso, são incentivados a serem aventureiros e corajosos para se tornarem homens independentes e assertivos no futuro de modo a serem capazes de desempenhar o trabalho produtivo.

Além do mais, outra questão importante, é que o trabalho das mulheres, por vezes, é considerado apenas uma “ajuda”, principalmente no trabalho do campo, nas palavras de Santos et al. (2021) as mulheres: “[...]não são consideradas agricultoras, mas esposas de agricultor, visão que, somada à não remuneração, evidencia a cultura patriarcal. É comum ouvir, no campo, que as mulheres fazem “o serviço em casa e ajudam na roça” (p. 166).

Corroborando com essa ideia, Ribeiro (2010) afirma que anteriormente as mobilizações das mulheres agricultoras um pouco antes da Constituição de 1988, em seus documentos constava o seu ofício como do lar e doméstica e nunca foram registradas como agricultoras. Nesse sentido, compreende-se o desmerecimento do trabalho das mulheres do campo, de acordo com uma hierarquia patriarcal e familiar imposta.

Deste modo, no âmbito familiar camponês, o trabalho designado para as mulheres é, por muitas vezes, invisibilizado e explorado. Isso ocorre principalmente devido à dependência financeira que muitas mulheres enfrentam no campo, pois, na maioria das vezes, a renda familiar é administrada pelos homens da casa, como o marido ou os filhos mais velhos, o que acaba interferindo na autonomia econômica das mulheres. Além disso, conforme dito por Aline Schmitz (2014), a falta da participação das mulheres agricultoras rurais em sindicatos, cooperativas e organizações contribui para que o machismo enraizado permaneça nesses

espaços como uma forma natural em que só o homem é capaz de liderar e representar a família em locais onde ocorrem decisões políticas importantes.

Esta colocação da autora vem ao encontro de Santos et al. (2021) em que reflete que mesmo com o nível de escolaridade equiparado aos homens, as mulheres são excluídas, por exemplo, de cursos de capacitação de atividades agrícolas. Do mesmo modo, como o agronegócio têm se intensificado no campo, isso implica na migração forçada das mulheres para a cidade, pois encontram dificuldades em permanecer no campo sem autonomia. Desta maneira, de acordo com Schmitz (2014)

Portanto, apesar das entidades representativas da agricultura familiar, bem como o cooperativismo solidário serem criados com a finalidade de inclusão dos agricultores, de melhoria no acesso ao crédito entre outros, para as mulheres estas entidades muitas vezes ficam distantes, visto que as mesmas têm dificuldades de participar e quando participam tem mais dificuldades para assumir cargos, devido às variadas funções que desempenham na unidade de produção e tantos outros motivos já abordados (p. 91).

Nesse sentido, a exclusão das mulheres desses espaços de aprendizagem e luta política, resulta em uma invisibilidade das mulheres no processo produtivo. Ademais, apesar do discurso sobre ser necessário capacitar as pessoas para a agricultura moderna, ele alega a suposta incapacidade das mulheres.

Em vista disso, Santos et al. (2021) aborda que em 2003, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cogitou-se a inserção das mulheres nos programas de assistência técnica às famílias que faziam parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Apesar disso, essa ainda foi uma iniciativa pequena tendo em vista a exclusão social das mulheres camponesas.

Outro fator importante abordado por Santos et al. (2021), é sobre a propriedade agrícola, onde as transferências dos patrimônios ocorrem para os/as dependentes, entretanto, há uma prioridade em transferir a propriedade para o nome dos filhos homens, deixando as filhas mulheres de fora deste processo. Desta maneira, compreende-se a exclusão das mulheres da posse da terra, o que as torna totalmente dependentes dos homens com os quais convivem, de acordo com a subjugação estabelecida pelo patriarcado, o que revela entraves das suas vivências. Nesse sentido, pode-se observar a tabela abaixo, na qual foi registrado em 2017, um total de estabelecimentos agropecuários com os percentuais correspondentes para cada sexo:

Tabela 1 -Número e percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por homens e mulheres em 2017

| | Homens | Mulheres | % Homens | % Mulheres | % Total |
|------------------------------|---------------|-----------------|-----------------|-------------------|----------------|
| Brasil | 4.110.450 | 946.075 | 81,3 | 18,7 | 100 |
| Paraná | 262.895 | 40.646 | 86,6 | 13,4 | 100 |
| Santa Catarina | 162.900 | 18.774 | 89,7 | 10,3 | 100 |
| União da Vitória (PR) | 611 | 175 | 77,7 | 22,3 | 100 |
| Porto União (SC) | 1.152 | 178 | 86,6 | 13,4 | 100 |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017 Org.: Flávia Schena Rotta, 2023.

Com base nos dados apresentados, pode-se compreender que tanto no Paraná, como em Santa Catarina, a porcentagem de estabelecimentos dirigidos por mulheres no campo é muito baixa, o que sugere uma discrepância significativa no que tange o acesso/controlado/direção da propriedade rural, bem como no Brasil. Portanto, os dois municípios que contemplam essa pesquisa, sendo União da Vitória-PR e Porto União-SC, também estão imersos nessa desigualdade marcada pelo sistema patriarcal.

Salienta-se ainda que, muitas mulheres, mesmo com todos os obstáculos e impedimentos, são resistentes e participantes de processos produtivos e organizativos no campo. Havendo, por exemplo, uma presença significativa de mulheres como feirantes, possuindo um vasto conhecimento sobre os produtos que vendem, as técnicas de comércio e as preferências dos/as seus/uas clientes. Deste modo, a atuação das mulheres camponesas como feirantes, abre espaço para uma fonte de renda independente, além de possibilitar a interação social nesse espaço de encontro de vivências que é a feira livre. Sabe-se que as mulheres rurais por vezes ficam reclusas ao trabalho em suas propriedades, com poucas oportunidades de interação com outras pessoas fora de seus núcleos familiares, mas ao se tornarem feirantes, utilizam esse ambiente para além da venda, como um espaço de fortalecimento e conexões com a comunidade.

Além disso, Santos et al. (2021) trazem uma perspectiva sobre o ecofeminismo, o qual defende que existe um ponto comum entre a destruição do meio ambiente e a invisibilidade das mulheres. Portanto, conforme exposto por Santos et al. (2021), o ecofeminismo propõe uma união entre o feminismo e a ecologia, sendo assim, as mulheres têm autonomia de apropriação de seus corpos e também do ambiente em que estão inseridas.

Essas premissas apontam que os movimentos feministas e agroecológicos estão conectados em prol de transformações sociais nas áreas rurais, isso segundo Santos et al. (2021), pode agregar novas experiências e vivências. Cabe ressaltar aqui a existência de algumas

organizações de caráter feminista citadas por Santos et al. (2021), como o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Além destes destaca-se as cooperativas solidárias, sindicais, coletivos de mulheres, tais como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

Em relação ao MST, Maria Garcia (2004) assinala que a disparidade da distribuição de renda entre os/as brasileiros/as, implica que o Brasil é: “um país dos “sem”; sem terra, sem teto, sem lugar” (p. 61). No entanto, em decorrência disso, existe um contingente significativo de seres “sem terras” no país, os quais são sujeitos resistentes e utilizam dessa terminologia para afirmarem as suas identidades camponesas.

Na perspectiva das relações de gênero, nesse movimento social, a vida cotidiana é moldada por um processo de educação política, a qual segundo Garcia (2004), busca o envolvimento tanto dos homens quanto das mulheres de maneira ativa. No mais, há uma grande interação entre os/as moradores/as dos acampamentos do MST, já que a disposição espacial em que se é organizada as barracas permite que as famílias residam muito próxima as outras. Sobre a educação política desses espaços:

As atividades de socialização política realizam-se no acampamento sem diferenciação de gênero nem idade. São espaços de confraternização, onde se compartilham as experiências de vida por meio das quais se trabalha na conscientização da condição de expropriados e explorados, fortalecendo a construção da sua identidade Sem – Terra (GARCIA, 2004, p.70-71).

Diante do mencionado, entende-se que nos acampamentos, a socialização política perpassa pelas barreiras de gênero e idade. Além disso, visa promover as trocas de saberes e vivências do coletivo, sendo sempre conscientes da condição de expropriados/as e explorados/as, o que contribui para o fortalecimento da identidade. Corroborando com essa ideia, Garcia (2004), aponta que cada indivíduo que faz parte do acampamento desempenha uma função específica, o que colabora para que todas as pessoas que residem nesse local, participem das atividades, ou seja, essa organização contribui para a vida comunitária.

Entretanto, como abordado por Garcia (2004), como na fase do acampamento¹¹ as pessoas residem em barracas, algumas atividades familiares dentro desse espaço se tornam inviáveis, o que abre espaço para a convivência coletiva, e, assim, ela acaba se sobressaindo às

¹¹ O acampamento é montado através de um grupo de pessoas sem acesso à terra, os quais se mobilizam para reivindicar seus direitos em ter um pedaço de terra. Já o assentamento surge quando essas famílias, conseguem o direito no acesso à terra, tendo segurança para plantar e colher alimentos da terra, inclusive com o fomento do Estado, além de conquistarem a construção de moradias em alvenaria.

relações familiares. Isso também implica na divisão sexual de trabalho, uma vez que como a dinâmica no âmbito familiar é diferente, ele não é considerado um lugar de trabalho doméstico feminino. Entretanto, o mesmo já não ocorre nos âmbitos domésticos dos assentamentos do MST, deste modo:

Podemos afirmar que na produção e reprodução comunitária destes espaços, a associação mulher-esfera privada/doméstica/reprodutiva não se identifica na mesma medida para a mulher assentada, onde toda atividade realizada dentro do lote enquadra-se dentro da “percepção do doméstico”, noção significativamente ampliada para a mulher rural. Além do mais, as extremas condições de subsistência e vulnerabilidade que o grupo vivencia facilita a auto-percepção dos acampados e acampadas como sujeitos iguais de resistência (GARCIA, 2004, p.72-73).

Desta maneira, compreende-se que as atividades que as mulheres assentadas desempenham, se encaixam na definição do “trabalho doméstico”, como aponta a autora: “[...] onde o espaço público, da roça, do futebol, do boteco, da militância, é masculino e o privado feminino, a casa e o lote” (GARCIA, 2004, p.81).

Como resultado disso, é perceptível a desigualdade de oportunidades entre os sexos e a não participação das mulheres na esfera pública, nesse caso havendo uma instituição religiosa na comunidade, ela surge como uma alternativa para a circulação das assentadas. Além disso, angariando este debate, Garcia (2004), ainda revela que há uma colaboração entre os sexos na roça, entretanto, perdura-se o fato de que esse trabalho desempenhado pelas mulheres é subalterno em relação aos homens.

Opondo-se a isso, os/as acampados/as, mesmo enfrentando as adversas condições de vulnerabilidade, se entendem como agentes igualmente relevantes na luta pela resistência, sem discriminação de gênero. Isso acaba demonstrando que, no acampamento, independentemente do gênero, todos/as participam na inconstante busca por melhores condições de vida. Portanto, o papel das mulheres acampadas é entendido como: “sujeito de resistência e “companheira de luta” e valorizado, especialmente, pela sua capacidade de trabalho” (GARCIA, 2004, p. 76).

Deste modo, segundo a autora, as mulheres que estão envolvidas nessas organizações e fazem parte do MST, fazem parte de três funções simultâneas e interligadas, sendo elas: a militância, processo produtivo e processo reprodutivo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que elas lutam por seus direitos, contribuem para o autoconsumo na produção de alimento e desempenham o cuidado com as suas famílias.

Em face dessa contingência, pode-se perceber o quão importantes são as organizações políticas e sociais do campo, tendo em vista a diversidade das mulheres camponesas conforme Santos et al. (2021): “assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário,

extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, faxinalenses, caiçaras, mulheres pertencentes às populações de fundo e fecho de pasto e ciganas, entre outras.” (p.175).

Essa diversidade de mulheres camponesas indica que se deve reconhecer e valorizar as particularidades de cada grupo de mulheres, as que lutam pela garantia de seus direitos, sua autonomia e seu acesso a recursos e oportunidades. Cabe ressaltar a importância dessas mulheres em relação as suas contribuições para a agricultura, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Segundo Santos et al. (2021), essas organizações dão credibilidade a produção realizada pelas mulheres do campo, as quais produzem uma grande diversidade de alimentos e em decorrência disto, estão fortemente ligadas a alimentação saudável. Sendo assim, a ligação entre esses movimentos, propicia a construção de relações baseadas na equidade, abrindo espaço para as mulheres nas duas esferas, pública e privada, a fim de promover a sua autonomia para o combate às violências de gênero as quais sofre (física, psicológica, patrimonial, simbólica, sexual e social). Ainda nas palavras de Santos et al (2021)

A violência no campo representa o próprio processo histórico de formação desse espaço, permeado por conflitos e disputas territoriais, que ajudaram a formar a cultura atual, impondo à mulher subordinação e papel secundário. A violência no campo impede e retira o protagonismo das mulheres, inferioriza-as em relação aos homens e se traduz em uma sucessão de manifestações (p. 166).

Nesse ínterim, o campo é um espaço único sendo definido pelo território demarcado por limites e posse, o que envolve relações de poder, as quais conforme Santos et al. (2021) destaca, as mulheres são deixadas à margem do protagonismo do campo. Essa situação é refletida com base nos conflitos que contribuíram para a formação da cultura atual, que ainda mantém as mulheres em posição subordinada.

Sendo assim, em virtude do que foi mencionado, se torna evidente que as mulheres camponesas enfrentam muitos obstáculos em suas trajetórias de vida, tanto em relação ao acesso a recursos produtivos, quanto a desigualdade de gênero a qual prejudica e limita a educação e os direitos civis e políticos, apesar de desempenharem um papel de grande importância nas comunidades rurais.

Importância esta que vai além do cuidado da família e do lar, mas que desenvolvem ações comunitárias, se fazem presentes em movimentos sociais com o objetivo de defenderem suas comunidades e lutar por melhores condições de trabalho e vida. Portanto, a valorização das mulheres camponesas deve ser sempre incluída em políticas públicas que visem a equidade

de gênero e que possam fortalecer movimentos com lideranças femininas rurais, pois somente dessa maneira abre possibilidades de um mundo humanamente sustentável e equitativo.

CAPÍTULO III: TRAJETÓRIAS DE MULHERES FEIRANTES: ASSOCIAÇÃO DE MULHERES RURAIS *SEMEADORAS DO CONTESTADO*

Semeadoras do Contestado é o nome dado a Associação de Mulheres do Meio Rural de Porto União-SC, o qual foi inspirado em um movimento que ocorreu na região entre os anos de 1912 e 1916, onde desencadeou-se um conflito armado nas fronteiras dos estados do Paraná e Santa Catarina, ficando conhecido como a Guerra do Contestado. A disputa por territórios vivenciada nesse conflito foi marcada pelo confronto entre coronéis e lideranças caboclas.

No início do século XX, essa região se tornou motivo de interesse de empresas ferroviárias que pretendiam estabelecer uma ligação ferroviária entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o conflito se intensificou quando a empresa norte-americana *Brazil Railway Company* foi contratada para construir a ferrovia.

É nesse cenário que chega ao Território Contestado a *Brazil Railway Company* e suas empresas subsidiárias, administradas por Percival Farquhar, que serão responsáveis pela construção da ferrovia, exploração madeireira e venda de lotes de terra com objetivos de colonização. Elementos estes que estão no centro das motivações que levaram a deflagração da Guerra do Contestado e, portanto, da “colonização” via espoliação da natureza e do território associada ao discurso de desenvolvimento e progresso, por meio, inclusive da substituição do/da caboclo/a pelo/pela imigrante europeu/europeia (GEMELLI, 2018, p. 89).

Estas colocações da autora apontam que a eclosão da Guerra do Contestado estava diretamente ligada ao almejado progresso econômico fomentado pela lógica capitalista. Diane Gemelli (2018), reflete que essa ideia de progresso no Brasil, perpassa por lógicas imperialistas de exploração que remontam a formação do território. Ademais, em conformidade com Gemelli (2018), a autora Dulceli Estacheski (2019) constata que com a chegada das empresas estrangeiras à região resultou em alterações significativas no estilo de vida das pessoas que resistiam a elas, uma vez que introduziram a lógica capitalista e exploraram as madeiras da região, como é o caso da *Lumber Company*.

Em síntese, os/as caboclos/as tiveram suas terras desapropriadas para construção da ferrovia. Conforme Gemelli (2018), a *Lumber* foi responsável por um “Corpo de Segurança”, o qual: “[...] teve um papel decisivo na expulsão/desterroamento dos caboclos e das caboclas que habitavam as terras concedidas[...]” (p. 107). Em face dessa contingência, muitos/as caboclos/as acabaram sendo mortos/as por agentes do Estado.

Ao fim da Guerra, que perdurou por quatro anos, Gemelli (2018), apresenta que depois do período de guerra, a região foi um palco de massacre: “[...] porém o pós-guerra, sobretudo,

no ano de 1917, registrou o genocídio de caboclos e caboclas que haviam fugido da morte nos quatro anos anteriores [...]” (p.119).

Outro aspecto importante, diz respeito a ausência e distanciamento das instituições religiosas oficiais da região do Contestado, que somente no final do século XIX se estabeleceram na região, anteriormente os padres franciscanos realizavam apenas visitas corriqueiras em um intervalo de três anos, conforme abordado por Delmir Valentini (2003) *apud* Gemelli (2018).

Diante da falta de igrejas católicas, houve o surgimento da figura do monge para amparar espiritualmente os/as caboclos/as. De acordo com Gemelli (2018) três monges têm presença significativa na historiografia do Contestado, sendo dois chamados de João Maria e um nomeado de José Maria, os quais estiveram presentes nesse território antes do início da guerra.

Cabe ressaltar que Gemelli (2018) entende que o monge era capaz de trazer esperança para a população, pois pregava incentivos com amorosidade. Paralelamente, de acordo com Estacheski (2019), essa religiosidade fortaleceu o povo caboclo e o inspirou a resistir, surgindo assim, redutos sertanejos onde as pessoas compartilhavam seus costumes e alimentos.

Em relação às lideranças sertanejas, sabe-se que houve algumas lideranças femininas, como Maria Rosa, a qual também atende por “Santa Maria Rosa” e também a Chica Pelega. Ambas desempenharam papel ativo na resistência contra os coronéis locais e militares. Para Estacheski (2019), assim como várias outras mulheres camponesas, elas infelizmente ocupam uma posição secundária na historiografia, bem como em livros didáticos. Inclusive, as narrativas sobre esse acontecimento histórico são masculinas e enfatizam a atuação dos homens na guerra, invisibilizando a participação das mulheres.

A partir dos discursos apresentados, evidencia-se que o silenciamento das mulheres rurais ainda permanece na nossa região, mesmo elas sendo responsáveis pelas atividades domésticas e também por produções agrícolas. Nesse sentido, Estacheski (2019) faz o seguinte comparativo em sua pesquisa sobre as *Semeadoras do Contestado*: “As *Semeadoras do Contestado* são mulheres que também resistem e, mais do que isso, transformam realidades. São outras Marias Rosas e Chicas Pelegas que, usando de outros instrumentos, lutam por vida digna no meio rural” (p. 42).

Assim sendo, a Associação é formada por 43 mulheres associadas de várias comunidades da área rural do município de Porto União-SC, como Antônio Cândido, Aquiles Stenghel, Capão Grande, Km 13, Lança, Legru, Maquinista Molina, Nova Galícia, Pintado,

Pintadinho, São Francisco, São Martinho, São Miguel da Serra, Rio dos Pardos e Salto do Pintadinho.

Em suma, as *Semeadoras do Contestado* objetivam a valorização das mulheres do campo, a fim de combater as desigualdades sociais e sensibilizar a comunidade sobre os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas, visando sua independência financeira. Para tanto, a Associação busca oferecer mecanismos que estimulem o desenvolvimento pessoal das mulheres rurais da região de Porto União-SC.

Para a compreensão de como a Associação foi idealizada, realizou-se uma entrevista com uma de suas integrantes, a qual colocou que:

Então, eu fazia o Ater [Assistência Técnica e Extensão Rural] em 2010, na cidade de Florianópolis. Daí quando eu voltei lá, voltei cheia de ideias. Eu tinha também terminado minha pós ali na faculdade [FAFIUV – Atual UNESPAR], que você estuda. Daí voltei cheia de ideias e eu falei, eu vou criar uma associação de mulheres. Até porque eu tinha visto lá que tem muitos fundos, muita verba que vem e que volta, que vem a fundo perdido, e que volta porque ninguém pede aquele dinheiro. Então volta muito. Nossa, tinha voltado muito dinheiro para o governo. Aí eu falei, porque não ter uma associação para a gente ter como pedir esse dinheiro para ajudar essas mulheres que realmente precisam e que não têm isso. Aí eu fui e chamei as mulheres, coloquei o anúncio no rádio, primeiro chamei as mulheres, ó, todas do meio rural, ali no sindicato, chamei pra vim no sindicato, e de início coloquei a ideia pra elas, que eu queria fundar uma associação e que tinha verba do governo, essas coisas, falei pra elas. E elas toparam (SEMEADORA 4, 2022).

Nesse ínterim, revela-se a iniciativa da entrevistada em promover a valorização das mulheres rurais. Após sua experiência na Assistência Técnica e Extensão Rural¹², decidiu criar uma associação para ajudar as mulheres que, assim como ela, necessitavam de apoio. Outrossim, ao perceber que havia recursos disponíveis do governo que não estavam sendo aproveitados, entendeu que poderia acessar esses fundos por meio da criação desta Associação e direcioná-los para auxiliar as mulheres do campo. Posteriormente, comunicou sua proposta às mulheres interessadas e reuniu um grupo disposto a participar dessa iniciativa.

Tal organização demonstra a importância da liderança feminina para mobilizar as mulheres camponesas frente aos obstáculos e aos desafios sociais e econômicos que enfrentam em seu cotidiano. Cabe frisar que o machismo enraizado na sociedade fez parte da tomada da decisão de algumas mulheres em não participarem da Associação, como afirma a entrevistada ao responder a questão sobre o porquê de algumas mulheres não terem aceitado o convite de participar da Associação:

¹² A Ater, visa a assistência técnica e busca contribuir para a elevação da produção e qualidade de produtos rurais, ao mesmo tempo em que oferece uma Educação Formal e contínua para o meio rural e pesqueiro. (MANEJE BEM, 2023).

Algumas não quiseram, como um marido que falou que não estava passando fome, que a mulher não precisava disso, e você sabe como é que é, né? É triste a situação. Então, e outras já têm aquelas que são mais fortes, mais cabeça. Então, toparam. Então, naquele dia, tinha 22 mulheres nessa reunião inicial. E daquele dia em diante, já fomos atrás, já fomos fazer, formar estatuto, já fomos registrar, fazer toda a documentação que exigia para criar uma associação de mulheres. E até então a nossa era a segunda associação de mulheres em Santa Catarina, porque eu conheci uma outra, mas hoje em dia ela já não funciona mais. Então eu quero dizer que a nossa está funcionando, e é uma das poucas, que eu não tenho conhecimento de outra associação de mulheres, assim, com o sentido de plantar e fazer Feira e ter artesanato, uma associação nesse sentido. E aí a gente foi, e em 2011 a gente já estava trabalhando aí vendendo nossos produtos (SEMEADORA 4, 2022)

Desta maneira, a respeito da fala apresentada, verifica-se a situação em que algumas mulheres foram desencorajadas pelos maridos a participarem da Associação, com a justificativa de que não estavam passando necessidade que justificasse o envolvimento com uma associação de mulheres. Essa realidade evidencia a importância contínua de sensibilizar a sociedade sobre as desigualdades de gênero e refletir que a Associação não apenas busca que as mulheres caminhem para uma independência financeira, mas também que seja uma rede de apoio para o fortalecimento das mulheres camponesas enquanto pessoas atuantes e presentes na sociedade. Entretanto, apesar das dificuldades apontadas, a entrevistada destacou que tiveram mulheres que se mostraram determinadas e prontas para abraçar e participar da Associação.

Outra questão importante, diz a respeito sobre a *Semeadoras do Contestado* ser uma das poucas associações de mulheres rurais de Santa Catarina com o enfoque na comercialização de seus produtos em feiras. Produtos estes que fazem parte de uma grande diversidade, que abrange produção orgânica de frutas, verduras, hortaliças em geral, compotas, conservas, doces e geleias. Acrescentando-se também, produtos da gastronomia regional como, bolachas, cucas, pães, e bolos, sendo importante mencionar que muitos desses alimentos são produzidos através de receitas tradicionais da família.

Ademais, outro grupo de associadas se dedica a produção de artesanato cultural e trabalhos manuais, como o crochê, tricô, bordados, pintura em tecido, artesanato étnico ucraniano, polonês e alemão.

Diante do mencionado, essa trajetória das *Semeadoras do Contestado* já está caminhando há treze anos, como afirma a entrevistada: “E a gente foi, fizemos camiseta, fizemos etiqueta, fizemos tudo que precisava ser feito, sabe? E hoje a gente está com essa caminhada de quase 13 anos” (SEMEADORA 4, 2022).

A seguir apresenta-se as imagens de como é a etiqueta e as sacolas personalizadas que são entregues aos/às consumidores/as.

Figura 8: Etiqueta e Sacola – Semeadoras do Contestado



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta.

Nas imagens, podemos observar a logomarca da Associação das *Semeadoras do Contestado*, em que os troncos das árvores são mulheres unidas. Desse modo, compreende-se que esse é o intuito da Associação, a união das mulheres camponesas da região. Além disso, sobre a etiqueta, ela traz algumas informações necessárias para o/a consumidor/a que dão mais credibilidade para a venda, sendo elas: o nome da mulher que produziu o produto, o telefone, o que é o produto, a data de fabricação e a data de validade. Assim, se torna mais fácil que o/a consumidor/a possa entrar em contato com a produtora para adquirir mais produtos.

Outra questão relevante apresentada pela entrevistada, é que existe alguns processos pelos quais as mulheres precisam passar para fazer parte da Associação:

Tem uma porção de mulheres ainda querendo entrar, mas a gente tem que fazer a assembleia para poder pôr as mulheres e elas têm que passar também, por avaliação, para ver se elas realmente são agricultoras, se elas têm bloco de notas, essas coisas que exigem do meio rural. Porque a gente não vai por uma pessoa que às vezes é do comércio já. Então não tem condição, não encaixa no nosso estatuto (SEMEADORA 4, 2022).

Essas premissas apontam, de acordo com a entrevistada, que é preciso realizar uma assembleia para permitir a entrada de novas mulheres no grupo. Sendo assim, essa avaliação busca verificar se as candidatas são agricultoras e se possuem alguns requisitos oriundos do meio rural, como, por exemplo, o bloco de notas¹³. Em síntese, essa seleção é importante para que se garanta a integridade e a união do grupo, com o intuito de evitar a entrada de pessoas que não se enquadram no estatuto da Associação, visando preservar a identidade e os princípios do grupo.

Na imagem da sequência, pode-se observar algumas mulheres integrantes do grupo utilizando a camiseta personalizada da Associação:

Figura 9: Reunião – Semeadoras do Contestado



Fonte: Facebook (2021)

Segundo relatos da entrevistada, essas reuniões ocorrem mensalmente para discutir algumas questões sobre o grupo, como também assembleias para aprovar ou não a inserção de novas integrantes e discutir acerca da participação em eventos.

Nesse sentido, as *Semeadoras do Contestado* participam ativamente de alguns projetos e eventos da região, como, por exemplo, o projeto da Lei Aldir Blanc nº. 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais a serem adotadas durante o estado de

¹³ De acordo com o site da prefeitura de Urugussanga –SC (2022), a Nota Fiscal do Produtor Rural é um documento oficial, e que possui emissão obrigatória para vender os produtos produzidos na propriedade do/a agricultor/a. Deste modo, a nota tem como finalidade a comprovação da atividade rural para o acesso de direitos trabalhistas e previdenciários. Além disso, ela comprova a movimentação econômica resultante da comercialização de produtos e serviços agrícolas e também comprova a renda familiar.

calamidade pública, com o objetivo de apoiar o setor cultural (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2020).

Nesse sentido, o artigo 2º da Lei Aldir Blanc prevê:

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de: - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura; II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

Dessa forma, a Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural estabelece que os recursos devem ser aplicados em ações, como a renda emergencial mensal para pessoas que trabalhem com a cultura, para manutenção de espaços e organizações culturais, prêmios e editais ligados à cultura, e atividades culturais transmitidas pela internet. Em vista disso, as *Semeadoras do Contestado* participaram de um edital de incentivo à cultura, sendo o Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc SC em 2020.

E esse ano passado, retrasado, a gente fez um projeto que teve a lei Aldir Blanc até. A gente conseguiu 70 mil reais para a Associação das Mulheres essa verba veio do... que chama Trajetória Cultural como nós temos uma história, né? Uma trajetória que é uma caminhada de 11 anos, é uma história, né? Então como nós temos essa história, nós conseguimos através de fotos e tudo, né? Para comprovar que nós temos essa caminhada e conseguimos esse dinheiro (SEMEADORA 4, 2022).

Portanto, como relatado pela entrevistada, através dessa Lei, a Associação conseguiu obter um financiamento de 70 mil reais por meio do prêmio supracitado. Segundo a Fundação Catarinense de Cultura (2020), o valor total do edital do prêmio era de R\$ 13.160.000,00 (treze milhões, cento e sessenta mil reais), sendo distribuído para 776 ganhadores/as. Cabe ressaltar que essa premiação visava o reconhecimento da trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras de instituições artísticas e culturais, coletivos e outros/as atuantes no território de Santa Catarina.

Ainda nesse sentido, a entrevistada relatou que esse prêmio foi conquistado devido ao reconhecimento da história e trajetória da Associação, a qual pode-se comprovar essa caminhada por meio de registros fotográficos e documentos. No mais, essa conquista financeira

possibilitou que a Associação continuasse desenvolvendo suas atividades e fortalecesse ainda mais as mulheres associadas.

Com a premiação, a Associação passou a investir mais nos banners, embalagens e etiquetas, sendo apresentadas na figura 8. Além disso, em parceria com o município de Porto União-SC, a Associação conseguiu abrir uma loja no Portal Turístico José Tarlombani, localizado no acesso ao município, sendo inaugurada no dia 18 de março de 2022.

A seguir, pode-se observar algumas imagens da loja das *Semeadoras do Contestado*:

Figura 10: Loja das Semeadoras no Portal Turístico José Tarlombani



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta.

Deste modo, na imagem pode-se perceber a variedade de alimentos e artesanatos vendidos nesta loja e que são produzidos pelas Semeadoras. Além disso, como se trata de um portal no acesso à cidade, algumas mulheres produzem lembrancinhas de agradecimento por visitarem Porto União-SC. Nesse sentido, entende-se que esse local pode ser uma vantagem enquanto ponto de parada de turistas que estão passando pela cidade ou vindo para Porto União-SC. Ademais, seu horário de funcionamento é de terça a domingo, das 10h às 18h, e as associadas se revezam para cuidar do estabelecimento para que não se torne um trabalho

exaustivo, mas que possa contribuir, ainda mais, para a Associação e para a comercialização de suas produções.

Então, esse ano [2022], a gente conseguiu abrir no portal uma lojinha também, já usando o dinheiro assim, fomos fazer uma viagem também de forma de aprendizado, né? Lá em Gramado, via a história deles. E pra gente ir pegando, né? Ideias e aprendendo com os outros, né? Não é só a gente, a gente precisa aprender também. (SEMEADORA 4, 2022).

Nesse sentido, essas colocações da entrevistada expõem que o ano de 2022 foi um ano de conquistas significativas, ao refletir sobre a abertura da loja e também uma viagem realizada para Gramado – RS, com a Associação. Sendo assim, ela aponta que essa viagem possibilitou muito aprendizado para as mulheres e reconhece a importância de buscar inspiração e novas ideias para serem colocadas em prática na Associação.

Na imagem a seguir pode-se notar a presença das mulheres em Gramado – RS.

Figura 11: Viagem das Semeadoras do Contestado para Gramado – RS



Fonte: Facebook (2022)

A partir dessa imagem, constata-se a presença significativa de mulheres que fazem parte da Associação. Além disso, muito mais do que a imagem expressa, é supor que, por detrás dela, existiu uma série de fatores que elas enfrentaram para conseguir participar dessa viagem, como por exemplo, deixar de desempenhar por alguns dias o trabalho reprodutivo em suas casas, questões financeiras e o apoio da família.

Isso ressalta a importância das *Semeadoras do Contestado*, como uma organização para fortalecer o empoderamento feminino, o enfrentamento ao machismo e a determinação ao construir um saber coletivo feminino. Em face dessa contingência, entende-se que a Associação, além de oferecer um espaço solidário, ocorre o apoio mútuo e oferece oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Outrossim, durante os dois últimos anos, as *Semeadoras do Contestado* participaram de alguns cursos e eventos da região. Como, por exemplo, o curso ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina (SENAR - SC). Na figura 12 pode-se notar a presença da Associação neste curso.

Figura 12: Participação no curso ofertado pelo SENAR - SC



Fonte: Facebook (2021)

Sendo assim, ao observar essa imagem, nota-se que o curso visava o cultivo e a produção de hortaliças, com técnicas de aprendizagem em relação ao manejo e produção dessas plantas, tendo como denominação a prática de olericultura.

Outra questão importante, no que diz a respeito dos eventos, dentre tantos participados, de acordo com a página do Facebook das *Semeadoras do Contestado*, elas participaram da 44ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (EXPOINTER), na cidade de Esteio – RS, no ano de 2021. Por conseguinte, também realizaram um almoço no dia da mulher neste mesmo ano no salão da igreja do distrito de São Miguel da Serra, em Porto União-SC. Esse evento organizado por elas, contou com uma programação para

o dia todo, contemplando palestras, almoço, música. Ademais, os seus produtos de artesanato e gastronômicos estavam expostos ao decorrer do evento em bancas para venda.

Também, no dia 26 de junho de 2023, as *Semeadoras do Contestado* receberam da Câmara de Vereadores/as de Porto União-SC, o título de Moção de Aplausos¹⁴, pelo reconhecimento da trajetória de treze anos da caminhada da Associação, sendo entregue pela vereadora de Porto União-SC, Marlene Nicolak Gulicz, que também é integrante das Semeadoras.

Na imagem da sequência pode-se conferir uma imagem desse evento na Câmara dos/as Vereadores/as de Porto União-SC.

Figura 13: Moção de Aplausos



Fonte: Facebook (2023)

Diante da imagem apresentada, deve-se levar em consideração que receber o título de Moção de Aplausos é uma valorização relevante e significativa para as *Semeadoras do Contestado*, uma vez que essa honraria ressalta não apenas os anos da sua trajetória, mas também a visibilidade que elas têm obtido no município. Além do mais, esse reconhecimento se torna importante porque valida o trabalho das mulheres camponesas e a dedicação delas para com a Associação das *Semeadoras do Contestado* ao longo desses treze anos.

Sendo assim, a Moção de Aplausos teve o objetivo de destacar publicamente o papel essencial que a Associação desempenha em relação ao fortalecimento das mulheres do campo,

¹⁴Moção de Aplausos é um ato de manifestação sugerida pela Câmara dos/as Vereadores/as para aplaudir e apoiar alguma causa ou alguém.

na promoção do artesanato e da gastronomia regional. Outrossim, a entrega da moção sendo feita por uma vereadora local que também é integrante das Semeadoras, fortalece ainda mais o impacto do trabalho das Semeadoras na comunidade, além de servir como um estímulo para as Semeadoras continuarem sua caminhada e inspirar outras mulheres do campo a participarem da Associação.

Por conseguinte, dando continuidade a fala da entrevistada, ela relata sobre a venda dos produtos das Semeadoras na Feira livre:

Não que a Feira vai te deixar rica, mas ela vai ajudar na renda familiar, que era esse o nosso intuito, de ajudar na renda familiar pra ter um dinheirinho a mais. Até pra mulher, assim, se empoderar, porque eu adoro essa palavra empoderamento. Porque a gente tem poder, né? Gerir o dinheiro que ganha. Pode ser pouco, mas a mulher cuidando do dinheiro, sabe? Você ganhar 10 reais, você faz milhares com os 10 reais (SEMEADORA 4, 2022).

A partir desta colocação da entrevistada, se torna notável que a participação na Feira não é capaz de gerar acúmulo de capital, mas permite que as mulheres ganhem dinheiro para complementar a renda familiar ou ter a sua própria renda. No mais, a Feira não apenas auxilia na renda familiar, mas também proporciona um senso de empoderamento das mulheres, uma vez que busca romper com os preceitos de que a mulher está ligada a esfera privada, envolvida no trabalho reprodutivo e desta maneira, desempenhando um papel de coadjuvante em sua família.

Sobre o empoderamento, Cecília Sardenberg (2019), em sua pesquisa, utiliza Srilatha Batliwala (1994) para definir o termo como um processo de questionamento de relações de poder:

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletiva, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994 *apud* SARDENBERG, 2009, p. 6).

Tendo em vista essas especificidades, compreende-se que o empoderamento é um processo desafiador, com intenção de transformar as estruturas de poder existentes que marginalizam, por exemplo, as mulheres e demais grupos excluídos na sociedade. Além do mais, o empoderamento não se restringe somente ao anseio individual, mas também busca a

resistência de um coletivo em prol da equidade, justiça e inclusão por meio do acesso destes indivíduos a recursos e poder que lhes foram negados ao decorrer da história.

Outrossim, em relação ao empoderamento feminino, Sardenberg (2019) aponta que para as feministas, o empoderamento das mulheres é um processo que busca a autonomia e autodeterminação. Sendo assim, ele visa a libertação das limitações vivenciadas oriundas da opressão de gênero e do patriarcado. Deste modo, o empoderamento feminino tem como objetivo colocar as mulheres como principais agentes ativas das suas vidas e decisões que tomam, além de exercerem o controle do seu próprio corpo e do seu futuro.

Acerca do empoderamento das mulheres camponesas, apresenta-se a participação das mulheres na feira livre, que abrange sobre a oportunidade do trabalho feminino, no qual as mulheres podem vender os seus produtos e gerar renda. Isso dá abertura para a sua independência financeira, a qual é muito resistente de acordo com sistema patriarcal enraizado no campo. Nesse sentido, ocorre a valorização do trabalho doméstico e artesanal, no que diz respeito à comercialização das suas habilidades domésticas, como a culinária e a produção de alimentos caseiros e artesanatos. Com isso, as mulheres acabam resgatando receitas e técnicas de suas ancestrais femininas.

Ainda sobre a participação das Semeadoras na Feira livre: “E daí nós temos outras que fazem a Feira e têm algumas que não fazem, só ficam ajudando no que elas podem. Quando a gente faz uma rifa, quando a gente faz uma viagem. Mas aqui nós temos 5 feirantes” (SEMEADORA 4, 2022).

Portanto, através das palavras da entrevistada, percebe-se que o envolvimento das Semeadoras é diversificado. Embora todas façam parte do Coletivo, é interessante entender que existem diferentes formas de contribuição e participação dentro do grupo. Outrossim, em relação às mulheres feirantes, Braciak (2018), aborda o quanto a Feira livre pode propiciar às mulheres, transformações em suas trajetórias de vida, pois, passam a protagonizar na esfera pública e produtiva, e somando a isso, a venda de sua produção na feira.

Além do mencionado, a participação das mulheres na feira livre, também promove a interação social e fortalecimento, uma vez que ao compreender que além da feira livre ser um local de comércio, é um espaço de encontro, ocorrem ali uma diversidade de relações e troca de experiências. Nesse contexto, será debatido mais detalhadamente sobre a atuação das mulheres feirantes da Associação *Semeadoras do Contestado* no próximo subcapítulo, destacando como a Feira livre abre espaço para as mulheres compartilharem seus saberes e práticas visando o fortalecimento e a valorização do trabalho feminino da mulher camponesa.

3.2 MULHERES FEIRANTES *SEMEADORAS DO CONTESTADO*: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E RELAÇÕES DE GÊNERO

A feira livre tem sido um instrumento de trabalho capaz de propiciar a obtenção de renda para as mulheres. Sendo assim, 5 integrantes das *Semeadoras do Contestado* participam ativamente da Feira municipal, que ocorre na Rua 1º de Maio no município de União da Vitória-PR. Diante disso, foi realizado um questionário estruturado para dialogar abertamente com as mulheres feirantes que fazem parte da Associação.

Portanto, o estudo de campo foi realizado, conforme indicam as autoras Eva Lakatos e Mariana Marconi (2003, p. 186): “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”. Sendo assim, a aplicação do questionário ocorreu durante o funcionamento da Feira que ainda se localizava na Estação Ferroviária União no ano de 2022. Durante o diálogo, foi respeitado o tempo de cada feirante para contribuir com o estudo, sendo assim, sempre era aguardado o atendimento aos/às clientes, pausando as entrevistas e retomando-as quando as feirantes estavam disponíveis.

Desta maneira, o questionário foi elaborado para abordar questões em relação as suas trajetórias de vida. Sobre o uso de questionário para pesquisa Antônio Gil (1995) conceitua que:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crença, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc (GIL, 1995, p. 124).

Nesse sentido, Gil considera que o questionário é capaz para apresentar informações relevantes para a compreensão das características e trajetórias vivenciadas pelas pessoas entrevistadas. Diante o exposto, o questionário aplicado foi dividido em cinco partes com o intuito de ter respostas claras sobre cada parte do estudo, sendo elas: I – Condições Socioeconômicas, II – Quanto à escolaridade e aperfeiçoamento de atividades, III – Quanto a situação no mercado de trabalho, IV – Trabalho da mulher feirante e V – Produção.

Outro fator importante é que, com o objetivo de garantir a preservação da identidade das entrevistadas, foi optado por não mencionar seus nomes. Em vez disso, são utilizados identificadores como Semeadora 1, Semeadora 2, Semeadora 3, Semeadora 4 e Semeadora 5.

Deste modo, para analisar de forma precisa, foi elaborado cinco quadros de acordo com as partes do questionário já mencionadas, a fim de apresentar as informações angariadas de

cada feirante. Cabe ressaltar que não se deve estabelecer comparações entre as feirantes, mas, sim, compreender e evidenciar as suas singularidades.

A partir disso, apresenta-se o quadro sobre as condições socioeconômicas das mulheres:

Quadro 2 – Condições socioeconômicas

| | |
|-------------|---|
| Semeadora 1 | Mora na comunidade de São Miguel da Serra. Têm 56 anos de idade, é casada e possui um filho de 27 anos. Sua renda pessoal é menor que um salário-mínimo, já a renda familiar está entre dois e cinco salários-mínimos. Mora com o seu marido que é marceneiro e seu filho. Teve acesso a sua propriedade por meio de sua herança, sendo uma propriedade de 6 alqueires. |
| Semeadora 2 | Mora na comunidade do Pintado. Têm 54 anos de idade, é casada e possui uma filha e um filho. Sua renda pessoal é menor que um salário-mínimo, já a renda familiar está entre dois e cinco salários-mínimos. Mora com o seu marido que é motorista. Teve acesso a sua propriedade por meio de herança do seu marido, sendo uma propriedade de 4 alqueires. |
| Semeadora 3 | Mora na comunidade de São Miguel da Serra. Têm 48 anos de idade, é solteira e possui um filho. Sua renda pessoal é de um salário-mínimo, sendo a mesma renda familiar. Mora com seu filho de 27 anos. Teve acesso a sua propriedade através do esforço do seu trabalho, sendo um terreno pequeno (não soube informar a metragem). |
| Semeadora 4 | Mora na comunidade de Nova Galícia. Têm 60 anos de idade, é viúva e possui três filhas. Sua renda pessoal é de um salário-mínimo somando a sua aposentaria e a venda na feira, sendo a mesma renda familiar. Mora sozinha e é aposentada. Teve acesso a sua propriedade através da herança do seu marido, sendo 40 alqueires. |
| Semeadora 5 | Mora na comunidade Aquiles Stenghel. Têm 47 anos de idade, é casada e possui duas filhas. Sua renda pessoal é menor que um salário-mínimo. Mora com o seu marido que é aposentado e duas filhas. Teve acesso a sua propriedade através da herança, sendo 1 alqueire que é dividido ainda com os seus irmãos. |

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta.

Considerando essas informações, podemos concluir que as Semeadoras apresentam diferentes situações socioeconômicas, estruturas familiares e formas de acesso à propriedade. Somente a Semeadora 3 conseguiu conquistar seu pequeno terreno através da renda do seu trabalho, as outras conseguiram acesso à terras por meio de herança. A Semeadora 4, ressaltou que a terra era do seu marido que veio a falecer. No mais, deve-se entender que as propriedades referidas por elas são pequenas, certamente divididas entre os/as demais herdeiros/as.

Historicamente, conforme abordado por Braciak (2018), era comum que a maioria das mulheres fossem morar na propriedade da família dos seus maridos após o casamento, uma vez que elas não recebiam parte da propriedade da sua própria família como herança. Além disso, Braciak (2018) relata que as mulheres camponesas eram desencorajadas, por suas famílias, a serem administradoras e proprietárias de suas próprias terras.

Corroborando com esse fato, Santos et al. (2021) apresenta:

Ao verificar os dados de pesquisas do IBGE, referentes à autodeclaração de homens e mulheres sobre quem é responsável pelo estabelecimento, observa-se que, na maioria das propriedades, eles são apontados como dirigentes. De igual forma, indicações referentes à posse da terra e das ferramentas de trabalho no campo demonstram que a grande maioria está registrada em nome dos homens (p. 160).

Sendo assim, entende-se que as Semeadoras 1 e 5 receberam a terra como herança, e as Semeadoras 2 e 4 tiveram acesso à terra através da herança de seus maridos. Nesse caso, de acordo com o número de Semeadoras analisadas, ainda é possível visualizar que há desigualdade de gênero no acesso à propriedade da terra e à participação ativa das mulheres nos negócios do campo. Nesse sentido, conforme a tabela 1 apresentada no segundo capítulo, observou-se que os dados levantados pelo IBGE no ano de 2017 sobre o número e percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por homens e mulheres nos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC, condizem e afirmam que essa porcentagem é baixa, o que vai ao encontro com a realidade encontrada no decorrer das entrevistas deste trabalho.

Nesse sentido, também ficou visível no quadro 3, que a renda pessoal das mulheres, proveniente do trabalho na Feira, não ultrapassa um salário-mínimo, o que também pode ser um fato que desmotive o trabalho e a dedicação que a Feira tanto exige. Entretanto, no caso das Semeadoras 1, 2 e 5, os valores auferidos dentro da Feira servem como renda complementar, além de gerar empoderamento no seio familiar, uma vez que as mulheres também fazem parte do sustento da família.

Na segunda parte do questionário foi abordado sobre o nível de escolaridade das Semeadoras feirantes e se elas participam de cursos para o aperfeiçoamento das suas produções, o que se apresenta no quadro 3:

Quadro 3 – Quanto à escolaridade e aperfeiçoamento de atividades

| | |
|-------------|---|
| Semeadora 1 | Possui formação educacional até o Ensino Fundamental, porém sem concluí-lo. Relatou que faz os cursos oferecidos pela Associação quando tem chance. |
| Semeadora 2 | Possui formação educacional até o Ensino Fundamental, porém sem concluí-lo. Relatou que não consegue se aperfeiçoar em suas atividades por falta de tempo. |
| Semeadora 3 | Possui formação educacional até o Ensino Médio, tendo realizado na EJA - Educação de Jovens e Adultos. Relatou que faz cursos de panificação e culinária. |
| Semeadora 4 | Possui pós-graduação e está concluindo a graduação em Terapias Complementares. Relatou que faz os cursos oferecidos pela Associação para aperfeiçoamento na produção rural. |
| Semeadora 5 | Possui formação educacional até o Ensino Fundamental, porém sem concluí-lo. Relatou que não realiza cursos para o aperfeiçoamento de suas atividades. |

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta.

Sendo assim, compreende-se que as Semeadoras 1, 2 e 5 possuem formação educacional incompleta até o Ensino Fundamental. Deste modo, para Vanda Araújo e Débora Leal (2022), as mulheres do campo enfrentam desafios quando se trata da sua vida educacional, pois, em sua maioria, não recebem o respaldo necessário de suas famílias para isso, o que leva a busca pela educação como um obstáculo na trajetória de vida dessas mulheres, fruto da luta diária das mulheres camponesas ao desempenharem múltiplos papéis em sua vida cotidiana, como ser trabalhadora, mãe e esposa.

Por outro lado, a Semeadora 3 concluiu o Ensino Médio por meio da EJA. Conforme exposto por Araújo e Leal (2022), a maioria das mulheres camponesas acabaram abandonando a escola já nos anos iniciais, durante seu processo de alfabetização, mas, gradualmente, algumas retornaram para a escola. Desta maneira, assim como a Semeadora 3, Araújo e Leal (2022) entendem que essas mulheres ao retornarem para a escola, não obstante do tempo em que estiveram afastadas, o ingresso destas no EJA, lhes assegura condições mínimas de formação, sendo essencial para exercer sua cidadania na sociedade, a qual lhes foi negada por falta de

acesso, pelo machismo vivenciado em suas famílias e pela sobrecarga do trabalho que o meio rural exige. Sendo importante frisar que, esse cenário enfrentado pelas mulheres rurais, não é o mesmo enfrentado pelas classes mais privilegiadas, em que se têm a oportunidade do estudo.

Por conseguinte, destaca-se que a Semeadora 4, deu continuidade em seus estudos, sendo professora de formação e agora graduanda em Terapias Integrativas e Complementares. Nesse sentido, segundo o relato desta Semeadora, é notável perceber a sua perseverança e a sua busca contínua pelo conhecimento, com o intuito de trabalhar para ajudar pessoas que buscam terapias alternativas.

Deste modo, é importante relatar que durante a aplicação do questionário, ela mencionou que a busca por esta graduação é devido a seu interesse pelo uso das plantas medicinais enquanto potencial de cura. Salienta-se ainda que, conforme exposto por Santos et al. (2021), a partir de 1970 surgiram algumas organizações voltadas para a utilização de plantas medicinais, que não apenas desempenharam o papel de fortalecer essa prática ancestral, mas, também, contribuíram para a renda das famílias camponesas.

Sobre o uso de plantas medicinais, Santos et al. (2021) compreende que, essa utilização, corresponde ao trabalho reprodutivo das mulheres, o qual visa cuidar da saúde dos/as familiares por meio de conhecimentos ancestrais. Em síntese, as mulheres do campo são em sua maioria detentoras destes saberes, sendo para tratar de uma variedade de doenças comuns, até mesmo para doenças específicas relacionadas ao corpo feminino, através do preparo de chás, pomadas, infusões e outros, de acordo com as propriedades terapêuticas de cada planta.

No que diz respeito aos cursos para aperfeiçoamento das atividades relacionadas a produção, as Semeadoras 1, 3 e 4, relataram que realizam e aproveitam as oportunidades de cursos oferecidos pela Associação. Entretanto, as Semeadoras 2 e 5, apresentaram que não realizam os cursos devido à falta de tempo. Desta maneira, infelizmente a falta de tempo é uma questão comum enfrentada pelas mulheres camponesas, pois, necessitam conciliar todas as suas responsabilidades domésticas, o trabalho no campo e cuidados com os/as filhos/as e marido. Portanto, entende-se a importância da Associação no incentivo a realização de cursos por essas mulheres, com o objetivo de oferecer suporte para a igualdade ao acesso do aprimoramento profissional.

A partir deste núcleo de pensamento, na terceira parte do questionário foi abordada sobre a situação no mercado de trabalho das mulheres feirantes, o que se observa no quadro 4:

Quadro 4 – Situação no Mercado de Trabalho

| | |
|-------------|---|
| Semeadora 1 | É feirante há 26 anos. Começou a fazer Feira quando esta teve início na Estação União (1992). A família sempre apoiou. A sua maior dificuldade no trabalho é conquistar a clientela. Ressaltou, na época desse questionário, que estavam sendo despejados/as da Estação União e que as condições do trabalho onde estavam não eram boas. Entretanto, se sente realizada profissionalmente. |
| Semeadora 2 | Antes de se tornar feirante trabalhava em uma padaria. Começou a fazer feira há aproximadamente 3 anos, com indicação da Associação. A família apoiou e a filha ajuda na produção. A sua maior dificuldade estava sendo, no momento de realização da pesquisa, o mesmo apontado pela Semeadora 1. No entanto, também revelou que gosta do que faz. |
| Semeadora 3 | Antes de se tornar feirante, trabalhou em São Paulo por 20 anos como empregada doméstica, pois quando morava no interior com os seus pais, não tinha renda no campo. É feirante há 11 anos e se tornou através da indicação de uma vizinha. Sua família apoiou sua inserção na feira. Apresentou que a sua maior dificuldade nesse meio é o prazo da validade dos seus produtos e que não consegue medir uma quantidade certa de produção. Sobre a condição de trabalho na Feira, apresentou que estavam mexendo na localidade das bancas para a revitalização da Maria Fumaça. Também ressaltou sobre a concorrência na Feira e sobre o frio que passam no inverno. Além disso, também relatou que gosta muito do que faz. |
| Semeadora 4 | Anteriormente ao seu trabalho como feirante, foi professora de escola multisseriada rural. Começou sua trajetória na feira quando fechou a escola, sendo feirante há 10 anos. Seu marido não apoiava. Ela entende que as maiores dificuldades encontradas foram em relação a locomoção para a cidade, disputa pelo local da banca na Feira e a falta de união entre os/as feirantes. Também ressaltou que por conta da revitalização da Estação União, as condições não estavam boas para o trabalho na Feira. E em relação a sua realização profissional nesse meio, apresentou que deseja trabalhar na área da sua atual formação como Terapeuta Integrativa e Complementar. |

| | |
|-------------|---|
| Semeadora 5 | Relatou que sempre trabalhou com a agricultura e que fazia, no momento da pesquisa, um ano que estava trabalhando como feirante. Sobre as condições de trabalho, apresentou considerando o preço em que estavam vendendo os alimentos, não estava compensando e que não estava se sentindo realizada profissionalmente. |
|-------------|---|

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta.

Ao analisar esse quadro, é possível evidenciar diferentes histórias e percepções em relação ao trabalho na feira. Nesse sentido, em relação ao tempo de trabalho como feirante, as Semeadoras 1, 3 e 4 são as que estão a mais tempo atuando nessa atividade. Entretanto, as Semeadoras 2, 3 e 4, desempenharam outras atividades anteriormente.

Desta maneira, a Semeadora 3 trabalhou como doméstica em São Paulo por 20 anos, pois, sua família que vivia no campo não tinha renda suficiente para o sustento da família de acordo com a pouca produção que tinham no campo. Entretanto, acabou retornando para Porto União-SC devido a situações precárias vivenciadas em São Paulo, encontrando na Feira uma alternativa de renda. De acordo com Carmen Lorenzoni (2007), algumas famílias camponesas possuem dificuldade em ter uma produção em suas pequenas propriedades, e, desta maneira, não conseguem arcar com os custos essenciais para manter a sua estrutura familiar.

Sendo assim, compreende-se que a migração das mulheres rurais para a cidade, foi e é algo recorrente nas famílias camponesas, uma vez que saem do campo em busca de um lugar no mercado de trabalho para obter renda e autonomia financeira. Entretanto, Lorenzoni (2007) entende que essa migração é forçada, pois carrega o pensamento errôneo de que a cidade é melhor que o campo para se viver, o que abala a identidade camponesa.

Outrossim, a Semeadora 4, foi, por um tempo, professora de uma Escola do Campo Multisseriada¹⁵ e encontrou na Feira uma alternativa de trabalho devido ao fechamento dessa escola. Tal constatação, problematiza acerca da política de núcleos escolares adotada pelo Brasil na década de 1990 e permanece até os dias atuais.

Para Cladis Chiqueleiro et al. (2019) tal política têm o intuito de fechar escolas que contam com número reduzido de alunos/as e transferir esses/as estudantes para uma única unidade. Ademais, as justificativas para o fechamento destas escolas dizem respeito ao corte de verbas para a educação e, também, a melhoria na qualidade do ensino. Diante desse fato, a

¹⁵ As Escolas Multisseriadas, são organizadas de uma forma em que várias séries do Ensino Fundamental são encontradas em uma única sala simultaneamente, atendendo alunos/as com idades e etapas de aprendizagem diferentes. Normalmente as Escolas Multisseriadas estão presentes em lugares de difícil acesso, abrangendo um número pequeno de alunos/as.

maioria dos municípios vem centralizando as escolas no meio urbano, fazendo com que os/as alunos/as do campo tenham que se deslocar para estudar.

Nesse ínterim, entende-se que o fechamento dessas escolas implica no desenvolvimento desses/as alunos/as em relação a sua identidade camponesa, já que elas desempenham um papel fundamental, pois, além de ser um espaço de aprendizagem, fortalecem o pertencimento ao campo. Portanto, por mais que lhes seja garantido o acesso à educação, esse acesso é permeado por dificuldades, desde o deslocamento até os objetivos de aprendizagem nas escolas urbanas.

Verifica-se que a Semeadora 4 vivenciava a realidade do campo e buscava por uma educação contextualizada e relevante para seus/uas alunos/as, entretanto, com o fechamento da escola, dificultou a sua continuidade na carreira da docência, optando por trabalhar como feirante.

Nessa toada, são diversas as dificuldades encontradas nesse meio de trabalho, tais como a conquista da clientela, prazo de validade dos produtos, controle de demanda da produção, concorrência entre os/as feirantes, condições climáticas, locomoção para Feira e o preço da venda dos produtos. Em relação a locomoção, a Semeadora 4 revelou que:

Naquela época, em 2012, eu consegui um monza [carro], que eu não tinha como vir, sabe? Daí eu consegui um monza pelo Estado, que os Vereadores, o Prefeito, naquela época ajudaram. Eu fiquei com esse monza uns quatro anos, sabe? Só que cada vez que ele estragava era o soco, né? Porque ele bebia muito e era vinho, mas me serviu. Depois consegui meu carro (SEMEADORA 4, 2022).

Nesse sentido, ela apresenta que sua principal dificuldade para se tornar feirante era a locomoção até a cidade, que percorria uma distância de 32,8 km desde a sua propriedade até o local da Feira na Estação União. No entanto, através da sua determinação, conseguiu um meio de transporte em parceria com a prefeitura de Porto União-SC, para conseguir trazer os seus produtos para venda. Ademais, apesar de o veículo disponibilizado apresentar condições precárias de uso, ele contribuiu para a garantia da sua renda até que conseguisse adquirir o seu próprio. Sendo importante ressaltar que essas conquistas foram alcançadas sem o apoio do seu marido, o que dificultou o processo da conquista da sua autonomia e independência, mas através da sua determinação e trabalho, conseguiu superar os obstáculos que o seu marido empunha em razão da sua busca pela independência.

Além disso, outra dificuldade que ficou pertinente com as respostas do questionário, diz respeito a Feira que ocorria na Estação Ferroviária até o ano de 2022, quando foi realizado o questionário. Sendo assim, as Semeadoras problematizaram que estavam sendo “despejadas” do local em que faziam Feira e que também esse local já não estava mais atendendo a demanda

dos/as feirantes, pois todo dia de Feira (sábados) as bancas eram realocadas de acordo com a manutenção para a revitalização da Maria Fumaça, o que dificultava a relação com a clientela, já que não havia um lugar fixo para as bancas.

Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, iniciou-se uma movimentação na Estação União na metade do ano de 2022 para restaurar o passeio de Trem da Maria Fumaça, agora sendo chamado de Trem das Etnias. Desta maneira, a revitalização do passeio de trem teve como consequência a transferência da Feira livre para outro local. No entanto, é importante ressaltar que essa mudança, conforme relatado pelas Semeadoras, não ocorreu de forma adequada no que diz respeito a comunicação. Nesse sentido, os/as feirantes, sendo os/as principais afetados/as por essa transferência da Feira, não foram previamente consultados/as e ficaram meses sem informações nítidas sobre onde seriam realocados/as.

Segundo as Semeadoras, vários locais foram cogitados para a realocação da Feira, entretanto, nenhum deles atendia às principais reivindicações, tais como possuir um espaço adequado, permanecer em uma boa localização, como no centro da cidade e de preferência com um estacionamento por perto. Isso sendo de total importância na visão delas, uma vez que a maioria dos/as clientes da Feira são idosos/as.

Por conseguinte, no início de 2023 a Feira foi realocada para a Rua 1º de Maio, esquina com a Rua Almirante Barroso, no Centro de União da Vitória-PR. Outrossim, as Semeadoras enfatizaram que desde que se mudaram, até então não havia chovido no sábado pela manhã, mas, ainda assim, se preocupavam com a falta de atenção dada à cobertura prometida, seja ela provisória ou permanente. A cobertura provisória com lonas foi colocada no dia 06 de julho de 2023, na qual observa-se na figura abaixo:

Figura 14: Feira Municipal – Rua 1º de Maio (Segundo Semestre de 2023)



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Diante da imagem apresentada, nota-se que aconteceram poucas mudanças no local da Feira, em relação a Figura 6 apresentada no primeiro capítulo. Sendo assim, observa-se que a Prefeitura Municipal de União da Vitória – PR, colocou tendas para os/as feirantes, entretanto, a feira ainda não possui estrutura adequada, como cobertura completa e resistente (em dias de temporal a tenda voa), também não conta com bancas montadas fixas e nem estacionamento próximo. A prefeitura de União da Vitória-PR garantiu recurso financeiro para construir uma estrutura permanente e com cobertura para a Feira livre, porém, até o momento não há nenhuma obra sendo realizada.

Em consequência desse fato, foi retomada a pesquisa de campo no segundo semestre de 2023, para entender se esse novo local estava atendendo as demandas das feirantes. A esse respeito, a Semeadora 2 relatou:

A respeito da Feira ali para mim tá bom. Só que eles têm que fazer o que prometeram. As coberturas, daí vai ficar bom, porque se chover não tem como a gente fazer Feira. Muita sujeira também e coisa, mas como eu tô sabendo eles vão pôr já a cobertura. Pelo que eu soube, tem 30 dias para pôr a tenda e por mais banca. Isso por enquanto. É o que eu tô sabendo (SEMEADORA 2, 2023).

Corroborando com essa premissa, as Semeadoras 1 e 3 também ressaltaram que o problema dessa nova localidade é a falta de cobertura e a sujeira da rua. A questão da higiene é

essencialmente relevante, dado que se trata de um local onde são comercializados alimentos, sendo fundamental que o ambiente seja limpo para as vendas.

Outrossim, em relação à cobertura, algumas bancas ficam localizadas na área coberta, enquanto alguns/mas feirantes possuem tenda própria. Entretanto, muitos/as ficam sem cobertura alguma, sendo expostos/as sem qualquer proteção a condições climáticas adversas. Na imagem a seguir podemos observar algumas bancas com pouquíssima cobertura:

Figura 15: Estrutura da Feira Municipal – Rua 1º de Maio



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Nesse sentido, compreende-se ao visualizar essa imagem, que em dias de chuva intensa, a capacidade de venda dos/as feirantes que não têm uma proteção adequada fica comprometida. Da mesma forma, a mobilidade dos/as clientes é prejudicada e os produtos expostos nas bancas acabam molhando. Portanto, apesar da estrutura provisória auxiliar, em parte, alguns/mas feirantes, ainda se espera pela estrutura prometida para que a Feira ocorra normalmente sem prejudicar ninguém.

Em síntese, a promessa da estrutura para a Feira, mencionada no primeiro capítulo, conforme as figuras do projeto da Feira livre, ainda não foi cumprida. Ademais, apesar dessas questões negativas associadas a esse local, as Semeadoras apresentaram que estão conseguindo

visualizar um contingente maior de pessoas transitando pela Feira e conquistando um número maior de clientes. Nesse sentido, a nova localização da Feira tem contribuído, de certa forma, para atrair mais consumidores/as, mas continua não fornecendo um espaço adequado para a venda dos produtos dos/as feirantes, como mencionado pela Semeadora 1: “Rezamos a semana inteira para que não chova no sábado de manhã” (2023).

Tendo em vista essas especificidades da nova localidade da Feira, duas Semeadoras participantes da pesquisa, optaram por não vender mais os seus produtos na Feira livre, disponibilizando seus produtos apenas no ponto de comércio no portal de Porto União-SC, conforme ilustrado na figura 10, deste mesmo capítulo. Além desse fato, a Semeadora 4 ressaltou que acabou desistindo de participar da Feira, pois, está concluindo a sua graduação e, em decorrência disso, não possui tempo hábil para se dedicar a ela. Por outro lado, a Semeadora 5, relatou que a sua desistência foi motivada por problemas na coluna, sendo que devido as condições precárias do local de realização da Feira, somadas ao frio que enfrentava na Feira acabou agravando seu problema de saúde.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se que em relação as condições precárias do local de realização da Feira, juntamente com o impacto do frio abordado pela Semeadora 5, destaca a necessidade de que se deve garantir um ambiente adequado e seguro para os/as participantes da Feira, com o intuito de precaver ou amenizar problemas de saúde e promover a inclusão de todos e todas envolvidos nessa jornada. Paralelamente, a questão levantada pela Semeadora 4, diz a respeito sobre o desafio relacionado à conciliação de suas atividades, o que se torna evidente as adversidades enfrentadas pelas mulheres para darem conta de conciliar suas múltiplas responsabilidades, como trabalho e estudos.

Em face dessa contingência, apresenta-se o quadro sobre o trabalho das mulheres feirantes:

Quadro 5 – Trabalho das Mulheres Feirantes

| | |
|-------------|---|
| Semeadora 1 | Não considera que o seu trabalho proporciona uma independência econômica, apenas contribui para a renda familiar. Relatou que não existe funções destinadas aos homens e mulheres na sua propriedade. Apresentou que não passa dificuldades em seu trabalho por ser mulher. Começou a fazer parte da Associação das Semeadoras em 2016 e desde então ajuda o grupo, monta sua banca em eventos. |
|-------------|---|

| | |
|-------------|--|
| Semeadora 2 | Considera que o seu trabalho proporciona uma independência econômica, ressaltando que consegue viver com o que ganha. Relatou que ela e seu marido exercem funções de trabalho distintas. Apresentou que não passa dificuldades em seu trabalho por ser mulher. Começou a fazer parte da Associação das Semeadoras em 2019 e que a Associação contribui muito para a sua vida. |
| Semeadora 3 | Considera que o seu trabalho proporciona uma independência econômica, apresentando que ele é o sustento da casa. Mencionou que seu filho e ela possuem funções diferentes em relação ao trabalho. Ressaltou que nunca houve restrição no seu trabalho por ser mulher. Começou a fazer parte da Associação das Semeadoras em 2014 através de uma reunião. |
| Semeadora 4 | Considera que o seu trabalho proporciona uma independência econômica, mas que o trabalho na agricultura é muito pesado. Quando o seu marido estava bem de saúde ajudava no trabalho. Ressaltou que já passou e passa dificuldades por ser mulher. Começou a fazer parte da Associação das Semeadoras desde a sua fundação em 2010. |
| Semeadora 5 | Não considera que o seu trabalho proporciona uma independência econômica. Apresentou que ela e o marido se ajudam no trabalho do campo. Apresentou que não passa dificuldades em seu trabalho por ser mulher. Começou a fazer parte da Associação das Semeadoras em 2010. |

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta

Com base nas informações fornecidas acima, é possível identificar que o trabalho das mulheres varia em relação a independência econômica. Deste modo, algumas Semeadoras relataram que seu trabalho proporciona uma independência financeira, permitindo-lhes viver com o que ganham, por outro lado, outras não consideram que ele sozinho seja uma fonte de renda capaz de dar o sustento para a família.

Ademais, no contexto da divisão sexual do trabalho as Semeadoras 1, 4 e 5 mencionaram que não existem funções específicas destinadas aos homens e mulheres em suas propriedades, sendo assim, todos os membros, independentemente do sexo, contribuem nas atividades. No entanto, cabe ressaltar que no caso particular da Semeadora 4, quando o seu marido ficou

doente, ele não conseguiu contribuir mais com o trabalho. Como resultado disso, ela ficou sobrecarregada com as tarefas domésticas e da produção agrícola.

Entretanto, há casos em que a divisão sexual do trabalho é presente, como, por exemplo, a Semeadora 2 que relatou a existência da divisão de trabalho, explicando que ela cuida das tarefas domésticas realizadas dentro de casa, como o preparo das refeições, lavar roupas e limpar a casa, enquanto as atividades desempenhadas pelo seu marido envolvem a agricultura. Já a Semeadora 3, declarou que ela e sua irmã cuidam da produção dos alimentos, enquanto seu filho é responsável pelas entregas dos produtos.

Através das representações levantadas pelas Semeadoras, compreende-se que essa divisão de tarefas evidencia que a organização do trabalho é designada aos homens e as mulheres da propriedade de acordo com o estereótipo de gênero. Como abordado no segundo capítulo, esse processo chama-se divisão sexual de trabalho e atribui o trabalho doméstico/reprodutivo as mulheres e o trabalho remunerado/produtivo aos homens.

Apesar de as Semeadoras buscarem uma independência econômica através da Feira, muitas ainda vivem a realidade da divisão sexual do trabalho. Deste modo, isso significa que, apesar de seus esforços para participar de atividades econômicas, elas ainda se deparam com a função de desempenhar as tarefas domésticas que são associadas às mulheres. Portanto, compreende-se que, os padrões culturais e sociais enraizados pelo patriarcado ainda afeta na distribuição de tarefas entre os sexos.

Corroborando com essa ideia, sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho por serem mulheres, as Semeadoras em sua maioria mencionaram não enfrentar dificuldades específicas. Entretanto, a Semeadora 4 enfatizou que sua maior dificuldade, como mulher nesse meio de trabalho, é a falta de força física para o trabalho agrícola e, também, evidenciou que os homens feirantes não aceitam as opiniões das mulheres na Feira. Segundo Garcia (2004, p. 98): “A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária”.

Em síntese, as Semeadoras estão sempre enfrentando em seu cotidiano desafios e obstáculos, mas, através da participação na Associação, é fornecido a elas suporte e apoio, auxiliando-as de alguma forma para as suas vendas através do acesso a recursos e oportunidades para o desenvolvimento de suas produções. Em virtude do que foi mencionado, no próximo subcapítulo, será abordada a última parte do questionário utilizado nesta pesquisa, o qual trata da produção realizada pelas Semeadoras feirantes entrevistadas.

3.3 A PRODUÇÃO SAUDÁVEL E DIVERSIFICADA DAS MULHERES SEMEADORAS DO CONTESTADO

Conforme exposto no segundo capítulo, é visível a árdua busca das mulheres pelo reconhecimento do trabalho por elas realizado no campo. Nesse sentido, Mirian Strate e Sonia Costa (2018) entendem que as lutas desempenhadas por essas mulheres não vão ao encontro somente dos direitos básicos, mas, também, abrangem o questionamento do trabalho rentável ser atribuído somente ao representante masculino da família. Deste modo, as mulheres do campo buscaram efetivar ao longo do tempo a sua participação em todas as etapas de produção, desde a agricultura até a comercialização agrícola.

Para Strate e Costa (2018), o conjunto dessa reivindicação tão necessária levantada pelas mulheres camponesas, possibilitou o acesso ao crédito e a assistência técnica, com o objetivo de fortalecimento dessas mulheres. Nesse caso, cabe ressaltar que a Associação das *Semeadoras do Contestado* carrega essa mesma característica, de possibilitar as mulheres o incentivo do aperfeiçoamento de seu trabalho, tomada de decisões em relação a sua produção e a comercialização dos produtos na Feira, com o intuito de administração de sua renda, e em defesa do protagonismo de suas vidas.

A partir dos discursos apresentados, evidencia-se que a trajetória das mulheres rurais é marcada por desafios e conquistas. Em face dessa contingência, deve-se evidenciar a contribuição para a segurança alimentar e nutricional da população permitida pelas mulheres agricultoras, através de seus quintais produtivos e por meio da agricultura sustentável.

Sendo assim, apresenta-se o quadro sobre a produção desenvolvida pelas mulheres feirantes *Semeadoras do Contestado*:

Quadro 6 – Produção

| | |
|-------------|--|
| Semeadora 1 | Produz artesanato, doces caseiros de frutas, temperos para carne e conservas. Produz todo o alimento para o sustento da família, exceto a criação de animais. Ela produz tudo sozinha e o produto que mais vende em sua banca são os doces. Sua produção é desenvolvida na garagem de sua casa. Não utiliza agrotóxico e não utiliza muito açúcar. Seu filho não tem interesse em participar da Feira. |
|-------------|--|

| | |
|-------------|---|
| Semeadora 2 | Produz bolachas, pão, bolo e cerveja caseira. Produz apenas a parte de panificação para o consumo da família. Ela e a sua filha são responsáveis pela produção para a Feira. O produto que mais vende em sua banca é a bolacha. Sua produção é desenvolvida em uma cozinha separada dos demais cômodos da casa. Seu outro filho não tem interesse em participar da Feira. |
| Semeadora 3 | Produz panificação e massas, também destinadas para o sustento da família. Conta com a sua irmã para contribuir com a produção necessária para atender a Feira. O que mais vende em sua banca são as tortas de fruta. Não utiliza nada industrializado, somente produtos naturais. Têm uma cozinha própria para a produção. Seu filho não tem interesse em participar da Feira. |
| Semeadora 4 | Produz verdura e mel. Aproveitava os excedentes de sua produção para venda. Ela mesmo produzia os alimentos e o que mais vendia era mel. Possui um espaço para a produção de mel (casa do mel). Não utiliza agrotóxico, tudo orgânico em sua produção. Suas filhas não têm interesse em participar da Feira. |
| Semeadora 5 | Produz hortaliças, pão e bolacha. Produz todo o alimento para o sustento da família. A família ajuda na produção destinada à comercialização na Feira e o que mais vendia ¹⁶ era a bolacha. Não possui espaço específico para a produção. Não utiliza agrotóxico, é tudo orgânico em sua produção. Suas filhas e seu filho não têm interesse em participar da Feira. |

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta.

Considerando essas informações, em geral, pode-se observar que todas as Semeadoras se dedicam a produção de alimentos caseiros e artesanais, visando a valorização dos ingredientes naturais. Portanto, isso destaca a importância da produção agroecológica, com a produção de alimentos saudáveis e de qualidade para os/as consumidores locais.

¹⁶ A Semeadora 5 encerrou com as suas atividades na Feira no decorrer da pesquisa.

Desta maneira, é notável que elas possuem preocupação com o uso de agrotóxicos, sendo relatado por todas as mulheres que a opção de não utilizar tem o objetivo de contribuir e fornecer uma alimentação saudável aos consumidores. Essa preocupação é justificada, considerando o dado citado por Strate e Costa (2018), de que a Agência Nacional de Vigilância em Saúde (ANVISA), apresentou que 64% dos alimentos no Brasil são contaminados por agrotóxicos.

Em síntese, ao optarem por não utilizar agrotóxico em sua produção, as Semeadoras contribuem para a soberania alimentar e auxiliam na promoção da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem os impactos ao meio ambiente, como a contaminação de substâncias químicas no solo. Sendo assim, conforme mencionado por Braciak (2018), percebe-se o papel de protagonismo das mulheres camponesas frente a produção e comercialização dos produtos seguros para a alimentação.

Dado o exposto, na imagem da sequência pode-se conferir os produtos expostos pelas Semeadoras em um dia de Feira na Estação União.

Figura 16: Bancas das Feirantes *Semeadoras do Contestado*



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Org.: Flávia Schena Rotta.

Na imagem pode-se perceber a variedade de alimentos vendidos por elas. Salienta-se sobre as áreas de produção, na qual a Semeadora 1 produz artesanato, doces caseiros, temperos

e conservas, já as Semeadoras 2, 3 e 5 possuem foco na área da panificação, e as Semeadora 4 e 5, produzem verduras e hortaliças.

Outrossim, sobre a comercialização dos excedentes da produção para o consumo relatado pela Semeadora 4, corrobora com o pensamento de Braciak (2018), o qual expõe que parte dos alimentos consumidos pelas famílias camponesas também é destinado aos/às consumidores/as. Dessa forma, a Feira não se limita apenas à venda de produtos, mas abrange uma ampla diversidade alimentar que abastece a despensa das famílias.

A diversidade alimentar apresentada diz a respeito à variedade dos alimentos agrícolas que são cultivados e produzidos. Deste modo, a diversidade de produtos propicia às feirantes oportunidades de negócios e geração de renda, o que impulsiona a demanda por mercadorias diferenciadas, como relataram as Semeadoras, as quais possuem uma grande diversidade de produtos fornecidos em suas bancas para venda.

Diante do mencionado, ao realizar o trabalho de campo na propriedade da Semeadora 1, se tornou evidente a diversidade de alimentos que a mesma produz em sua propriedade, como observa-se na imagem abaixo.

Figura 17: Produção da Semeadora 1



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Na imagem, observa-se a plantação de pimenta, morangos, abóbora e alface, sendo alguns entre os tantos alimentos que são produzidos em sua propriedade. Sobre a sua produção, ao percorrer as áreas de cultivo, ela destacou que:

Esse é aqui é mandioca, só que eu já arranquei bastante. Sabe? Esses pés aqui são mandioca. Eu quero tirar tudo e daí tem que plantar de novo. Aqui, quando é a época de planta, você não vê nem o chão. É mandioca, é abobora, é vagem. Então, dá de tudo um pouco, eu colho bastante nesse meu pedacinho aqui, ele não é grande aqui né, mas nossa tudo que eu tiro, que nem essas cenouras, daqui uns dias aqui cresce rápido, que eu molho sempre né tiro as coisas e nossa o morango que eu tirei todo dia quando ele dá, que agora vou arrumar ele, né? Na entrada do verão ele de novo carrega. Você tira todo dia, todo dia, que nem pepino. Todo dia você pode tirar, sempre tem maduro. E depois ele carrega, eu ponho tela por cima, sabe? Não tem tanta coisa, mas tem bastante (SEMEADORA 1, 2023).

Tal constatação demonstra o valor da agricultura camponesa apresentada pela Semeadora 1, em que a sua dedicação com à terra é notável. Nesse caso, ela possui uma diversidade de produtos, fazendo o uso de todo o seu pedaço de terra para o cultivo. Em síntese, diante do seu trabalho árduo e contínuo no campo, ela colhe os alimentos em abundância, consegue suprir as necessidades de consumo da sua família e ainda oferecer uma variedade de alimentos para a clientela da Feira. Sobre o tempo da sua produção ela relatou que:

Só que a gente precisa tempo pra fazer tudo. É muita coisa, né? Que daí o que eu colhi, que nem pepino, vargem, eu tenho tudo nos vidros guardados. Tá tudo lá nas caixas, né? E quando é a safra, a gente colhe e deixa no chão. E agora no inverno tem. Só que outro mês já é julho. Outro mês eu já planto nos potinhos vargem, pepino, deixo tudo na estufa. Quando começa o verão, setembro, né? Tudo tem que ter um planejamento. E daí quando é época assim de verão, nossa (SEMEADORA 1, 2023).

A respeito da fala apresentada, verifica-se que no campo existe um conjunto de saberes para atender as demandas da agricultura ao longo do ano. Ela mencionou que colhe e armazena pepinos e vagem em vidros e depois coloca-os em caixas armazenadas na sua garagem, preparando-se para o inverno. Por conseguinte, ao fim do inverno, ela se planeja para plantar novas culturas e as mantêm na estufa até o início do período mais quente e adequado ao plantio, previsto para setembro.

Essa estratégia visa alcançar uma colheita bem-sucedida, se preparando para as diferentes safras, tendo a segurança de que cada cultura seja plantada e colhida no momento certo do ciclo da natureza, permitindo que a Semeadora colha os alimentos. Em relação aos alimentos guardados em vidros de conserva, apresenta-se na imagem abaixo.

Figura 18: Alimentos guardados em vidros



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Pode-se observar nessa imagem, diversos produtos, como a compota de pepino, pimenta, vagem e pedaços de abóbora, juntamente com o molho de tomate já pronto para a venda. Em suma, alguns alimentos que não são adequados para a conservação em vidros, são direcionados ao freezer, como o morango, o figo e a uva, com o propósito de serem utilizados no feitiço de doces:

E daí se você não aproveita aquela época pra guardar, passou o ano e você não tem nada pra vender. E meu freezer tá entupetado de figo. Eu não perdi um figo. Tudo, tudo, tudo, tudo congeladinho. Congelei. E daí o que eu fiz de vidro. E morango também, eu fiz vidro e congelei (SEMEADORA 1, 2023).

A esse respeito, entende-se que a Semeadora 1, sabe qual é o momento certo para guardar e preservar os alimentos. Ao manter congelado esses alimentos, ela consegue evitar o desperdício em sua produção, com o intuito de garantir que haja algo para vender ou consumir mesmo após passado o período de safra daquele alimento. Ademais, entende-se que esses saberes relatados pela Semeadora 1, foram repassados de geração em geração pelas mulheres da sua família, fazendo parte do seu modo de vida.

Outrossim, em relação a estufa, ela apontou que esse é o outro mecanismo que a ajuda para manter a sua produção ao longo do ano, mesmo com os entraves das mudanças climáticas:

E lá na estufa, não sei se vocês viram, meu marido fez um reservatório de água. Sabe, ela vem da calha da casa? E vai lá dentro da estufa. Daí eu tenho água dentro da estufa. Porque a gente perde água da chuva, né? Aqui debaixo tem uma caixa. Ali no canto tem um tamborim lá. Olha aqui como ele funciona. Esse ali com a boia. Ali em cima tem caixa de 1000 litros ela vem de lá, vai lá, enche lá e daqui tem a boia como eu vou gastando ele vai enchendo e daí eu posso molhar as verduras, nossa assim é ajuda bastante nossas coisas é assim, vida de colônia é assim né, tudo vão se adaptando (SEMEADORA 1, 2023).

Em face dessa contingência, compreende-se a existência de um sistema de reservatório de água para uso na estufa. Esse sistema funciona através da água que é coletada da calha da casa, sendo conduzida para dentro da estufa, o que proporciona um suprimento constante para as plantas. Na imagem abaixo, apresenta-se a estrutura da estufa, bem como, o reservatório de água.

Figura 19: Estufa e reservatório de água



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Salienta-se que esse sistema foi projetado devido à perda de água decorrente das chuvas, permitindo que tenha água disponível dentro da estufa para molhar os alimentos plantados. Nessa perspectiva, isso demonstra a necessidade de fazer o uso sustentável da água proveniente da chuva para garantir a produção de suas plantações.

Outra questão importante abordada pela Semeadora 1, é de como a vida no campo precisa estar em constante adequação com o meio em que se vive, havendo a necessidade de buscar soluções para enfrentar os desafios do campo. O sistema de reservatório de água na estufa elaborado pela família da Semeadora, é uma forma de demonstrar a criatividade e adaptação dos/as camponeses/as para superar as dificuldades da produção.

Paralelamente, nos dias chuvosos, ela aproveita o tempo ocioso na agricultura para realizar os seus artesanatos, os quais também vende na Feira:

Quando sobra tempo eu faço meus artesanatos. A artesanato está ficando para trás. Porque ele toma muito tempo. Cada vez menos. Isso aqui está pintado, Flávia, mas eu não tenho o tempo de fazer o crochê. Então, ele está pintado, mas falta fazer o bico, né? Olha aqui o que eu pintei. Porque o pessoal quando viaja eles gostam de levar para lembrança, né? Comprei a linha, pintei e não tenho tempo de fazer o crochê. Porque aqui sem um biquinho não vende né, você vai ter que fazer um arrematezinho, tem que ser um biquinho mesmo (SEMEADORA 1, 2023).

A Semeadora 1 relata que possui uma paixão genuína por seus artesanatos, mas que o tempo para os produzir, tem sido um desafio para ela. Apesar de toda a sua dedicação em pintar as peças (panos de prato, toalhas de rosto, capa de galão de água, trilha de mesa e etc.), preza por concluir o seu trabalho com o crochê, entretanto, as demandas do campo limitam o seu tempo para o artesanato.

Na imagem abaixo apresenta-se um pouco do seu trabalho com o artesanato.

Figura 20: Artesanatos



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Deste modo, na imagem nota-se o “biquinho do crochê” em algumas toalhas. Para tal, ela destaca que a falta deles pode afetar significativamente na comercialização das suas peças, uma vez que esse acabamento é fundamental, o que demonstra todo o seu profissionalismo e cuidado na confecção do artesanato. Sobre a venda dos artesanatos relatou a Semeadora 1:

Os clientes compram o essencial né? Eles comem, eles preferem comprar uma coisa melhor para comer, um doce melhor, eles compram três quatro potinhos de doce em vez deles comprar um pano. Porque isso aqui é uma coisa, não é necessário né? É uma coisa que você não precisa. Por quê? tá difícil né? (SEMEADORA 1, 2023).

A partir do discurso apresentado, evidencia-se que os/as clientes da Feira têm priorizado a compra de itens essenciais, como alimentos ao invés de adquirir o artesanato. Isso reflete o cenário econômico desafiador vivenciado pela população, onde as pessoas procuram direcionar seus recursos para o que consideram essencial para suas vidas cotidianas e, infelizmente, como consequência, o artesanato acaba tendo um papel secundário na visão da Semeadora. No entanto, ela destacou que na maioria das vezes em que seus artesanatos são vendidos, as pessoas os procuram para presentear alguém como forma de lembrança, por exemplo, da viagem que estão realizando. Isso demonstra que os produtos artesanais podem ser considerados símbolos significativos de experiências pessoais.

Ademais, o quadro 6 aborda as configurações dos locais de produção, que variam de acordo com as Semeadoras, entendendo que a Semeadora 1 trabalha na garagem de sua casa, já as Semeadoras 2 e 3 possuem uma cozinha destinada para a produção dos alimentos, outrossim, a Semeadora 5 não possui espaço específico para a sua produção. Além disso, cabe destacar que a Semeadora 4 desenvolve ainda a produção de mel em sua propriedade, tendo um espaço dedicado a essa produção, como ela destacou, a casa do mel¹⁷.

Na imagem a seguir pode-se observar o local de produção da Semeadora 3.

¹⁷ A "casa do mel" é uma estrutura onde as colmeias são mantidas e o mel é extraído e processado. Ela visa abrigar as colmeias de abelhas e também adequar as condições necessárias para a produção de mel. Incluindo nessa estrutura equipamentos para a extração e processamento do mel para que os/as apicultores/as trabalhem e cuidem das colmeias.

Figura 21: Cozinha Semeadora 3



Fonte: Trabalho de Campo, 2023. Org.: Flávia Schena Rotta.

Ao observar a imagem acima, é notável que a cozinha da Semeadora 3 é bem equipada, contando com geladeira e forno industrial. Sendo assim, ela relatou que essa estrutura foi montada inicialmente para a produção dos produtos vendidos na Feira, mas que também possuía uma padaria na localidade onde mora. A padaria acabou fechando por problemas financeiros, mas as suas vendas na Feira conseguem manter o sustento da família.

A Semeadora 1 produz doces e temperos para carne e para tanto utiliza o fogão a lenha: “Sempre que eu tenho lenha suficiente, sabe? Porque isso é uma coisa que você pode fazer fogo e deixar, que nem se pôr no gás daqui a pouco queimou tudo. Tem que fazer devagarzinho se não, não fica o mesmo gosto também” (SEMEADORA 1, 2023).

Portanto, compreende-se que ela preza pelo tradicional na produção de seus doces e temperos para carne, destacando que ao utilizar o fogão a lenha, é exigida a paciência e o tempo para o feitiço do produto, já que o cozimento acontece de forma lenta e gradual até atingir o ponto e o sabor necessários para atrair a sua clientela, que valoriza o sabor artesanal, o que contribui à aproximação entre a produtora e o/a consumidor/a. Além disso, essa opção mantém uma conexão com o passado, abordando técnicas e saberes repassados das gerações anteriores.

Outro fator importante destacado no quadro 6, diz respeito a ajuda dos/as familiares na produção dos produtos vendidos na Feira. Sendo assim, as Semeadoras 2, 3 e 5 possuem ajuda

para a produção, as Semeadoras 2 e 3, recebem ajuda de mulheres da família, o que demonstra que a produção dos itens vendidos é predominantemente realizada pelas figuras femininas.

Tal constatação apresenta que essa predominância feminina na produção dos itens comercializados, destaca o trabalho das mulheres e das suas habilidades e conhecimentos para a elaboração dos produtos e vendas. Nesse sentido, a colaboração familiar é um fator fundamental para o sucesso das Semeadoras na Feira, mas que na maioria dos casos os homens da família não ajudam ou ajudam pouco na produção:

Ah, meu marido me ajuda. De vez em quando me ajuda. Quando ele tem tempo. Mas eu faço assim, eu trabalho dentro da casa, tipo assim, até umas 4 horas, né? Eu já tô cansada. Fazer uns doces, alguma coisa, ou eu vou pra fora. Que cansa também ficar só dentro, né? E aí no sol quente também é ruim, né? E agora eu tô carpindo, tô limpando, vou limpar tudo ali, vou ajeitar, né? E aí depois já começa a plantação (SEMEADORA 1, 2023).

Através do relato da Semeadora, se torna notável a contribuição das mulheres no campo para o trabalho produtivo e a vida familiar. Destacando a sua rotina intensa, no que diz respeito ao trabalho doméstico e produtivo. Desta maneira, compreende-se que a maior parte das responsabilidades relacionadas à produção de alimentos para o consumo da família recaem sobre ela.

Em síntese, essa dinâmica reflete a divisão sexual de trabalho no campo, enquanto as mulheres são encarregadas dos afazeres domésticos e aqui somando a produção agrícola, os homens estão reservados ao trabalho remunerado e aquele considerado de maior valor. Por outro lado, cabe ressaltar que por mais que a Semeadora desenvolva as suas vendas na Feira, o trabalho remunerado do seu marido é a base da geração da renda da família.

No que diz respeito sobre a ajuda dos/as filhos/as para a produção, bem como, o interesse de participarem da Feira livre, conforme apresentado no quadro 6, a maioria dos/as filhos/as não desejam dar continuidade ao trabalho exercido por suas mães. Como relatado por elas, os/as filhos/as gostam de viver no campo, mas desejam exercer outras profissões, pois observam que esse trabalho é cansativo.

Deste modo, essa descontinuidade da feira livre pode ter implicações no futuro, pois pode ocasionar um declínio na oferta de produtos sem agrotóxico, os quais são encontrados em bancas de feira. Isso também pode implicar na identidade cultural da região, já que a maioria dos produtos abrangem tradições locais e saberes dos/as antepassados/as. Outro fator, é que pode impactar também na economia local, uma vez que a feira é uma fonte de renda para as famílias do campo.

Outrossim, a desvalorização também é associada ao trabalho artesanal, que é visto por vezes com menor prestígio e considerado desprovido das mesmas oportunidades de crescimento profissional em relação as outras ocupações consideradas “modernas”.

Nesse sentido, com o relato das Semeadoras Feirantes entrevistadas foi possível perceber que falta do reconhecimento deste trabalho surge como obstáculo, na medida que os/as jovens não compreendem o trabalho exigido na feira livre como uma oportunidade de crescimento. Ademais, padrões de consumo e estilos de vida de acordo com a globalização também são fatores que podem atrair os jovens do campo para outras atividades.

Portanto, para o enfretamento desse desafio que assombra as famílias dos/as feirantes, deve haver uma valorização do trabalho do campo e uma conscientização sobre a importância dessas atividades. Por isso, as atividades desenvolvidas pelas *Semeadoras do Contestado* são tão importantes, pois, contribuem para o estímulo dessas mulheres em relação ao seu trabalho na Feira e a sua diversidade produtiva, o que pode recair ao incentivo da participação de suas filhas e filhos nesse ramo de trabalho.

Por fim, conclui-se que as *Semeadoras do Contestado* desempenham um importante papel socioeconômico na medida em que promovem diversificação da produção local, por meio da venda dos produtos, seja por meio da Feira, eventos locais ou no Portal de Porto União-SC. Mudanças de paradigmas culturais, através do incentivo do trabalho produtivo e encorajamento no processo de emancipação do patriarcado, com viagens, cursos e palestras. Desta maneira, no decorrer da pesquisa, entendeu-se que o impacto dessa Associação de mulheres não se limita apenas à esfera econômica, mas perpassa por um cenário onde se busca a igualdade de gênero no campo e o empoderamento feminino, vez que, desde a criação da Associação, essa é uma bandeira de luta levantadas por elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou abordar a importância da feira livre, a qual oferece uma plataforma de comércio única, onde se cria laços de confiança e amizade entre feirantes e consumidores/as. Deste modo, apesar da ascensão de outros canais de distribuição, como os supermercados, sua presença ainda continua a contribuir em muitos municípios, ao passo que fortalece a cultura local, as relações interpessoais e a soberania alimentar.

Para além de seu propósito de âmbito comercial, a Feira livre permite o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, uma conquista que perpassa pelos desafios da desigualdade de gênero enraizada pelo patriarcado, um sistema hierárquico fruto de uma construção histórica, que se estende por diversas esferas sociais existentes.

A Feira livre destacada na pesquisa, reúne feirantes dos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC, em especial, a Associação de Mulheres Rurais as *Semeadoras do Contestado*, desempenham papéis transformadores no cenário local e no cotidiano das mulheres feirantes, proporcionando não apenas a comercialização de produtos na Feira, mas o fortalecimento, a cooperação, o empoderamento e o protagonismo das mulheres do campo.

Dado o exposto, os objetivos dessa pesquisa foram alcançados, visto que foi possível fazer uma análise da importância da Feira Municipal para as mulheres feirantes que fazem parte das *Semeadoras do Contestado*, destacando os desafios e conquistas de acordo com a sua inserção nesse mercado de trabalho. Ainda, buscou-se identificar como é o processo de organização, evidenciando as dificuldades superadas e as conquistas alcançadas por meio da colaboração na Associação.

Deste modo, compreendeu-se que o envolvimento das mulheres dentro da Associação é diverso, visto que algumas integrantes estão diretamente envolvidas na Feira, enquanto outras oferecem auxílio conforme suas possibilidades. Isso demonstrou que por mais que todas façam parte do mesmo grupo, suas formas de participação variam conforme conseguem conciliar suas atividades no campo.

Corroborando com isso, identificou-se ao analisar as trajetórias de vida das mulheres feirantes, que a desigualdade de gênero é presente no meio rural. Isso foi evidenciado por meio dos dados apresentados que abordam, por exemplo, a disparidade no acesso à propriedade da terra, oportunidades de estudo, participação ativa nos negócios do campo, conquistas financeiras e grande carga de trabalho doméstico desempenhado por essas mulheres em suas propriedades, o qual não é remunerado.

Sobre a investigação do perfil socioeconômico das mulheres feirantes, foi possível entender como ocorreu a inserção das mulheres nesta atividade e debater sobre a relevância da Feira em suas vidas. Nesse sentido, apresentou-se que a renda pessoal das mulheres decorrente do trabalho na Feira, não ultrapassa um salário-mínimo e que, na sua maioria, serve como renda complementar. Entretanto, apesar de se configurar como renda complementar, o fruto do seu trabalho gera empoderamento no seio familiar, uma vez que a mulher faz parte também do sustento da família.

Outro fator importante diz respeito às percepções das mulheres sobre seu próprio trabalho, o que revelou dimensões sociais e emocionais que influenciaram – e ainda influenciam - suas experiências de vida. Isso evidenciou que apesar de estarem conquistando a sua independência financeira através dele, ele exige uma longa jornada de trabalho, o que demonstra o desafio dessas mulheres ao equilibrarem diversas atividades em seu cotidiano. Ao mesmo tempo elas se encontram satisfeitas em poder levar aos/às consumidores/as uma alimentação diversa, de qualidade e sem agrotóxico.

Ademais, isso também ficou claro ao examinar as relações de gênero no contexto da dinâmica de organização prévia ao processo de venda na Feira, na qual a produção desempenhada para venda na Feira é, na sua maioria, produzida pelas mulheres da família. O que contribui para o debate de que, além das responsabilidades cotidianas, as mulheres assumem a geração de produtos para comercialização na Feira. Com isso, compreende-se que o papel da divisão sexual do trabalho na propriedade rural, visa colocar as mulheres como cuidadoras do lar e da família, sem ressaltar a importância da sua produção econômica local, sendo entendida como uma ajuda.

Nessa toada, foi possível responder ao questionamento da pesquisa levantado anteriormente, o qual indagava como as mulheres feirantes associadas às *Semeadoras do Contestado* enfrentam seus desafios diários em conformidade com os aspectos culturais, além disso, buscava-se compreender como elas vêm conquistando visibilidade e desempenhando um papel de destaque na região.

De acordo com essas indagações, verificou-se, portanto, que a Associação de Mulheres é permeada pela cooperação das associadas, as quais compartilham responsabilidades, experiências de vida e conhecimento, além de possuírem, através da Associação, oportunidades de estudo e aperfeiçoamento de suas atividades, uma vez que se preocupam com a qualidade da sua produção.

Nesse ínterim, a conquista da visibilidade das *Semeadoras do Contestado* decorre da trajetória de treze anos da Associação. Ao longo dos anos, segundo relatos das entrevistadas

durante a pesquisa, o grupo de mulheres incorporou algumas ideias que foram concretizadas no que tange a divulgação e venda de seus produtos, através de *folders*, produtos etiquetados, sacolas e camisetas para as integrantes do grupo. Sem contar que, além da venda dos produtos na Feira, algumas Semeadoras disponibilizam seus produtos em um ponto de comércio no Portal Turístico José Tarlombani, sendo conquistado através da premiação da Fundação Catarinense de Cultura, tendo como parceria à Prefeitura de Porto União-SC.

Diante do mencionado, os resultados desta pesquisa evidenciam a complexidade das vivências das mulheres feirantes que fazem parte das *Semeadoras do Contestado*. Entretanto, foi possível compreender que a Feira oportunizou a estas mulheres um mecanismo de liberdade, flexibilidade, resistência e empoderamento. Nesse caso, a resistência é fator determinante, já que assegura a permanência delas e de suas famílias no campo, produzindo os alimentos para a venda na Feira ao mesmo tempo em que produzem para o sustento das suas famílias.

No mais, cabe ressaltar ainda sobre a permanência no campo, sendo que ficou evidente a desmotivação da descontinuidade dos seus filhos e filhas no trabalho da Feira livre, uma vez que os filhos e filhas das entrevistadas estão estudando e à procura de outras profissões que não possuem ligação com o campo. Nessa perspectiva, a busca destes/as por oportunidades fora do campo, evidencia e reafirma o discurso das entrevistadas, no sentido de que esse trabalho é árduo e por vezes não recebem seu devido reconhecimento por desempenharem esse trabalho tão fundamental.

Para tal, deveria ser repensado sobre mecanismos para estimular e manter o interesse dos/as jovens no trabalho do campo, para que haja a continuidade desse trabalho, pois, isso implica no declínio das feiras e, portanto, na decadência da produção de alimentos saudáveis e diversos, os quais são produzidos por meio de saberes passados de geração em geração de camponeses/as nas comunidades rurais.

Outrossim, por meio da análise das memórias compartilhadas por essas mulheres durante as entrevistas, é evidente que as histórias individuais acabam se conectando sob o olhar da perspectiva de gênero, construindo-se uma narrativa coletiva de superação e conquistas por meio do seu trabalho. Através disso, entende-se a importância de fazerem parte de uma Associação de Mulheres Rurais, uma vez que lutam contra a desigualdade de gênero ao reivindicarem e conquistarem seu espaço de venda na Feira.

Corroborando com isso, o relato da Semeadora 4 ao dizer que “algumas mulheres foram desencorajadas pelos maridos a participarem da associação”, demonstra que a Associação é necessária para além de encorajar o trabalho feminino na Feira, serve como uma rede de apoio

para as mulheres camponesas, as quais vivenciam rotineiramente situações de machismo em suas propriedades.

No entanto, mesmo com a inserção do trabalho na Feira livre e na Associação, a desigualdade de gênero no campo não foi extinta. Entretanto, a participação das mulheres na Associação, bem como na Feira livre, é de suma importância para a desconstrução de estereótipos de gênero, uma vez que refuta a crença enraizada pelo patriarcado de que as mulheres são incapazes de assumir trabalhos produtivos e de liderança, que historicamente foram associados ao papel masculino.

Deste modo, ainda há muito a fazer para que se alcance a equidade de gênero no campo, mas, deve-se reconhecer a caminhada das *Semeadoras do Contestado*, as quais batalham diariamente por reconhecimento.

Essas premissas apontam que a pesquisa transcorreu de maneira exitosa, na qual teve-se a oportunidade de compreender a realidade das Semeadoras feirantes e analisar as suas condições de trabalho. Entretanto, cabe frisar que a pesquisa encontrou algumas dificuldades que merecem ser mencionadas. Uma delas foi a escassez de imagens antigas das Feiras municipais de Porto União-SC e União da Vitória-PR. Essa dificuldade na busca destas fotografias prejudicou o debate visual comparativo entre as condições das Feiras municipais do passado em relação ao panorama atual.

Além disso, outra questão importante, foi a falta de tempo hábil para visitar a moradia de todas as entrevistadas. Nesse sentido, as visitas realizadas desempenharam um papel fundamental na pesquisa e proporcionaram análises no tocante da divisão sexual do trabalho. Portanto, a visitação em todas as propriedades traria grandes resultados para a pesquisa. Ademais, outro potencial que pode ser abordado em discussões futuras, é o debate sobre a continuidade da rentabilidade no local atual da Feira livre, bem como responder se a construção da estrutura prometida foi realizada, permitindo melhor condição de trabalho das feirantes.

No mais, o que também se destaca para oportunidades futuras de estudo, é observar e discutir se houve aumento no número de Semeadoras envolvidas na Feira livre, bem como se ocorreram mudanças a respeito da percepção de gênero neste contexto de trabalho, a qual merece uma atenção contínua.

Portanto, em virtude do que foi mencionado, apesar das dificuldades enfrentadas, os resultados da pesquisa buscaram contribuir para um entendimento sobre as condições de trabalho e dos desafios enfrentados pelas semeadoras feirantes. Nesse sentido, surgiram essas lacunas apresentadas, que podem enriquecer ainda mais a compreensão da Feira enquanto lugar de diversidade e protagonismo feminino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a Feira:** Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

AMARAL, Mariana Ribeiro do. **A construção da agroecologia desde o protagonismo das mulheres camponesas do Assentamento Contestado.** (Dissertação de Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SANTOS, Roselí Alves dos [et.al]. Qual a relação entre gênero e questão agrária? In. OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ (Orgs.) **Atlas da Questão Agrária no Paraná:** diálogos em construção. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. Disponível em: <http://questaoagrariapr.blogspot.com/p/atlas-daquestao-agraria-no-parana.html>. Acesso em: 12 mai. 2023.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de & QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. As Feiras Livres E Suas (Contra) Racionalidades: Periodização E Tendências a Partir De Natal-RN-Brasil. In **Revista Bibliográfica De Geografia Y Ciências Sociales, Universidad de Barcelona.** Vol. XVIII, n. 1009, 2013.

BASILE, Francine. Precarização e informalização do trabalho feminino urbano no Goiás contemporâneo. **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 285-301, 2006.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 6. ed: São Paulo: Contexto, p. 607-639, 2002.

BRACIAK, Ana Maria. **Mulheres camponesas feirantes:** uma abordagem do trabalho das mulheres na produção agrícola e comercialização nas Feiras Livres em União da Vitória-PR e Porto União-SC. (Trabalho Final de Estágio Supervisionado). Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 14.017, de 29 de junho de 2020.** Ementa: Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114017.htm. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 5.452 , de 01 de maio de 1943.** Ementa: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 05 mai. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023. **Chega à Câmara projeto do governo que prevê salários iguais para homens e mulheres.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/944566-quega-a-camara-projeto-do-governo-que-preve-salarios-iguais-para-homens-e-mulheres/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. A territorialização do trabalho domiciliar das mulheres. **Revista Pegada**, v. 22, n. 1, p. 5, 2021.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. Gestão territorial do capital através do trabalho domiciliar das mulheres. **Revista Produção acadêmica**, v. 7, n. 1, p. 117-141, 2021.

CHIQUELEIRO, Cladis et al. Fechamento das escolas do campo, impactos e resistência: Estudos nos municípios de Abelardo Luz e Passos Maia. In. **Anais** da Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI), v. 1, n. 12, 2019.

COELHO, Giovanna Cristina Calabresi; SCRAMIM, Gustavo Rodrigo Meyer. Reforma trabalhista: precarização do trabalho feminino. **CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 23, 2017.

COSTA, Leopoldo. **O século sertanejo – A criação de gado**, 2018. Disponível em: <https://stravaganzastravaganza.blogspot.com/2018/09/o-seculo-sertanejo-criacao-de-gado.html>. Acesso em: 07 fev. 2023.

DA CUNHA ARAÚJO, Vanda Almeida; LEAL, Débora Araújo. A mulher do campo: nuances do processo de alfabetização e o apoio do educador (a). **Conjecturas**, v. 22, n. 18, p. 765-778, 2022.

DE CASTRO, Shirley Patrícia Nogueira et al. Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates-Montes Claros/Minas Gerais. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 8, n. 1, p. 337-339, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2023. **Mulheres: inserção no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>. Acesso em: 03 mai. 2023.

ESTACHESKI, Dulceli Tonet. Mulheres Rurais: trabalho e transformação social na experiência das sementeiras do contestado. In: ESTACHESKI, Dulceli Tonet, Delong, Silvia. **Mulheres Fazedoras**. Campo Grande: Ed. Life Editora, p. 35-54, 2019.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FEIRA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/feira/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

FILHO, Mariano. **Facebook**. União da Vitória, 09 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2859068450829355&set=gm.2454815528102815>. Acesso em: 12 abri. 2023

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed: São Paulo: Contexto, p. 510-553, 2002.

FONSECA, Silas. R. **Monocultivo de Eucalipto, Relações de Trabalho e os Caminhos da Resistência Camponesa no Assentamento São Joaquim (MS)**. (Dissertação de Mestrado

em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. (Tese de Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente da UNESP, 2004.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2020. **Lei Aldir Blanc em SC**. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/editais-e-acoas/lei-aldir-blanc-em-sc>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GEMELLI, Diane Daniela. **“Onde planta o Pinus não dá mais nada”**: degradação da natureza e do trabalho no contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). (Tese de doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

GIL, Antônio Carlos [et.al.]. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed: São Paulo: Contexto, p. 640-668, 2002.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed: São Paulo: Contexto, p. 640-668, 2002.

INSTITUTO CULTURAL GRÜNENWALD, [s.d.]. **Transformando o sonho em ação**. Disponível em: <<https://grunenwald.com.br/contact-page/about-page/>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

IPATRIMÔNIO, [s.d.]. **União da Vitória – Estação União**. Disponível em: ipatrimonio.org/uniao-da-vitoria-estacao-uniao/#!/map=38329&loc=-26.230618999999976,-51.084252,17. Acesso em: 15 abri. 2023.

LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, 1984.

LORENZONI, Carmen. Violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. **Libertas**, Juiz de Fora, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed: São Paulo: Contexto, p. 443-481, 2002.

MANEJE BEM, 2021. **Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <https://www.manejebem.com.br/publicacao/novidades/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater-atualmente>. Acesso em: 03 ago. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Maria Jussara Caetano de. **O turista vai à feira: usos e possibilidades do turismo cultural na feira de Currais Novos/RN.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014.

MORRIS, Gillian. **Yorkshire Journal**, n. 2, 2014. Disponível em: <https://storiesfromscarborough.wordpress.com/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

PINTAUDI, Silvana Maria. **O templo da mercadoria: estudo sobre os shopping-centers do Estado de São Paulo.** (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

PORTAL CULTURA SUL FM, 2022. **Maria Fumaça retorna para estação em União da Vitória para evento de turismo e se estipula retorno de passeios.** Disponível em: <https://portalculturasulfm.com.br/2022/11/maria-fumaca-retorna-para-estacao-em-uniao-da-vitoria-para-evento-de-turismo-e-se-estipula-retorno-de-passeios/>. Acesso em: 17 de abr. 2023.

PORTAL DA CIDADE UNIÃO DA VITÓRIA, 2023. **Prefeitura consegue verba para a cobertura da feira municipal.** Disponível em: <https://uniaodavitoria.portaldacidade.com/noticias/cidade/prefeitura-consegue-verba-para-a-cobertura-da-feira-municipal-3949>. Acesso em: 21 abr. 2023.

PORTO UNIÃO. **Lei Nº 1.181, de 12 de setembro de 1984.** Ementa: Dispõe sobre a Regulamentação da Lei nº 86, de 19.05.1951 que cria a Feira Livre no Município de Porto União. Câmara Municipal, [1984]. Disponível em: 11nq.com/portouniaoLei118184. Acesso em: 11 mar. 2023.

PREFEITURA DE URUGUSANGA, 2022. **Agricultura: Informações – Bloco de Produtor Rural.** Disponível em: <https://www.urussanga.sc.gov.br/agricultura-informacoes-bloco-de-produtor-rural/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 6. ed: São Paulo: Contexto, p.578-606, 2002.

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: As negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. **Revista do Departamento de História.** Belo Horizonte: UFMG, n. 8, 1989.

RIBEIRO, C. R. et al. Narrativa resultado do projeto de pesquisa e extensão **“Registrando a História e as Experiências Político-Organizativas das Mulheres Agricultoras no Sudoeste Paranaense”** - Programa: Universidade Sem Fronteiras, Subprograma Diálogos Culturais, realizado na UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2010.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. [et.al]. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. In **Agriculturas**, v. 2, n. 2, [s.l.], 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos / Milton Santos; tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: 29 jul. 2023. [Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia].

SATO, Leny. **Feira Livre**: Organização, Trabalho e Sociabilidade. São Paulo: USP, 2012.

SCHMITZ, Aline Motter. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

SEMEADORAS DO CONTESTADO. **Facebook**. Porto União, 05 de fevereiro de 2022.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=338650301600019&set=pb.100063651551484.-2207520000&type=3>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SEMEADORAS DO CONTESTADO. **Facebook**. Porto União, 13 de dezembro de 2021.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=303861398412243&set=a.105600348238350>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SEMEADORAS DO CONTESTADO. **Facebook**. Porto União, 22 de outubro de 2021.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=268764891921894&set=a.107004711431247>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SEMEADORAS DO CONTESTADO. **Facebook**. Porto União, 23 de novembro de 2021.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=290655363066180&set=pb.100063651551484.-2207520000&type=3>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SEMEADORAS DO CONTESTADO. **Facebook**. Porto União, 27 de junho de 2023.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=737343445064034&set=pb.100063651551484.-2207520000&type=3>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SILVA, Bruna Aparecida Alves da. **Dinâmica Geográfica das Feiras Livres em União da Vitória-PR**: Possibilidades para a circulação de alimentos de forma justa, saudável e baseada em relações de sociabilidade (feirantes-consumidores). (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia). Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2021.

SILVA, Juliana Gouveia Alves da. **“Pra onde tu vai, Maria? Vou pra feira da sulanca!”**: Um estudo sobre o trabalho feminino na feira da sulanca de Caruaru-Pe. (Dissertação de

Mestrado em Direitos Humanos). Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

STRATE, Mirian Fabiane; DA COSTA, Sonia Maria. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das mulheres rurais no RS–Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 7, p. 3732-3744, 2018.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Lei Nº 1280 de 17 de novembro de 1983**. Ementa: Dispõe sobre regulamento da feira livre. Câmara Municipal, [1983]. Disponível em: 11nq.com/uniaodavitorialei12801983. Acesso em: 06 mar. 2023.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Lei Nº 1828 de 28 de fevereiro de 1992**. Ementa: Dispõe sobre a feira livre. [1992]. Disponível em: <https://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=12&inEspecieLei=1&nrLei=1828&aaLei=1992>. Acesso em: 09 mar. 2023.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Lei Nº 390 de 22 de janeiro de 1962**. Ementa: Autoriza o poder executivo a criar a feira livre no município de União da Vitória. [1962]. Disponível em: <https://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=12&inEspecieLei=1&nrLei=390&aaLei=1962> . Acesso em: 08 mar. 2023.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Lei Nº 6/1948 de 23 de janeiro de 1948**. Ementa: Autoriza a instalação de uma feira livre. Câmara Municipal, [1948]. Disponível em: <https://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=12&inEspecieLei=1&nrLei=6&aaLei=1948>. Acesso em: 07 mar. 2023.

VISITE UNIÃO, [s.d.]. **Maria Fumaça 310**. Disponível em: <https://visiteuniao.com.br/o-que-fazer/maria-fumaca-310/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

ANEXO 1**ROTEIRO DE QUESTÕES PARA AS ENTREVISTAS COM AS FEIRANTES SEMEADORAS****IDENTIFICAÇÃO:**

NOME:

IDADE:

ESTADO CIVIL:

NÚMERO DE FILHOS:

NATURALIDADE:

COMUNIDADE:

I – CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS:

1 – Em média, qual a sua Renda Pessoal?

- a) Menos de 01 salário mínimo ()
- b) 01 salário mínimo ()
- c) Mas de 02 até 05 salários mínimos ()
- d) Mais de 05 salários mínimos ()

2 – Em média, qual a Renda da Família?

- a) Menos de 01 salário mínimo ()
- b) 01 salário mínimo ()
- c) Mas de 02 até 05 salários mínimos ()
- d) Mais de 05 salários mínimos ()

3 – Quantas pessoas residem em sua casa?

- a) Companheiro ()
- b) Filhos ()
- c) Netos ()
- d) Outros ()

4 – Estas pessoas contribuem com a renda da família?

SIM () NÃO ()

5 – Se eles contribuem, qual é a profissão deles?

6 – Você possui alguma outra renda para além da venda na Feira Municipal?

SIM () NÃO ()

Se sim, qual?

7 - Como teve acesso à propriedade, herança ou compra?

8 – Qual o tamanho da área?

9 – Pretende sair do campo?

II – QUANTO À ESCOLARIDADE E APERFEIÇOAMENTO DE ATIVIDADES

1 – Qual a sua formação escolar?

- a) Analfabeta ()
- b) Fundamental Incompleto ()
- c) Fundamental completo ()
- d) Médio Incompleto ()
- e) Médio Completo ()
- f) Superior Incompleto ()
- g) Superior completo ()
- h) Outros () Qual?

2 – Você procura se aperfeiçoar nas suas atividades?

SIM () NÃO ()

Se sim, como?

III – QUANTO À SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

1 – Antes da atividade atual, desenvolveu outras atividades ou emprego?

SIM () NÃO ()

Qual?

2 – Como e quando você começou a fazer parte da Feira Municipal? Sua família apoiou a sua iniciativa? Fale um pouco sobre essa trajetória.

3 – Quais foram e quais são as suas maiores dificuldades nesse meio de trabalho?

4 – A Feira Municipal possibilita uma boa condição de trabalho? Aponte alguns exemplos.

5 – Você se sente realizada profissionalmente?

SIM () NÃO ()

Por que?

IV – TRABALHO DA MULHER FEIRANTE

1 – Você considera que seu trabalho lhe proporciona uma independência econômica?

SIM () NÃO ()

Por que?

2 – Como funciona a divisão do trabalho na sua propriedade? Existe funções destinada aos homens e as mulheres da família?

3 – Você passa ou já passou alguma dificuldade em relação ao seu trabalho por ser mulher?

4 – Como conheceu e começou a participar do grupo das *Semeadoras do Contestado*, essa organização está contribuindo para o seu trabalho?

V – PRODUÇÃO

1 – O que você produz para a venda na Feira?

2 – O que você produz para o consumo da família?

3 – Você produz algum tipo de alimento para atender outros canais de comercialização? Se sim, quais?

4- Quem produz os produtos vendidos na Feira?

5 – Qual produto mais vende em sua banca?

6 - Você possui um espaço específico em sua propriedade para essa produção?

SIM () NÃO ()

7 – Você acredita que a alimentação que você fornece em sua banca contribui para a alimentação saudável dos munícipes de Porto União-SC e União da Vitória-PR? Por que?

SIM () NÃO ()

Por que?

8 – Tem algo que você acha que pode melhorar na organização da sua produção e na Feira?

9 – Se tem filhos e filhas, eles/elas têm interesse em fazer as feiras ou participam do processo produtivo ou comercialização.